

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
UNIDADE ACADÊMICA DA SEDE

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História

Recife, 2019



REITORA

Maria José de Sena

VICE-REITOR

Marcelo Brito Carneiro Leão

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PREG

Maria do Socorro de Lima Oliveira

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG

Maria Madalena Pessoa Guerra

Pró-Reitoria de Atividades de Extensão - PRAE

Ana Virgínia Marinho

Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão - PROGESTI

Severino Mendes de Azevedo Júnior

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PROPLAN

Carolina Guimarães Raposo

Pró-Reitoria de Administração - PROAD

Mozart Alexandre Melo de Oliveira

Recife, 2019



EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PPC DE HISTÓRIA

Coordenador(a) do Curso

Victor Hugo Abril

Substituto(a) Eventual da Coordenação

Mariana Albuquerque Dantas

Supervisão de Área

Uiran Gebara da Silva

Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Equipe 2017 – atual

**Victor Hugo Abril – Mariana Albuquerque Dantas – Uiran Gebara da Silva – Élcia
Torres Bandeira – Jeannie da Silva Menezes – Lúcia Falcão Barbosa – Juliane
Andrade – Otávio Augusto Alves dos Santos – Suely Cristina Albuquerque Luna**

Secretaria do Curso de História

Joyce Mello

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

SÍNTESE DO CURSO	
Modalidade	Presencial
Denominação do Curso	Curso de Licenciatura em História
Habilitação	Licenciatura
Local de oferta	Universidade Federal Rural de Pernambuco, Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n – Dois Irmãos. Pátio do DLCH. Salas de aulas: CEGOE/Térreo
Turno(s) de funcionamento	Noturno
Número de vagas	80 vagas anuais
Periodicidade de oferta	Semestral
Carga horária Total	3315 horas
Período de Integralização	9 semestres ou 4,5 anos
Período Máximo de Integralização	16 semestres ou 8 anos
Ato Regulatório do Curso	Portaria nº 1.698, de 03 de dezembro de 1999 Resolução nº 123, de 18 de junho de 1990
Portaria de Reconhecimento em vigor	Portaria nº 340, de 28 de julho de 2016
Corpo Dirigente do Departamento ou Unidade Acadêmica	Nome: Suely Luna Cargo: Diretor Geral e Acadêmico Telefone do Departamento:(81) 3320-6000 E-mail:diretoria.dehist@ufrpe.br.

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	6
2. HISTÓRICO DA UFRPE.....	11
3. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	15
4. OBJETIVOS DO CURSO	21
5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	22
6. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	24
7. REQUISITOS DE INGRESSO	25
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	28
9. ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	134
10. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC.....	138
11. ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES – ACC.....	139
12. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC).....	148
13. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	152
14. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO.....	153
15. INTEGRAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	160
16. APOIO AO DISCENTE	162
17. ACESSIBILIDADE.....	165
18. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	168
19. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	169
20. FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	171
21. INFRAESTRUTURA DO CURSO.....	175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	178

1. APRESENTAÇÃO

O Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE apresenta seu novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) com vistas a aprimorar seu anterior projeto mediante a inclusão de regulamentações para os TCCs e as Atividades Complementares, além da explicitação do funcionamento das práticas como componentes complementares no Curso. Do mesmo modo, vem promover o enquadramento do Curso às mudanças legais mais recentes no contexto educacional no âmbito das licenciaturas, bem como atender às diretrizes elaboradas nas discussões do Fórum das Licenciaturas conduzido pela Coordenação Geral das Licenciaturas.

O ponto de partida da reformulação foi uma análise do Projeto Pedagógico em vigor, aprovado pela Portaria nº 340, de 28 de julho de 2016, tendo por base as principais mudanças advindas de normativas, resoluções e pareceres do MEC e da UFRPE para o campo das licenciaturas. Contemplou ainda as mudanças na área de História com a regulamentação da profissão do historiador, acessível aos egressos das licenciaturas e do bacharelado em História.

É particularmente importante destacar que este novo projeto contempla as reformulações do projeto anteriormente elaborado que seguiu as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de História e segue a Resolução CNE/CP N° 02/2015 - Diretrizes Curriculares para a formação de professores em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Naquele projeto, foi proposto um currículo mais condizente com as profundas mudanças sociais, cujas metas foram o fortalecimento da democratização da educação e do conhecimento, a melhoria da qualidade da educação no país e a recepção do avanço da velocidade da informação, promovendo novas relações sociais, políticas, culturais e econômicas. Todos estes pressupostos são reafirmados nesta reformulação.

O PPC do curso de licenciatura em História estruturado pela equipe representante do curso considerou como órgão norteador e orientador dos seus tópicos a aplicação de novos dispositivos legais e uma breve reorganização do fluxograma da matriz curricular.

Este documento é fruto do nosso entendimento de que a elaboração e reelaboração do Projeto Pedagógico deve ser contínua, tendo em vista se tratar de um documento orientador das ações e funcionamento do Curso, em consonância com os objetivos da Instituição e, principalmente, em decorrência das necessidades atuais da sociedade.

Nesse sentido, partimos da observação de que a sociedade brasileira defronta-se hoje com processos de globalização, avanço da tecnologia e da ciência e utilização de novas linguagens que desencadeiam transformações, exigindo cada vez mais de seus cidadãos um nível de escolarização e conhecimentos especializados que se remetam a favor de práticas sociais que de fato formem o sujeito e a todos com os quais ele se relaciona profissionalmente. Assim, é papel da Universidade como um todo, e da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UAG/UFRPE), em particular, articular-se com a sociedade, contribuindo para a formação profissional e humana de cidadãos capazes de pensar e agir criticamente e não apenas de profissionais especializados em uma ou outra área do conhecimento.

Para atingir este intento, nossa Instituição firma-se, portanto, com propostas e serviços que satisfazem realmente os interesses da população a que atende, expandindo os trabalhos desenvolvidos para o estabelecimento de diálogos com outras instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão em nível nacional e internacional.

Resguardamos a concretização das orientações previstas nas Diretrizes Nacionais para a formação de professores da Educação Básica e outros documentos oficiais, constantes no primeiro texto, além das bases legais da UFRPE que fundamentam o funcionamento de seus cursos de graduação.

As mudanças apresentadas neste texto partem da reflexão coletiva, que envolveu professores e alunos, sobre o que se almeja para o curso de História no que tange à formação docente dos alunos egressos. As reformulações apresentadas foram delineadas pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso, a partir dos encaminhamentos da comunidade discente e docente que o compõe e do estudo de textos legais que orientam o funcionamento e a organização dos Cursos de Licenciatura em História no país.

ENQUADRAMENTO DO CURSO À LEGISLAÇÃO VIGENTE/ BASE LEGAL DO CURSO

Este Projeto Pedagógico foi elaborado de acordo com os dispositivos legais que regulamentam o funcionamento do curso, sob a égide das leis, Decretos, Resoluções e Pareceres enumerados no quadro a seguir:

Quadro 1 -Base legal geral do curso

BASE LEGAL GERAL DO CURSO	
Lei, Decreto, Resolução, Parecer e Referencial	Escopo
Lei nº 9.394/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Base Nacional Comum Curricular- BNCC
Lei nº 13.005/2014	Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE.
Lei nº 11.645/2008	Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
Lei nº 12.764/2012	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
Lei nº 13.146/2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Lei nº 9.795/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
Decreto nº 5.296/2004	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
Decreto nº 5.626/2005	Dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
Parecer CNE/CES nº 492/2001	Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.
Parecer CNE/CES nº 1.363/2001	Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares

	Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.
Resolução CNE/CES nº 13/2022	Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História.
Resolução CNE/CES nº 2/2007	Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
Resolução CNE/MEC nº 1/2012	Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
Resolução CNE/MEC nº 2/2012	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
Resolução CNE/MEC nº 1/2004	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Resolução CNE/CP N° 02/2015	Apresenta as Diretrizes Curriculares para a formação de professores em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
Referenciais Curriculares para os Cursos de Bacharelado e Licenciatura/2010	Dispõe sobre os nomes dos cursos de graduação, carga horária, perfil do egresso e campo de atuação.
Portaria nº 1.428/2018	Altera a disposição sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior – IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial.

Além da legislação nacional, os cursos de graduação também deverão atender a Legislação Institucional da UFRPE, descritas a seguir no Quadro 2:

Quadro 2 – Base legal da UFRPE que fundamenta o curso

BASE LEGAL DA UFRPE	
Resoluções	Escopo
Resolução CEPE/UFRPE 220/2016	Revoga a Resolução nº 313/2003 deste Conselho, que regulamentava as diretrizes para elaborar e reformula os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFRPE e dá outras providências.
Resolução CEPE/UFRPE 597/2009	Revoga a resolução 430/2007 e aprova novo Plano de Ensino, dos procedimentos e orientações para elaboração, execução e acompanhamento.
Resolução CEPE/UFRPE 217/2012	Estabelece a inclusão do componente curricular "Educação das Relações Étnico-Raciais", nos currículos dos cursos de graduação da UFRPE.
Resolução CEPE/UFRPE 030/2010	Estabelece a inclusão do componente curricular "LIBRAS" nos currículos dos cursos de graduação da UFRPE.
Resolução CEPE/UFRPE 425/2010	Regulamenta a previsão nos Projetos Pedagógicos de curso da equiparação das atividades de Extensão, monitorias e iniciação científica como estágios curriculares.
Resolução CEPE/UFRPE 065/2011	Aprova a criação e regulamentação da implantação do Núcleo Docente Estruturante - NDE dos Cursos de Graduação da UFRPE.
Resolução CEPE/UFRPE 003/2017*	Aprova alteração das Resoluções nº 260/2008 e nº 220/2013, ambas do CONSU da Universidade Federal Rural de Pernambuco.
Resolução CEPE/UFRPE 494/2010	Dispõe sobre a verificação da aprendizagem no que concerne aos Cursos de Graduação.
Resolução CEPE/UFRPE 362/2011	Estabelece critérios para a quantificação e o registro das Atividades Complementares nos cursos de graduação desta Universidade.
Resolução CEPE/UFRPE nº 622/2010	Regulamenta normas de inserção de notas de avaliação de aprendizagem no Sistema de Informações e Gestão Acadêmica – SIG@ da UFRPE.

Resolução CEPE/UFRPE nº 678/2008	Estabelece normas para organização e regulamentação do Estágio Supervisionado Obrigatório para os estudantes dos cursos de graduação da UFRPE e dá outras providências.
Resolução CEPE/UFRPE nº 486/2006	Dispõe sobre obrigatoriedade de alunos ingressos na UFRPE de cursarem os dois primeiros semestres letivos dos cursos para os quais se habilitaram.
Resolução CEPE/UFRPE nº 154/2001	Estabelece critérios para desligamento de alunos da UFRPE por insuficiência de rendimentos e discurso de prazo.
Resolução CEPE/UFRPE nº 235/2017	Dispõe sobre as disciplinas da Base Comum para os Cursos de Licenciatura.
Resolução CEPE/UFRPE nº 281/2017	Aprova depósito legal de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu da UFRPE.
Resolução CEPE/UFRPE nº 276/98	Dispõe sobre a exclusão da obrigatoriedade nos cursos noturnos das disciplinas Educação Física A e B e propõe modificações para os cursos diurnos.
Resolução CONSU/ UFRPE Nº 090/2013	Dispõe sobre a criação do Núcleo de Acessibilidade como Unidade Organizacional
Resolução CONSU/ UFRPE Nº 172/2013	Dispõe sobre as atividades do Núcleo de Acessibilidade (NACES) desta Universidade

2. HISTÓRICO DA UFRPE

A UFRPE é uma instituição centenária com atuação proeminente no estado de Pernambuco e região. Sua história tem início com a criação das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária do Mosteiro de São Bento, em Olinda, no dia 3 de novembro de 1912. Apenas em fevereiro de 1914 iniciaram-se as aulas na instituição que, por sua vez, funcionava em um prédio anexo ao Mosteiro, sob a direção do abade alemão D. Pedro Roeser. Em dezembro do mesmo ano foi instalado o Hospital Veterinário, sendo este o primeiro do país (MELO, 2010). Tendo em vista as limitações de espaço para as aulas práticas do curso de Agronomia, os beneditinos transferiram, em 1917, o referido curso para o Engenho São Bento, localizado no distrito de Tapera, em São Lourenço da Mata.

A década de 1930 foi marcada pela estatização da Instituição, com a desapropriação da Escola Superior de Agricultura de São Bento, em 9 de dezembro de 1936, pela Lei nº 2.443 do Congresso Estadual e Ato nº 1.802 do Poder Executivo Estadual, passando a denominar-se Escola Superior de Agricultura de Pernambuco – ESAP. Aproximadamente um ano depois, através do Decreto nº 82, de 12 de março de 1938, ela foi transferida para o Bairro de Dois Irmãos, no Recife.

Em 1947, através do Decreto Estadual nº 1.741, foram reunidos a ESAP, o Instituto de Pesquisas Agronômicas, o Instituto de Pesquisas Zootécnicas e o Instituto de Pesquisas Veterinárias, constituindo, assim, a Universidade Rural de Pernambuco – URP. Em 1955, através da Lei Federal nº 2.524, a Universidade foi federalizada, passando a fazer parte do Sistema Federal de Ensino Agrícola Superior vinculado ao Ministério da Agricultura. Após a federalização, a URP elaborou o seu primeiro estatuto, em 1964, com base na LDB de 1961. Com a promulgação do Decreto Federal nº 60.731, de 19 de maio de 1967,¹ a instituição passou a denominar-se oficialmente Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Em 1957, a Escola Agrotécnica do Nordeste foi incorporada à Universidade passando a ser denominada, a partir de 1968, de Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas (SOUZA, 2000). Atualmente, o Colégio, que também conta com um novo campus em Tiúma¹, oferece cursos técnicos em Agropecuária (integrado ou não ao Ensino Médio), Alimentos e Administração, além de ofertar outros na modalidade a Distância – EAD: Açúcar e Álcool, Alimentos e Administração. Também é destaque sua atuação no âmbito da qualificação profissional, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Na década de 1970, novos cursos de graduação foram criados na UFRPE, Campus Dois Irmãos sendo eles: Estudos Sociais, Zootecnia, Engenharia de Pesca, Bacharelado em Biologia e Economia Doméstica e Licenciatura em Ciências Agrícolas e Engenharia Florestal. No mesmo período, a UFRPE iniciou suas atividades de oferta de curso de pós-graduação stricto sensu, com a criação do Mestrado em Botânica, em 1973, por meio de um convênio firmado com a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Os anos de 1980 se destacaram pela reformulação do curso de Licenciatura em Ciências com suas respectivas habilitações. Surgiram, então, quatro novos cursos de Licenciatura: Física, Química, Matemática e Ciências Biológicas.

¹PE-005, 589 - Tiúma, São Lourenço da Mata - PE, 54737-200

Nos anos 2000, a UFRPE vivenciou um novo ciclo de expansão de suas atividades com a criação de cursos de graduação (na Sede) e das Unidades Acadêmicas, através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. A Unidade Acadêmica de Garanhuns - UAG, localizada no Agreste de Pernambuco, foi a primeira das unidades fundadas pela UFRPE, tendo iniciado suas atividades no segundo semestre de 2005. A UAG oferta os cursos de Agronomia, Licenciatura em Pedagogia, Ciência da Computação, Engenharia de Alimentos, Medicina Veterinária, Zootecnia e Licenciatura em Letras. Destaque-se que a UAG está em processo de emancipação, devendo, em alguns anos, tornar-se uma instituição autônoma. Em 2006, no Sertão de Pernambuco, foi criada a Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST que, atualmente, oferta os cursos de Bacharelado em: Administração, Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Sistemas de Informação, além de Engenharia de Pesca, Agronomia, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Química e Zootecnia.

Ainda no processo de expansão e inclusão social, em 2005, através do Programa Pró-Licenciatura do Ministério da Educação, a UFRPE iniciou as atividades do ensino de graduação na modalidade à distância. Em 2006, o MEC implantou o Programa Universidade Aberta do Brasil cuja prioridade foi a formação de profissionais para a Educação Básica. Nesse mesmo ano, a Universidade se engajou no referido programa. Em 2010, foi criada a Unidade Acadêmica de Educação à Distância e Tecnologia – UAEADTec, presente em 19 polos nos estados de Pernambuco e Bahia. Sua sede administrativa está localizada no campus Dois Irmãos, no Recife. A UAEADTec oferta oito cursos de graduação: Bacharelado em Administração Pública, Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura em Artes Visuais Digitais, Licenciatura em Computação, Licenciatura em Física, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Pedagogia.

Ao mesmo tempo em que essa interiorização vem se consolidando com a oferta de cursos presenciais e a distância, a UFRPE também inovou, em 2014, com a implementação da Unidade Acadêmica no Cabo de Santo Agostinho – UACSA. A Unidade tem ofertado tanto cursos Superiores em Tecnologia (Construção Civil, Transmissão e Distribuição Elétrica, Automação Industrial, Gestão da Produção Industrial, Mecânica: Processos Industriais) quanto de Bacharelado em Engenharia (Civil, Elétrica, Eletrônica, Materiais e Mecânica).

Em 2017, o Conselho Universitário da UFRPE, através da Resolução CONSU/UFRPE nº 098/2017, aprovou a criação da Unidade Acadêmica de Belo Jardim – UABJ – visando atender às demandas de qualificação profissional nas áreas de Engenharia da região. De forma

semelhante ao projeto da UACSA, a UABJ ofertará cursos Superiores em Tecnologia e de Bacharelado em Engenharia

Histórico do curso

O Curso de Licenciatura em História da UFRPE foi reconhecido pelo Ministério da Educação através da Portaria nº 1.698, de 03 de dezembro de 1999, funciona atualmente no período noturno com 80 vagas anuais, sendo 40 na primeira entrada e mais 40 na segunda, tendo um período normal de integralização de 9 semestres e de no máximo 15. Seu público alvo são alunos do ensino médio atualmente com ingresso pelo ENEM/MEC, mas também, abre possibilidades aos interessados diplomados e transferidos de áreas afins.

Os alunos de Licenciatura em História demonstram grandes perspectivas com o Curso, particularmente na atualidade com a ampliação de suas atribuições no mercado de trabalho que procuram associar o ensino com a pesquisa histórica, e extensão com a profissionalização do Historiador e com o crescimento das Pós-Graduações na área em todo país, ampliando seu campo de atuação do Ensino Fundamental ao Superior. A UFRPE também teve a preocupação de promover as condições de acesso dos seus egressos em história na Pós-Graduação através do Programa de Pós-Graduação em História proporcionando um campo de formação para a ampliação de seu ofício como Professor de História com habilidade para o campo da pesquisa histórica voltada para o ensino. Atualmente, o Programa de Pós-Graduação em História tem uma Linha de Pesquisa para o “Ensino de História” com vistas a aprofundar a relação entre o ensino ea pesquisa, alimentando as perspectivas de nossos alunos de Graduação.

A relevância do Curso na instituição vem sendo afirmada pela expansão estrutural que o Departamento tem apresentado no sentido da renovação do seu corpo docente e de sua infraestrutura. A este crescimento acrescentamos a procura pelos alunos e a atuação em especial, do Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE, a partir de 2006, que hoje contempla em uma de suas linhas o Ensino da História e tem uma APCN em avaliação pela Capes com a proposta de ampliação para o Curso de Doutorado. Do mesmo modo, o Curso de Licenciatura em História (Graduação) foi beneficiado com a consolidação da Pós-Graduação em História, estimulando a formação na relação ensino-pesquisa e extensão.

Desde sua implementação, o curso tem sido contemplado com aprovação de projetos de pesquisa em editais como o do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), tanto pela UFRPE/CNPq, quanto pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). Também tem havido aprovação de projetos em editais de financiamento

e apoio financeiro, como Edital Universal/Rural e o Pró-pesquisador. As pesquisas oriundas de tais projetos têm se repercutido em publicações, apresentadas em diversos eventos acadêmicos no país, as quais também têm influenciado na definição de temas monográficos a serem estudados como Trabalho de Conclusão de Curso.

Alguns docentes também se envolvem com orientação de monitores de disciplinas, os quais, por sua vez, atuam com os colegas de graduação, auxiliando a didática dos ministrantes das disciplinas, bem como tendo experiência docente, desejável para a formação mais ampla no ensino superior.

O projeto que mais contempla bolsistas no curso é o Programa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES). O curso conta com 20 bolsistas, os quais desempenham atividades de docência em escolas de ensino básico da região, acompanhados por professores da escola e orientados por professores tutores da Universidade. No terceiro ano de atuação do programa, além da experiência prática e in loco, os discentes têm divulgado seus resultados em eventos acadêmicos locais, regionais e nacionais. Tendo como meta o aumento do índice do IDEB das escolas envolvidas, compreende-se que esse programa tem surtido efeitos interessantes na região metropolitana de Recife, além de outros municípios do estado.

No ano de 2018, o Núcleo Docente Estruturante do curso de Licenciatura em História da UFRPE, em observação às exigências curriculares nacionais, propôs, sob consulta das reuniões de áreas específicas, uma nova Matriz Curricular, ajustando cargas-horárias, incluindo disciplinas exigíveis oficialmente para o curso, bem como outras que se reconhece como imprescindíveis para o profissional de História. Em 22 de outubro de 2014, é publicada no Diário Oficial da União a Portaria 588, o ato regulatório de reconhecimento do Curso. Em 24 de dezembro de 2015 é publicada, também no Diário Oficial da União, a Portaria 1098 com a renovação do reconhecimento Curso.

Como epílogo deste histórico, enfatizamos a importância do curso de história, a fim de se descobrirem novos desafios posteriormente, sempre numa atitude de avaliação e auto-avaliação de seus vários setores.

3. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

No contexto desta reformulação do Curso de Licenciatura em História da UFRPE estão a adaptação às diretrizes de uma nova regulamentação sobre carga horária e a inclusão de novas dinâmicas nas Licenciaturas no país. O Curso a partir das propostas orientadas e sugeridas pelo

MEC e pela Pró-Reitoria de Graduação da UFRPE, sobretudo em função da atuação significativa do seu Fórum das Licenciaturas. vem afirmar o seu compromisso com um perfil equilibrado entre a competência e a habilidade para atuar no campo do ensino e da pesquisa histórica, reconhecendo os prejuízos da dissociação entre o ensino e a pesquisa histórica, já que a base do primeiro são as produções historiográficas resultantes da ação da segunda.

O Professor de História do Ensino Fundamental e Médio deve ser capaz de articular o saber histórico com a circulação e transmissão de conhecimento, deve ser capaz de produzir material didático e ter capacidade de análise crítica dos temas no atual campo da diversidade e da pluralidade de saberes que concorrem para um novo perfil do formando em história. Com a profissionalização do historiador e a ampliação do campo do egresso do Curso de Licenciatura em História para instituições de pesquisa e de ensino, reconhecemos a necessidade de aprimorar alguns pressupostos na formação dos nossos discentes e reorientar algumas de nossas práticas docentes.

Finalmente, a reformulação do Projeto Pedagógico é a materialização das mudanças já introduzidas no Curso e que por ora serão regulamentadas acompanhado as diretrizes elaboradas pelos representantes do MEC, o esforço dos dirigentes da IES, do Corpo Docente e do Corpo Discente para sua concretização. É a materialidade das necessidades de incorporação de novas dinâmicas e de adequação aos instrumentos legais, é também fruto da necessidade de acompanhar a velocidade da informação do saber histórico, de integrar na formação dos nossos alunos aos novos saberes preparando-os para um novo tempo, para a dinâmica da profissionalização do Professor de História.

Em resumo, este é um Projeto Pedagógico que se coaduna com as diretrizes do projeto que ora reformula atendendo à dinâmica das licenciaturas em história e às expectativas do formando e do mercado de trabalho.

Na sua base e elaboração estão presentes os resultados das interlocuções dos seus docentes com os discentes dos cursos de história. São também resultado do constante diálogo que a nossa Pró-Reitoria de Ensino (Preg) tem feito no acompanhamento das propostas do MEC, além da facilitação do diálogo entre as licenciaturas na UFRPE, no trabalho contínuo do Fórum das Licenciaturas na IES, bem como, a atuação do nosso NDE e sua interlocução com o curso. A partir desses encontros de ideias e necessidades, apresentamos uma nova organização da matriz curricular que não altera a sua concepção, mas busca aprimorar a sua sistemática de aplicação e funcionalidade.

O Curso de Licenciatura em História tem atendido a outras esferas da Instituição e fora dela, por, em sua natureza, ofertar atividades formativas voltadas para a licenciatura e a pesquisa. Assim, este Curso tem proporcionado atividades de ensino e extensão para a comunidade acadêmica e externa a ela, proporcionando: i) a capacitação do corpo discente e de funcionários da UFRPE/SEDE; ii) o aperfeiçoamento do corpo docente e, iii) o atendimento direto da comunidade em geral, por meio de oficinas e minicursos. Assim, pode-se dizer que, além de participar ativamente na formação de profissionais competentes no âmbito das diversas instâncias de letramento, o Curso de Licenciatura em História atua no âmbito da comunidade acadêmica e não-acadêmica.

Por fim, destacamos que a formação que desejamos estender aos alunos do curso de História com esta proposta de Projeto Pedagógico de Curso pretende ampliar os conhecimentos destes, bem como ofertar subsídios para que os egressos se insiram em programas de pós-graduação (*latu e stricto sensu*) além de atuar com qualidade, empenho e desenvoltura na educação básica.

Concepção do Curso

O curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em consonância com as diretrizes e objetivos estabelecidos na legislação e nas regulamentações em vigor, com destaque para Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), as deliberações da Conferência Nacional de Educação - CONAE (2010/2014), o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, aprovado pela [Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014](#), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior ([Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015](#)), a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação ([DECRETO Nº 8.752, DE 9 DE MAIO DE 2016](#)), o PARECER CNE/CP 9/2001, PARECER N CNE/CP 28/2001, PARECER N CNE/CP 28/2001, PARECER CNE/CES 492/2001 e as Diretrizes Curriculares para os cursos de História ([RESOLUÇÃO CNE/CES nº 12/2002](#)), tem por objetivo a formação inicial de professores de História para a Educação Básica, e demais atividades pedagógicas, como produção e consultoria de materiais didáticos, participação em projetos culturais integradores nos mais diversos âmbitos (governo, instituições, sociedade civil), bem como pesquisa em projetos educacionais relacionados à história, memória e patrimônio.

Institucionalmente, o curso está orientado pelo Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPI/PDI 2013-2020 - versão revista e atualizada),

que estabelece como objetivo da Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação para a Educação Básica da universidade:

- I. Promover a formação de profissionais do magistério para a educação básica, que compreende aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação. (Art. 3, §4, Res. 2/2015)
- II. Fomentar a qualidade da formação inicial e continuada de profissionais do magistério (formadores e estudantes) nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- III. Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências epistemológicas, metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino e aprendizagem;
- IV. Promover a formação continuada de profissionais do magistério da educação básica em cursos de segunda licenciatura, formação pedagógica e pós-graduação;
- V. Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-os protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;
- VI. Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura;
- VII. Colaborar para que os estudantes de licenciatura se insiram na cultura escolar do magistério, por meio da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente;
- VIII. Garantir a articulação entre licenciaturas, pesquisa, pós-graduação, extensão e programas/projetos de formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica.

Em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério para a Educação Básica em Nível Superior (CNE Resolução N° 2, de 1° de Julho de 2015), a formação inicial do licenciado em História deve pautar-se na especificidade do trabalho docente, primando pela articulação entre teoria e prática, e pelo

conhecimento da realidade das instituições educativas da educação básica no estado de Pernambuco. Os princípios que norteiam a política de formação e valorização da profissão docente, dessa forma, buscam superar a dicotomia ensino/pesquisa através de uma sólida formação teórica e interdisciplinar, da unidade teoria-prática, do trabalho coletivo e interdisciplinar, do compromisso social e valorização do profissional da educação. Nesse sentido, a articulação entre graduação e pós-graduação, entre pesquisa e extensão, são princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do licenciado em história e da prática educativa. (Res. 2/2015)

Para tanto, o Projeto Pedagógico do Curso de História parte do princípio de que o processo de formação inicial do licenciado em História deve contemplar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que se materializa num projeto formativo de sólida base teórica e interdisciplinar que reflete a especificidade da formação docente. Com esse objetivo, a matriz curricular do Curso de Licenciatura em História contempla: i. Conteúdos específicos da área de História ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, ii. Conteúdos relacionados aos fundamentos da educação dos saberes históricos escolares, iii. Conteúdos relacionados à formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, iv. Conteúdos relacionados à formação ética e estética para cidadania e equidade: direitos humanos, diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, língua brasileira de sinais (Libras), educação especial, direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas etc. (Art. 13, §2, Res. 2/2015). Constituindo-se os seguintes núcleos formativos (Art. 12, Res. 2/2015)²:

- I. Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas da História e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais;
- II. Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos e a pesquisa priorizada pelo PPI UFRPE em sintonia com os sistemas de ensino do estado;
- III. Núcleo de estudos integradores para enriquecimento cultural.

Considerando que a educação é um direito fundamental, estabelecido na CF 1988, constituindo-se como uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro, visando o fortalecimento da democracia. Considerando que o ensino de

² DOURADO, Educ. Soc., Campinas, v.36, nº 131, p. 299-324, abr-jun, 2015.

história tem como objetivo pedagógico formar os jovens da educação básica para o exercício da cidadania. O licenciando em História, ao graduar-se, deverá estar preparado para enfrentar questões do tempo presente: que lugar ocupa o saber histórico escolar no século XXI? Qual a centralidade do ensino da história e da memória coletiva na construção do presente e do futuro na sociedade global? Como dialogar com as lutas culturais sobre a gestão da memória que têm eco imediato no ensino de história escolar? Como o saber histórico escolar dialoga com o desafio de consolidação dos jovens sistemas democráticos, com seus problemas não resolvidos? Que cidadãos queremos formar? Que signos de identidade queremos conservar e quais transformar? Que papel devem ocupar a história e outras práticas de lembrança e esquecimento para a formação do cidadão?

Os conteúdos de caráter social ou histórico tem tido na Escola e na sociedade, em geral, uma fortuna desigual se comparados aos conteúdos das ciências naturais, matemáticas e línguas, como se implicassem uma menor dificuldade educativa e cognitiva, como se resultassem mais fáceis por serem menos complexos, por serem identificados com “ideologia”, de forma que às vezes sejam considerados, explícita ou implicitamente, como frutos, sobretudo, de opção ideológica. Entretanto, o conhecimento vinculado às ciências sociais resulta fundamental para que a Escola possa proporcionar uma adequada compreensão do mundo, tendo em vista que esse conhecimento é de grande complexidade, já que não apenas proporciona uma mera descrição ou classificação superficial dos fenômenos, mas pode gerar, se é compreendido em profundidade, explicações de densidade conceitual, assim como pensamento crítico acerca da sociedade atual.³

Em momentos de incerteza, não estão definidos ainda quais serão os novos termos do pacto entre Escola / Sociedade, bem como o papel do ensino de história nesses novos termos. Mas, algumas tendências podem ser percebidas: uma relação entre representação do passado e legitimação das identidades no presente; a demanda por histórias menos míticas e mais objetivas; a necessidade de elaborar (dar tratamento) os conflitos do passado para possibilitar projetos futuros em comum; a ainda incipiente prática de comparar versões históricas de um mesmo evento passado. Compete ao curso de licenciatura em história a responsabilidade de assegurar uma formação inicial que prepare o licenciado em História para o pleno exercício da profissão. Uma formação que sirva “como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução dos problemas peculiares ao nosso tempo”. (WHYTE, 214: 53)

³ CARRETERO y CASTORINA. La construcción del conocimiento histórico: enseñanza, narración e identidades. Buenos Aires: Paidós, 2010.

4. OBJETIVOS DO CURSO

Situadas as informações deste Projeto, apresentamos os objetivos do Curso, para os quais as reformulações foram realizadas.

Objetivo geral:

A definição dos objetivos do curso de licenciatura em História da UFRPE se associa à concepção basilar do curso, tal como expressa no presente documento, bem como às normativas legais e infralegais relativas às Instituições de Ensino Superior do país.

Uma vez que a aprendizagem histórica é, ao lado das demais disciplinas da base nacional comum curricular, direito subjetivo de todo cidadão brasileiro, o objetivo central do curso de licenciatura em História da UFRPE é a formação inicial de professores de História para atuação na Educação Básica (Ensinos Fundamental e Médio), ali exercendo a docência e suas atividades correlatas – como produção e consultoria de materiais didáticos, participação em projetos culturais integradores nos mais diversos âmbitos (governo, instituições, sociedade civil), bem como pesquisa e gestão de processos educacionais relacionados à história, memória e patrimônio.

Esta sucinta definição, todavia, não é capaz de abarcar o conjunto das metas formativas perseguidas pelo curso, em vista das complexas demandas sociais exigidas do licenciado em História do século XXI.

Objetivos específicos:

- a) Formar um licenciado apto a enfrentar o desafio da construção da aprendizagem histórica nos sistemas de Educação Básica, bem como atuar em outros espaços de preservação da memória e de pesquisa histórica, amparado nas especificidades do saber docente e do saber historiográfico desenvolvidos na formação inicial e ressignificados no exercício profissional;
- b) Capacitar o licenciando a mobilizar, além destes conhecimentos historiográficos e pedagógicos, outros de natureza geográfica, filosófica, sociológica e de outros campos do saber contemplados na matriz curricular do curso, a partir da perspectiva da interdisciplinaridade, para mais sólida efetivação da aprendizagem histórica;
- c) Superar, ao longo deste processo formativo, a visão tradicional que antagoniza ensino e pesquisa, promovendo uma concepção que vê no professor um produtor de saberes,

pesquisador de sua prática e das problemáticas de seu campo de especialização, no exercício cotidiano do ensino e em pesquisas formais de pós-graduação;

- d) Valorizar, ao lado do desenvolvimento dos conhecimentos de natureza técnica, uma formação que enfatize os deveres éticos do profissional docente, bem como o respeito à cidadania, aos direitos humanos, à diversidade étnico-racial, de gênero e de crença que marcam o conjunto da população brasileira;

5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O presente curso de licenciatura em história tem como objetivo formar professores capazes de atuar na educação básica e em projetos de pesquisa e pedagógicos que envolvam a produção do conhecimento histórico; com isso, espera-se que o profissional formado, ou seja, o Licenciado em História seja capaz de:

- Compreender o processo de produção do conhecimento histórico tanto no universo acadêmico, quanto no espaço escolar;
- Utilizar de forma consistente e competente as referências teórico-metodológicas do campo da História, Educação, Antropologia, Sociologia, Filosofia e Psicologia no processo de mediação didática em sala de aula e em outros espaços formativos;
- Analisar a produção historiográfica produzida no campo da História, observando as principais correntes historiográficas da historiografia brasileira;
- Avaliar projetos e processos educacionais e educativos que envolvam a componente curricular história;
- Conhecer as variações dos processos históricos, bem como suas diferentes modalidades de combinações no tempo e no espaço;
- Saber transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, sendo capaz de diferenciá-las e, sobretudo, de qualificar o que é específico do conhecimento histórico;
- Compreender e explicar os diferentes conceitos que formam as estruturas e relações sócio-históricas de uma dada realidade;
- Operar o conhecimento historiográfico de modo a transformá-lo em Saber Histórico Escolar;

- Compreender a complexidade da atividade docente, não a dissociando de seus fundamentos políticos-pedagógicos e da pesquisa, tanto no âmbito formal como em práticas não formais de ensino;
- Refletir sobre as questões educacionais e pedagógicas referentes ao ensino da História nos níveis Fundamental e Médio, de forma a propor projetos de intervenção na realidade escolar, capazes de permitir a educação histórica do cidadão;
- Transitar pelos saberes históricos e pedagógicos com competência de forma a elaborar material didático em diversas linguagens, amparados em referências teórico-metodológicas trabalhadas no curso;
- Selecionar e organizar conteúdos de História de modo a assegurar sua aprendizagem pelos alunos, a partir da realidade discente, bem como da cultura local;
- Selecionar e usar recursos didáticos adequados e estratégias metodológicas do ensino da História de acordo com o grau de maturidade pedagógica e psicológica dos alunos.

Para tal, serão considerados um conjunto de saberes e práticas pedagógicas estabelecidas pelo conjunto de dispositivos legais como fundamentais para o desenvolvimento dessas competências profissionais. Desta maneira, considerando as particularidades que envolvem o contexto regional, os discentes lidarão com conjuntos de referenciais pedagógicos e historiográficos que atribuam significado para a construção de competências que, ao longo de seu processo de formação, adquiram “condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério na Educação Básica, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos etc.)”⁴

O Curso de História – Licenciatura, em consonância com o perfil do egresso anunciado pela UFRPE, ainda considera, para a construção do perfil de seus egressos, de acordo com o apontado acima, as competências e habilidades gerais e específicas apresentadas nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de História (Parecer CNE/CES 492/2001) e nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores para Educação Básica (Resolução 02/2015) na proposição do seu perfil de egresso, quais sejam:

A) GERAIS

- Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio históricas;

⁴ Parecer CNE/CES 492/2001, referente às Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, p. 7. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em 28 de agosto de 2018

- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação;
- Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
- Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.
- Competência na utilização da informática.

B) ESPECÍFICAS PARA A LICENCIATURA

- Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a construção/transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

Desse modo, vislumbra-se um perfil de profissional que tenha como foco em sua formação o desenvolvimento de competências e habilidades próprias para o ensino de História para e no contexto do nordeste do Brasil.

6. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O(a) licenciado(a) em História está habilitado(a) para ministrar aulas no ensino fundamental (Anos Finais) e médio na área do Ensino de História e a reconhecer as condições de produção historiográfica com que lida na sala de aula. Compete, portanto, ao(à) licenciado(a) em História conhecer a realidade na qual vai atuar, a evolução do conhecimento historiográfico, os textos e materiais didáticos da área de História. Mas, principalmente, compete ao(à) licenciado(a) em História saber reconhecer a associação do ensino com o campo da pesquisa histórica.

O espaço da sala de aula é o campo central, mas não exclusivo, de ação e da prática do saber histórico escolar. Este profissional tem uma função didática articulada ao domínio do conhecimento histórico, essa função vai bem além do controle dos recursos pedagógicos do ensino escolar de história. Requer a adoção de uma conduta crítica e seletiva frente às variadas concepções e funções da história no tempo, da concepção que se tem da relação passado- presente-futuro. Este profissional deve estar preparado para fazer escolhas e assumir

compromissos com as concepções correntes, sem desprender da sua função de “aplicador” e “mediador” do conhecimento histórico produzido. Também deve levar em consideração as concepções dos destinatários do conhecimento histórico escolar.

Todo profissional da licenciatura em história, sendo um historiador, tem, obrigatoriamente, duas orientações: a de professor de história e a de pesquisador em história. Lida com o campo específico e com o campo pedagógico, sem os quais não conseguirá ter sucesso no campo do ensino da história. A profissionalização pedagógica como mera competência técnica em sala de aula, sem os conhecimentos específicos da história, seria apenas de um método de ensino, indiferente aos mecanismos específicos do trabalho cognitivo da história, a operação historiográfica. Lembramos, ainda, que este profissional deve ter em mente que o ensino de história não ocorre apenas na escola, mas nos diversos e entrelaçados contextos da vida dos aprendizes, entre os quais circula já uma consciência histórica de si e de outros. Portanto, é um profissional que deve conciliar suas duas orientações, levando em consideração as diferenças entre o trabalho cognitivo da ciência histórica e a atividade do aprendizado de história na sala de aula.

Investimos na formação de um profissional que tem como meta atuar na construção da cidadania, da valorização das culturas e dos povos. Portanto, os temas da pluralidade, da tolerância e da integração para a diversidade constituem metas a serem atingidas por este profissional. O professor de história também deve estar preparado para os desafios propostos pela sociedade. Deve estar consciente de que a área de História é um campo de aventura na busca de compreensões, explicações e narrativas que o tempo presente impõe. Deve ter em mente seu campo de responsabilidade e ética com a interpretação das experiências de vida, procurando reelaborar preconceitos, intolerância e levandade, promovendo em seu lugar diálogos entre as visões de mundo e de culturas. Poderá atuar, além das escolas, em instituições de pesquisa e Museus.

7. REQUISITOS DE INGRESSO

O curso de Licenciatura em História tem entrada semestral com 40 vagas por semestre letivo, resultando em 80 vagas por ano. O ingresso dos alunos ocorre através do Sistema de Seleção Unificado – SISU, com base nos resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, e do Ingresso Extra.

1. *Ingresso através do ENEM*: a UFRPE adota o SISU como principal meio de acesso aos cursos de graduação, através da nota do ENEM, considerando as duas entradas semestrais.
2. *Ingresso Extra*: além do ingresso semestral, a partir da seleção do SISU, a UFRPE possui outras modalidades de acesso. Estas ocorrem duas vezes por ano, em datas previstas e com editais publicados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG. Nessa direção, são modalidades de ingresso extra:

Reintegração – Após ter perdido o vínculo com a Universidade, o aluno que tenha se evadido pelo período máximo de integralização de seu curso poderá requerer a reintegração, uma única vez, no mesmo curso (inclusive para colação de grau), desde que tenha condições de concluí-lo no prazo máximo permitido (considerando o prazo do vínculo anterior e o que necessitará para a integralização do currículo) e que não possua 4 (quatro) ou mais reprovações em uma mesma disciplina (Fundamentação: Res. CEPE/UFRPE nº 100/83 (de 16 de setembro de 1983) e Res. CEPE/UFRPE nº 54/2008 (de 13 de junho de 2008)).

Reopção ou Transferência Interna – O aluno regularmente matriculado que esteja insatisfeito com o seu curso poderá requerer a transferência interna para outro curso de graduação desta Universidade. Para tanto, ele deverá considerar: a área de conhecimento afim ao seu curso de origem; a existência de vagas no curso pretendido; o cumprimento de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do currículo original do seu curso, dispondo, portanto, de tempo para integralização curricular, considerando os vínculos com o curso anterior e o pretendido (Fundamentação: Res. CEPE/UFRPE nº 34/97, de 16/01/1997).

Transferência Externa –A Universidade recebe alunos de outras IES, vinculados a cursos reconhecidos pelo CNE, desde que eles: desejem continuar o curso iniciado ou ingressar em curso de área afim; estejam com vínculo ativo ou trancado com a Instituição de origem; tenham condições de integralizar o currículo no seu prazo máximo, considerando, também, o prazo definido pela outra IES e o que necessitaria cursar na UFRPE; e, por fim, que tenham cursado todas as disciplinas constantes do primeiro período da matriz curricular do curso pretendido na UFRPE. Salvo os casos de transferência *ex-officio* (que independem de vagas), é necessário, para ingresso, que o curso tenha vagas ociosas (Fundamentação: Res. CEPE/ UFRPE nºs 124/83 e 180/91).

Portadores de Diploma de Curso Superior – Os portadores de diploma de curso superior, reconhecido pelo CNE, que desejem realizar matrícula em outro curso superior na UFRPE, em área afim, podem requerê-la, desde que haja disponibilidade após o preenchimento de vagas pelas demais modalidades de ingresso. (Fundamentação: Res. CEPE/UFRPE nº 181/91, de 01/10/1991).

As formas de ingresso definidas a seguir independem de vagas e não há necessidade de publicação de edital da PREG:

Cortesia Diplomática – Em atendimento ao que preconiza o Decreto nº 89.758/84, de 06/06/84, a UFRPE aceita alunos incluídos nas seguintes situações: funcionário estrangeiro, de missão diplomática ou repartição consular de carreira no Brasil, e seus dependentes legais; funcionário estrangeiro de Organismo Internacional que goze de privilégios e imunidades em virtude de acordo entre o Brasil e a organização, e seus dependentes legais; técnico estrangeiro, e seus dependentes legais, que preste serviço em território nacional, no âmbito de acordo de cooperaçãocultural, técnica, científica ou tecnológica, firmado entre o Brasil e seu país de origem, desde queem seu contrato esteja prevista a permanência mínima de 1 (um) ano no Brasil; e, finalmente, técnico estrangeiro, e seus dependentes legais, de organismo internacional, que goze de privilégios e imunidades em virtude de acordo entre o Brasil e a organização, desde que em seu contrato esteja prevista a permanência mínima de 1 (um) ano em território nacional.

Este tipo de ingresso nos cursos de graduação se dá mediante solicitação do Ministério das Relações Exteriores, encaminhada pelo MEC, com a isenção de processo seletivo e independentemente da existência de vagas, sendo, todavia, somente concedido a estudantes de países que assegurem o regime de reciprocidade e que sejam portadores de visto diplomático ou oficial.

Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) – Alunos provenientes de países em desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina, são aceitos como estudantes dos cursos de graduação da UFRPE. Estes estudantes são selecionados, por via diplomática em seus países, considerando os mecanismos previstos no protocolo do PEC-G e obedecendo aos princípios norteadores da filosofia desse Programa. Não pode ser admitido, através desta modalidade, o estrangeiro portador de visto de turista, diplomático ou permanente, bem como o brasileiro dependente dos pais que, por qualquer motivo, estejam prestando serviços no exterior, e o indivíduo com dupla nacionalidade, sendo uma delas brasileira.

Transferência Obrigatória ou Ex-officio – É a Transferência definida na Lei n.º 9.536, de 11/12/97 que regulamenta o Art. 49 da Lei n.º 9.394, de 20/12/96, Portaria Ministerial nº 975/92, de 25/06/92 e Resolução nº 12, de 02/07/94 do Conselho Federal de Educação - CFE. Esta transferência independe da existência de vaga e época, abrangendo o servidor público federal da administração direta ou indireta, autarquia, fundacional ou membro das Forças Armadas, regidos pela Lei n.º 8.112/90, inclusive seus dependentes, quando requerido em razão de comprovada remoção ou transferência *Ex-Officio*. A transferência deverá implicar em mudança de residência para o município onde se situar a instituição recebedora ou para localidade próxima a esta, observadas as normas estabelecidas pelo CNE.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso está estruturado em sistema flexível de carga horária, com carga horária total de 3.315h (quadro 2 da p. 37), distribuídas em componentes obrigatórios específicos e pedagógicos, componentes optativos, estágios supervisionados obrigatórios, Práticas como Componente Curriculares (PCC) e Atividades Curriculares Complementares (ACC). A matriz encontra-se discriminada neste PPC (fig. 3 da p. 38). Sua elaboração seguiu a proposta das Práticas Integrativas (PI) como eixo articulador, promovendo a integralização e interdisciplinaridade entre os componentes curriculares. Os temas voltados para a Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental estão contemplados na estrutura curricular do Curso, sendo parte do conteúdo programático e das ementas das disciplinas de: Prática Integrativa I, Prática Integrativa II, Prática Integrativa III, Prática Integrativa IV, Prática Integrativa V, Prática Integrativa VI, Prática Integrativa VII, Prática Integrativa VIII e Prática Integrativa IX.

O formato do Curso de Licenciatura em História foi concebido de modo a oportunizar uma formação teórica/interdisciplinar que se coaduna com a socialização para a percepção dos contextos sociais, educacionais e formativos. O discente deverá cursar as disciplinas obrigatórias respeitando os pré-requisitos e co-requisitos. Todo conteúdo específico foi organizado de forma que o estudante, ao entrar no momento de regência nos estágios supervisionados obrigatórios, já tenha concluído todo arcabouço teórico-prático necessário. A oferta de disciplinas optativas ao longo do curso constituirá o aprofundamento do estudante em componentes de livre escolha que contribuirão com sua formação específica de acordo com suas afinidades. As disciplinas optativas serão oferecidas nos períodos vespertino e noturno, devendo o estudante cursar um total mínimo de 240 horas.

No momento, o curso é oferecido no período noturno, no qual tem a oferta de disciplinas obrigatórias e optativas.

Com este Projeto Pedagógico, a realização, apresentação e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) continua obrigatória, tendo seu enfoque voltado para a *praxis* pedagógica. Durante os ESO, os trabalhos de conclusão de curso deverão contribuir para o preenchimento das lacunas do conhecimento, instrumentalização e realização da prática pedagógica.

A carga horária do curso está distribuída em nove semestres, sendo cada um constituído por pelo menos 100 dias letivos.

Os componentes curriculares propostos estão alinhados ao pressuposto da interdisciplinaridade e suas epistemologias específicas, cuja interação de conteúdos se materializa na relação teoria-prática. No sentido da promoção de uma ação mais reflexiva acerca da indissociabilidade entre ensino, a pesquisa e extensão, investimos no fomento à formação inicial que aponta para uma formação continuada a partir da prática pedagógica no Curso de Licenciatura em História da UFRPE, com intuito de fomentar. Como princípios que norteiam nossas práticas estabelecemos a problematização da *praxis* pedagógica e na operacionalização e aprofundamento articulado dos saberes tematizados durante o curso.

1. Ensino: Preparar o(a) aluno(a) para atuar no campo do ensino de História, tornando-o capaz de selecionar, ler, analisar e produzir o conhecimento histórico em textos e outros materiais didáticos para o ensino de História;

2. Pesquisa: Formar o(a) aluno(a) para o campo da pesquisa histórica, viabilizando sua capacidade de ação junto a instituições de pesquisa, na produção historiográfica e na produção dos recursos didáticos do ensino de História e;

3. Extensão: Promover a participação do(a) aluno(a) em atividades científico-culturais e acadêmicas, colocando o(a) aluno(a) em contato com os lançamentos de livros da área, de materiais didáticos, dos debates em torno das constantes mudanças no campo das abordagens e perspectivas de estudos e pesquisas históricas e da ampliação dos conteúdos.

Além dos conteúdos específicos e da área pedagógica apresentamos ao aluno a partir do segundo período a oferta de disciplinas optativas, disciplinas de áreas afins nos períodos iniciais e Libras, uma demanda dos alunos que se encontram em vias de conclusão do curso.

Este Projeto Pedagógico contempla o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA - Plataforma Institucional da UFRPE) enquanto:

1) ambiente formativo atrelado a disciplinas estabelecidas na nova matriz curricular (Fig. 6);

2) ambiente formativo para aprofundamento (fóruns temáticos, material auxiliar, bibliografia complementar, textos de discussão, estudos dirigidos), sendo assim de caráter complementar ao conteúdo da disciplina;

Quadro 3 – Organização Curricular do Curso (Resolução CNE N° 002, de 01 de julho de 2015).

Carga horária total*		3.315h
Carga horária de disciplinas 2700h*	Formação Complementar: 615h:	
<ul style="list-style-type: none"> • Núcleo básico: 180h Introdução ao Estudo da História; Teoria da História; Metodologia da História • Núcleo Específico = 2040h Fundamentos da Educação; Produção de Textos Acadêmicos; História das Sociedades da Antiguidade Oriental; Pré-História; Educação Brasileira: Legislação, Organização e Políticas; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); História das Sociedades da Antiguidade Mediterrânea; Fundamentos de Filosofia; Psicologia I; História Medieval I; Geografia Física e Humana Geral; Psicologia II; 	Prática como componente curricular = 405h Atividades Complementares = 210h	180h 2445h 690h

<p>História Medieval II; Didática; Historiografia Pernambucana; Linguagens Alternativas para o Ensino da História; História Moderna I; História do Brasil Colonial; História da América I; História Moderna II; História do Brasil Imperial; História da América II; História da Cultura Afro-brasileira; História Contemporânea I; História do Brasil Republicano I; História Contemporânea ; História do Brasil Republicano II; História da Cultura Indígena; Educação das Relações Étnico-raciais; Optativas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Núcleo Profissional = 480h <p>Estágio supervisionado obrigatório = 405h</p> <p>TCC= 75h</p>		
--	--	--

Regime de Matrícula:

A matrícula nos componentes curriculares observará as exigências de pré e co-requisitos entre as disciplinas. A organização da matriz curricular busca a maior flexibilização possível em relação à necessidade de pré-requisitos e co-requisitos entre as disciplinas, minimizando as exigências. No quadro 3, apresentado na seção seguinte, estão enumerados os componentes obrigatórios, com a sinalização dos pré e dos co-requisitos para cursá-los.

Por fim, reforça-se a obrigatoriedade de participação do aluno no ENADE, o qual se configura como Componente Curricular obrigatório, a constar no histórico do discente.

Matriz Curricular

Os componentes curriculares estão distribuídos considerando a seguinte tipologia: obrigatórios e optativos (atendendo a carga horária estipulada e dentre o rol de disciplinas ofertadas, o aluno escolhe cursar aquelas de seu interesse). No Quadro 3, são apresentados os períodos nos quais estes componentes são ofertados no curso.

Quadro 4 – Matriz Curricular

Período	Código	Nome	Carga Horária					Pré-requisitos	Co-Requisito
			Teórica	Prática	PCC	Semipresencial ou EAD	Total		
1º	Cód. 05237	Fundamentos da Educação	45	15	15*	0	60	Não há	Não há
	Cód. 04566	Introdução ao Estudo da História	45	15	15*	0	60	Não há	Não há
	Cód. 04832	Produção de Textos Acadêmicos	60	0	0	0	60	Não há	Não há
	Cód. 04793	História das Sociedades da Antiguidade Oriental	45	15	15*	0	60	Não há	Não há

	Cód. 04565	Pré-História	45	15	15*	0	60	Não há	Não há
		Prática Integrativa I	0	0	60		60	Não há	Não há
	Total de carga horária do período						360 horas (das quais 60 são Prática Integrativa I)		
2º	Cód. 05140	Educação Brasileira: Legislação, Organização e Políticas	45	15	15*	0	60	Não há	Não há
	Cód. 04341	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	0	0	0	60	Não há	Não há
	Cód.	História das Sociedades da Antiguidade Mediterrânea	45	15	15*	0	60	Não há	Não há
	Cód. 04521	Fundamentos de Filosofia	60	0	0	0	60	Não há	Não há
	Cód. 04627	Geografia Física e Humana Geral	45	15	15*	0	60	Não há	Não há
		Prática Integrativa II	0	0	45		45	Não há	Não há
	Total de carga horária do período						345 horas (das quais 45 são Prática Integrativa II)		
	Cód. 05317	Psicologia I	60	0	0	0	60	Não há	Não há

3º	Cód. 04507	Teoria da História	45	15	15*	0	60	Cód. 04566 Introdução ao Estudo da História	Não há
	Cód. 04785	História Medieval I	60	0	15*	0	60	Não há	Não há
	Cód. 04595	História da Cultura Afro-brasileira	45	15	15*	0	60	Não há	Não há
	Cód. 05483	Linguagens Alternativas para o Ensino da História	45	15	15*	0	60	Não há	Não há
		Prática Integrativa III	0	0	60	0	60	Não há	Não há
	Total de carga horária do período							360 horas (das quais 60 são Prática Integrativa III)	
4º	Cód. 05319	Psicologia II	60	0	0	0	60	Cód. 05317 Psicologia I	Não há
	Cód. 04801	Metodologia da História	45	15	15*	0	60	Cód. 04566 Introdução ao Estudo da História	Não há
	Cód. 04786	História Medieval II	60	0	15*	0	60	Cód. 04785 Medieval I	Não há
	Cód. 05231	Metodologia do Ensino de História I	45	15	0	0	60	Não há	Não há

	Cód. 04800	História da Cultura Indígena	60	0	15*	0	60	Não há	Não há
		Prática Integrativa IV	0	0	45	0	45	Não há	Não há
	Total de carga horária do período						345 horas (das quais 45 são Prática Integrativa IV)		
5°	Cód. 04510	História Moderna I	60	0	15*	0	60	Não há	Não há
	Cód. 04795	História do Brasil Colonial	45	15	15*	0	60	Não há	Não há
	Cód. 04600	História da América I	60	0	15*	0	60	Não há	Não há
	Cód.	Estágio Supervisionado Obrigatório I	30	60	0	0	90	Cód. 05231 Metodologia do Ensino de História I	Não há
		Optativa 1	30	0	0	0	30	Não há	Não há
		Prática Integrativa V	0	0	45	0	45	Não há	Não há
	Total de carga horária do período						345 horas (das quais 90h são ESO I e 45 são Prática Integrativa V)		

6º	Cód. 04781	História Moderna II	45	15	15*	0	60	Cód. 04510 História Moderna I	Não há
	Cód. 04796	História do Brasil Imperial	45	15	15*	0	60	Cód. 04795 História do Brasil Colonial	Não há
	Cód. 04787	História da América II	30	15	15*	0	60	Cód. 04600 História da América I	Não há
	Cód.	Estágio Supervisionado Obrigatório II	30	60	0	0	90	Cód. Estágio Curricular Supervisionado I	Não há
		Optativa 2	30	0	0	0	30	Não há	Não há
		Prática Interativa VI	0	0	45	0	45	Não há	Não há
	Total de carga horária do período							345 horas (das quais 90h são ESO II e 45 são Prática Integrativa IV)	
7º	Cód. 04592	História Contemporânea I	45	15	15*	0	60	Cód. 04781 História Moderna II	Não há
	Cód. 04797	História do Brasil Republicano I	45	15	15*	0	60	Cód. 04796 História do Brasil Imperial	Não há
		Didática	60	0	0	0	60	Não há	Não há

	Cód.	Estágio Supervisionado Obrigatório III	30	60	0	0	90	Cód. Estágio Curricular Supervisionado II	Não há	
		Optativa 3	30	0	0	0	30	Não há	Não há	
		Prática Integrativa VII	0	0	30	0	30	Não há	Não há	
	Carga horária total do período						3435 horas (das quais 90 são ESO III e 30 são de Prática Integrativa VII)			
8º	Cód. 04593	História Contemporânea II	45	15	15*	0	60	Cód. 04592 História Contemporânea I	Não há	
	Cód. 04798	História do Brasil Republicano II	45	15	15*	0	60	Cód. 04797 História do Brasil Republicano I	Não há	
	Cód.	TCC I	15	30	15*	0	45	Cód. 04801 Metodologia da História	Não há	
	Cód.	Estágio Supervisionado Obrigatório IV	30	105	0	0	135	Cód. Estágio Curricular Supervisionado III	Não há	
		Prática Integrativa VIII	0	0	45	0	45	Não há	Não há	
		Carga horária total do período						345 horas (das quais 135 são de ESO IV, 45		

							de TCC I e 45 de Prática Integrativa VIII)		
9º	Cód. 04799	Historiografia Pernambucana	60	0	15*	0	60	Não há	Não há
	Cód. 051	Educação das Relações Étnico-raciais	60	0	0	0	60	Não há	Não há
	Cód.	TCC II	15	45	15*	0	60	Cód. TCC I	Não há
		Optativa 4	60	0	0	0	60	Não há	Não há
		Optativa 5	60	0	0	0	60	Não há	Não há
		Prática Integrativa IX	0	0	30	0	30		
		Carga horária total do período						330 horas (das quais 60 são de TCC II e 30 são de Prática Integrativa IX)	
	Atividades Complementares: 210 horas								
	Carga horária total: 3315 horas								

Além dos componentes listados no quadro 3, integra também o rol de componentes curriculares obrigatórios o ENADE, cuja situação de regularidade deverá constar no histórico do aluno.

Síntese da carga horária total do curso

Quadro 5- Síntese da carga horária total do curso

Detalhamento das cargas horárias	Carga horária	Percentual em relação à carga horária total do curso
Componente Curricular Obrigatório (Disciplinas Obrigatórias (c.h) + ESO (c.h) + TCC (c.h) +	2490 horas	75,11%
Optativas (c.h)	210 horas	6,33%
*Prática como Componente Curricular	405 horas	12,22%
Atividades Curriculares Complementares	210 horas	6,33%
**Carga Horária Total	3.315 horas	100%

* A carga horária de 405 horas referente à Prática como Componente Curricular (PCC) encontra-se distribuída entre disciplinas, conforme especificado no quadro 5, sendo contabilizada na carga horária dos componentes obrigatórios.

Sobre a dimensão prática nos componentes obrigatórios

No quadro 3, os componentes foram apresentados de acordo com a sua composição de carga horária destinada a conteúdos teóricos e também à dimensão prática. Faz-se necessário pontuar que a dimensão prática deve ser entendida de maneira diferenciada para as disciplinas correspondentes a Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO). A dimensão prática das disciplinas de ESO são entendidas como atividades realizadas pelo aluno no ambiente do espaço escolar, em que serão postos em prática os conhecimentos teóricos advindos da contribuição dos mais diferentes componentes curriculares cursados pelo aluno, que serão postos em prática na

produção de atividades voltadas para a docência, como também para o próprio exercício da docência. Assim, a carga horária de prática sinalizada para as disciplinas de ESO não computam como carga horária para a prática como componente curricular.

Por sua vez, a carga horária destinada à dimensão da PCC, indicada no quadro 3 para vários dos componentes curriculares obrigatórios, explicados ao longo deste PPC, corresponde a atividades de produção de material ou atividades voltadas para o ensino, relacionando o conteúdo teórico da disciplina à sua transposição para o âmbito do ensino-aprendizagem.

Componentes Curriculares Optativos

Os componentes optativos são ofertados buscando o aprofundamento de conhecimento nos eixos basilares de formação do curso, voltados para várias temáticas do campo da história e das pesquisas dos docentes de nosso curso. Assim, esses componentes estão agrupados nos quadros 5, 6 e 7, de acordo com os eixos.

Quadro 6 – Síntese dos componentes curriculares optativos do curso de história – Área de História

GRUPO 1 – DISCIPLINAS DA ÁREA DE HISTÓRIA - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA						
Cód.	Componente Curricular	Carga Horária				Pré-Requisitos
		Teórica	Prática	Semipresencial- EAD	Total	
04806	Feminismo, Gênero e Subjetividades: diálogos (in) tensos na História	60	0	0	60	Não há
17004	Tópicos Especiais de História da Infância no Brasil	60	0	0	60	Não há
04807	Pré-História e Arqueologia Brasileira	60	0	0	60	Não há
17000	Introdução à História Ambiental	60	0	0	60	Não há
04808	História das Mulheres no Brasil	60	0	0	60	Não há
04805	Tópico Especial: o Brasil Holandês	60	0	0	60	Não há

04804	História dos Índios no Brasil Colonial	60	0	0	60	Não há
04645	Imagem e História: uma abordagem teórica	60	0	0	60	Não há
04809	Tópico Especial: Metodologia da História no Tempo Presente	60	0	0	60	Não há
04819	Tópico Especial: História, Internet e EAD	60	0	0	60	Não há
04820	História e Narrativas Coloniais	60	0	0	60	Não há
04813	Teoria Geral da Arquivologia	60	0	0	60	Não há
04814	História, Mídia e Oralidade	60	0	0	60	Não há
04816	Historiografia Brasileira	60	0	0	60	Não há
04821	História Cultural das Doenças: as representações Literárias	60	0	0	60	Não há
04822	Tópico Especial: História do Currículo e das disciplinas escolares – a construção do saber escolar	30	0	0	30	Não há
04823	Laboratório de Humanidades – encontros e debates para a “formação” do professor de História	30	0	0	30	Não há
04824	História do Cotidiano e Vida Privada na Colônia	60	0	0	60	Não há
04825	Paleografia e Diplomática	60	0	0	60	Não há
04826	História, Memória e Patrimônio	60	0	0	60	Não Há

04831	Tópicos Especiais de História de Pernambuco	60	0	0	60	Não há
04594	História da África Contemporânea	60	0	0	60	Não há
04827	História da Polícia no Brasil Império	60	0	0	60	Não há
17010	História, Instituições e Direito	60	0	0	60	Não há
17008	Governo, Poder e Comércio na América Portuguesa	30	0	0	30	Não há
17012	Arquivo, Arte e Fotografia no Brasil	30	0	0	30	Não há
17013	Nascimento e Afirmação da Ciência Moderna, sécs. XVII e XVIII	60	0	0	60	Não há
17011	História da Reforma Católica (Séculos XVI-XVII)	60	0	0	60	Não há
04838	História dos Impérios Ocidentais Modernos e suas Conexões Globais	60	0	0	60	Não há
04509	História Econômica Geral	60	0	0	60	Não há

Quadro 7– Síntese dos componentes curriculares optativos do Departamento de Educação

GRUPO 2 – OPTATIVAS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO						
Cód.	Componente Curricular	Carga Horária				Pré-Requisitos
		Teórica	Prática	Semipresencial- EAD	Total	
05488	Educação e Museus	60	0	0	60	Não há
	Educação em Direitos Humanos e Cidadania no	60	0	0	60	Não há

	Brasil					
05489	História Agrária	60	0	0	60	Não há
05490	História e Música Popular	30	0	0	30	Não há

Quadro 8– Síntese dos componentes curriculares optativos da Área de Geografia do Departamento de História e de Departamento de Ciências Sociais

GRUPO 3 – OPTATIVAS DA ÁREA DE GEOGRAFIA – DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA						
Cód.	Componente Curricular	Carga Horária				Pré-Requisitos
		Teórica	Prática	Semipresencial- EAD	Total	
04828	O rural e o urbano	60	0	0	60	Não há
04832	Globalização e Geografia	60	0	0	60	Não há
04626	Geografia Física e Humana do Brasil	60	0	0	60	Não há
04830	Geografia da Cidade do Recife	60	0	0	60	Não há
17006	O Campo, o Rural e a Questão Agrária no Contexto Brasileiro	30	0	0	60	Não há
17007	O Rural e o Urbano: Questões Conceituais	30	0	0	60	Não há
GRUPO 3 – OPTATIVAS DA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (DECISO)						
Cód.	Componente Curricular	Carga Horária				Pré-Requisitos
		Teórica	Prática	Semipresencial- EAD	Total	
04536	História da Filosofia	60	0	0	60	Não há
04743	Introdução à Antropologia	60	0	0	60	Não há
04450	Introdução à Sociologia	60	0	0	60	Não há
04193	Formação Econômica do Brasil	60	0	0	60	Não há
04778	História do Pensamento	30	0	0	60	Não há

	Político					
04409	Sociologia da Educação	30	0	0	60	Não há

Quadro 9– Síntese dos componentes curriculares optativos do Departamento de Letras

GRUPO 4 – OPTATIVAS DO DEPARTAMENTO DE LETRAS (DL)						
Cód.	Componente Curricular	Carga Horária				Pré-Requisitos
		Teórica	Prática	Semipresencial- EAD	Total	
04305	Produção de Textos Acadêmicos II	60	0	0	60	Não há

Representação gráfica da matriz do Curso de Licenciatura em História

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO	9º PERÍODO
Fundamentos da Educação (60h)	Estrutura e funcionamento da educação Brasileira (60h)	Psicologia I (60h)	Psicologia II (60h)	Optativa (30h)	Optativa (30h)	Optativa (30h)		Optativa (60h)
História das sociedades da Antiguidade Oriental (60h)	História das sociedades da Antiguidade Mediterrânea (60h)	História da cultura afrobrasileira (60h)	Metodologia do ensino da História (60h)	Estágio Supervisionado I (90h)	Estágio Supervisionado II (90h)	Estágio Supervisionado III (90h)	Estágio Supervisionado IV (135h)	Optativa (60h)
Introdução ao estudo da História (60h)	Geografia física e humana geral (60h)	Teoria da História (60h)	Metodologia da História (60h)	História Moderna I (60h)	História Moderna II (60h)	História Contemporânea I (60h)	História Contemporânea II (60h)	Educação para as relações étnicorraciais (60h)
Produção de textos acadêmicos (60h)	Fundamentos da Filosofia (60h)	História Medieval I (60h)	História Medieval I (60h)	História do Brasil Colonial (60h)	História do Brasil Imperial (60h)	História do Brasil Republicano I (60h)	História do Brasil Republicano II (60h)	Historiografia pernambucana (60h)
Pré-história (60h)	Libras (60h)	Linguagens alternativas (60h)	História da cultura indígena (60h)	História da América I (60h)	História da América II (60h)	Didática (60h)	TCC 1 (45h)	TCC 2 (60h)
300h	300h	300h	300h	300h	300h	300h	300h	300h
Prática Integrativa I (60h)	Prática Integrativa II (45h)	Prática integrativa III (60h)	Prática integrativa IV (45h)	Prática integrativa V (45h)	Prática integrativa VI (45h)	Prática integrativa VII (30h)	Prática integrativa VIII (45h)	Prática integrativa IX (30h)

LEGENDA DE CORES

- Específicas da área (Carga-horária: 1365 horas-aula, 41,18% do total)
- Outras áreas afins (Carga-horária total: 180 horas-aula, 5,43% do total)
- Optativas (Carga-horária total: 210 horas aula, 6,33% do total)
- Núcleo pedagógico (Carga-horária total: 945 horas-aula, 28,51% do total)

Carga Horária Síntese do Curso

Disciplinas Obrigatórias (incluído ESO): **405h**
TCC: **75h**): **2.490h**
Disciplinas Optativas: **210h**
PCC: **405h**
ACC: **201h**
Carga-horária total do curso: **3315** horas-aula

Atividades curriculares complementares

Disciplinas Obrigatórias (sem a C.H de PCC, ESO e TCC): 1980h
PCC: 405h
ESO: 405h
TCC: 105h
OPTATIVAS: 210h
ACC: 210h
Carga horária total do curso: 3315h

ENADE- componente curricular obrigatório

Quadro de equivalência

No quadro 10a abaixo, apresentamos a relação de equivalência entre as disciplinas da nova matriz apresentada no item 8.3, em relação à matriz anterior vigente no curso. Cumpre destacar que a previsão de implementação da nova matriz é o semestre letivo 2020.1 da UFRPE e que os alunos ingressantes, no primeiro período, no referido semestre, no Curso de Licenciatura em História da UFRPE/UAG irão já cursar a nova matriz.

Para os alunos que já no semestre letivo de 2019.2 estão regularmente matriculados no curso, a migração para a nova matriz se dará conforme concordância de migração pelo aluno, observada a viabilidade da migração, a qual será avaliada pelos órgãos competentes do curso (Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Alunos – COAA) e pelo Colegiado, a partir do estudo da situação do aluno em relação às disciplinas cursadas e ao quadro de oferta de disciplinas, de modo a não haver prejuízos para a formação do discente. Por conveniência estamos mantendo como quadro 10b a relação de equivalência da reforma anterior.

Quadro 10a Disciplinas equivalentes 2020

Matriz Antiga		Matriz Nova	
Disciplina	Carga horária	Disciplina	Carga horária

História da Antiguidade Greco-Romana	60h	História das Sociedades da Antiguidade Mediterrânea	60h
Fundamentos Filosóficos Históricos e Sociológicos da Educação	60h	Fundamentos da Educação	60h
Metodologia do Ensino de História II	60h	Didática	60h
TCC I	30h	TCC I	45h
TCC II	45h	TCC II	60h

Quadro 10b Disciplinas equivalentes 2014

Matriz Antiga		Matriz Nova	
Disciplina	Carga horária	Disciplina	Carga horária
A Pré-História	60h	Pré-História	60h
Introdução aos Estudos Históricos	60h	Introdução ao Estudo da História	60h
-	60h	Psicologia Geral (45h/a)	60h
Português II	60h	Optativa: Produção de Textos Acadêmicos II	60h
Psicologia do Desenvolvimento	60h	-	60h
Introdução à Sociologia	60h	Optativa: Introdução à Sociologia	60h
Elementos de Filosofia	60h	-	60h
Civilização Ibérica	60h	-	60h
Psicologia da Aprendizagem	60h	-	60h
História do Pensamento Político	60h	Optativa: História do Pensamento Político	60h
Antropologia Cultural	60h	Optativa: Antropologia Cultural	60h
Economia Política	60h	-	60h
História do Brasil I	60h	História do Brasil	60h

		Colonial	
História do Brasil II – A	60h	História do Brasil Imperial	60h
História do Brasil III	60h	História do Brasil Republicano I (1889-1945)	60h
Metodologia do Ensino de História I	60h	Metodologia do Ensino de História	60h
Metodologia do Ensino de História II	60h	Didática	60h
História do Nordeste	60h	-	60h
-	60h	Geografia Física e Humana do Brasil	60h
Seminário – História (OBS.: está disciplina era utilizada para orientação do TCC)	60h	TCC I e TCCII, carga horária de 30h/a e 45h/a respectivamente)	30h / 45h
Imagem e História- Uma Abordagem Teórica	60h	Optativa: Imagem e História- Uma Abordagem Teórica	60h
História de Pernambuco II	60h	Tópicos Especiais em História de Pernambuco	60h
Cidade e Cotidiano Operário	60h	-	60h
Prática de Ensino da História I	60h	-	60h
Optativa: Linguagens alternativas para o ensino da História	60h	Linguagens alternativas para o ensino da História	60h

Ementas dos Componentes Curriculares Obrigatórios:

Ementas do primeiro período do curso:

COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos da Educação (05237)					
PERÍODO A SER OFERTADO: 1º		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA 45h	PRÁTICA 15h	EAD- SEMPRESENCIAL 0	PCC 15*	

PRÉ-REQUISITO:	Não há pré-requisito para este componente curricular.
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA:	Não há.
CORREQUISITO:	Não há.
Prática como componente curricular:	Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa I
EMENTA:	Interpretação das diferentes concepções e práticas educacionais explicitando os pressupostos teórico-metodológicos subjacentes e suas implicações nas ações desenvolvidas no âmbito da formação humana, numa perspectiva filosófica, histórica e sociológica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	<p>ARANHA, Lúcia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia. São Paulo, Moderna, 2006.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>LUCKESI, Cipriano. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 2011</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	<p>AUAD, Daniela. <i>Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola</i> - 2ª ed – São Paulo; Contexto, 2016</p> <p>ARANHA, Lúcia de Arruda. <i>Filosofia da Educação</i>. São Paulo, Moderna, 2006</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. <i>O que é Educação</i>. São Paulo: Brasiliense, 2001</p> <p>GADOTTI, Moacir. <i>Escola Cidadã</i>. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>HANSEN, João Adolfo. <i>A civilização pela palavra</i>. IN: LOPES, Eliane Marta Teixeira (Org.). 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.</p> <p>LOURO, Guacira Lopes. <i>Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista</i>. 5ª ed. Petrópolis: vozes, 2003.</p> <p>MATURANA, R. Humberto. <i>Emoções e Linguagem na educação e na política</i>. Belo Horizonte. Editora da UFMG, 1998. MAESTRI, Mário. <i>A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira</i>. In: CAMARA, Maria Helena & STEPHANOU, Maria. <i>Histórias e memórias da educação brasileira</i>. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flávio, SILVA, Tadeu Tomaz da (orgs.). <i>Territórios contestados – o currículo e os novos mapas culturais</i>. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.</p> <p>MONTEIRO, Reis A. <i>História da Educação</i>. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p><i>Sete Saberes Necessário à Educação do Futuro</i>.</p> <p>MORIN, Edgar. <i>A cabeça feita: repensar a reforma, reformar o pensamento</i>. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006</p> <p>MORIN, Edgar. <i>Sete Saberes Necessário à Educação do Futuro</i>. São Paulo: Cortez, 2001</p> <p>RIFIOTIS, T. & RODRIGUES, T. <i>Educação em Direitos Humanos</i>. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.</p> <p>ROMANELLI, Otaiza. <i>História da Educação no Brasil</i>. São Paulo: Vozes, 1998.</p> <p>SACRISTÁN, J. Gimeno, PÉREZ, A.I. Gómez. <i>Compreender e transformar o mundo</i>. São Paulo: Artmed, 1998</p> <p>SAVIANI, Demerval. <i>História das Ideias Pedagógicas</i>. Campinas: Autores Associados, 2010.</p> <p>SAVIANI, Demerval. <i>Escola e democracia</i>. Campinas; Autores Associados, 2009.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu da. <i>Alienígena na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação</i>. 11 edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2013</p>

COMPONENTE CURRICULAR:	Introdução ao Estudo da História (04565)
PERÍODO A SER OFERTADO:	NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Básico

TIPO:	CARGA HORÁRIA TOTAL:60h				CRÉDITOS
	TEÓRICA	PRÁTICA	EAD- SEMIPRESENCIAL	PCC	
Obrigatório	45h	15h	0	15*	4
PRÉ-REQUISITO:	Não há pré-requisito para este componente curricular.				
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA:	Não há.				
CORREQUISITO:	Não há.				
Prática como componente curricular:	Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa I				
EMENTA:	Uma introdução ao estudo da História; As concepções de história no tempo (similitudes, diferenças e re-significações); A formação das Escolas Históricas e suas concepções de história; A construção do objeto, da abordagem e a escolha das fontes históricas.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	<p>DOSSE, François. <i>A História</i>. Bauru, SP: EDUSC, 2003.</p> <p>BODEI, Remo. <i>A História tem um sentido?</i> Bauru, SP: EDUSC, 2001.</p> <p>BARROS, José D'Assunção. <i>A Expansão da História</i>. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.</p> <p>_____. <i>O Campo da História: especificidades e abordagens</i>. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.</p> <p>PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina. <i>O historiador e suas fontes</i>. São Paulo: Contexto, 2011</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	<p>BLOCH, Marc. <i>Apologia da História ou o ofício do historiador</i>. São Paulo: Alfa e Omega, 2002.</p> <p>DAVID, Cannadine (coord.). <i>Que é História Hoje?</i> Lisboa: Gradiva, 2006. (www.gradiva.pt)</p> <p>DE CERTEAU, Michel. <i>A Escrita da História</i>. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.</p> <p>KOSTOVA, Elizabeth. <i>O Historiador</i>. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.</p> <p>LE GOFF, Jacques. <i>Uma vida para a História: conversações com Marc Heurgon</i>. São Paulo: Unesp, 2007.</p> <p>ROJAS, Carlos Antonio Aguirre; MALERBA, Jurandir (Tradutor). <i>Antimanual do Mau Historiador</i>. Londrina, EDUEL, 2007.</p> <p>VOVELLE, Michel e outros. <i>Os Historiadores</i>. Lisboa: Teorema, 2005.</p> <p>Edições da Revista <i>História da Historiografia</i>: http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista</p>				

COMPONENTE CURRICULAR: História das Sociedades da Antiguidade Oriental (04793)					
PERÍODO A SER OFERTADO: 1º			NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico		
TIPO:	CARGA HORÁRIA TOTAL:60h				CRÉDITOS
	TEÓRICA:	PRÁTICA:	EAD- SEMIPRESENCIAL:	PCC	
Obrigatório	45h	15h	0	15h*	: 4
PRÉ-REQUISITO:	Não há pré-requisito para este componente curricular.				
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA:	Não há.				
CORREQUISITO:	Não há.				

Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa I

EMENTA: Introdução aos debates historiográficos e ao contato com a documentação referentes à experiência política, econômica, social e cultural das civilizações no norte da África, no Oriente Médio e no Extremo Oriente, entre o Neolítico e o séculos VI a.C. Entre os saberes a serem desenvolvidos incluem-se: Pré-História e o desenvolvimento das Sociedades Agrárias; Revolução Urbana e Sociedades Complexas no Egito e na Mesopotâmia; Impérios da Idade do Bronze; O Sistema Regional do Bronze Tardio e o Mediterrâneo Oriental; A crise da Idade do Bronze; Os sistemas Imperiais do Oriente na Idade do Ferro e suas periferias; Sociedades Antigas do Extremo Oriente; O Ensino da História do Antigo Oriente Próximo; Recepções modernas do Antigo Oriente e o impacto do Orientalismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARDOSO, Ciro F. *Sociedades do Antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios, n. 47)
 LIVERANI, Mario. *Antigo Oriente. História, Sociedade E Economia*. São Paulo: EDUSP, 2016
 YOFFEE, Norman. *Mitos do Estado Arcaico: Evolução Dos Primeiros Estados, Cidades E Civilizações*. São Paulo: Edusp, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHILDE, Gordon V. *A Evolução Cultural do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
 LEICK, Gwendolyn. *Mesopotâmia: a invenção das cidades*. Imago: Rio de Janeiro, 2001.
 LERNER, Gerda. (1986). *The Creation of Patriarchy*. Oxford: Oxford University Press.
 SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2007
 TRIGGER, Bruce G. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odisseus, 2003

COMPONENTE CURRICULAR: Produção de Textos Acadêmicos (04832)					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA 45h	PRÁTICA 15h	EAD-SEMPRESENCIAL 0	PCC 0	
PRÉ-REQUISITO:	Não há pré-requisito para este componente curricular.				
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
EMENTA: Apresentação da função e das principais características do gênero Resumo. Atividades de leitura e de síntese para a produção desse gênero. Produção de resumo. Apresentação da função e das principais características do gênero Resenha. Análise de elementos linguísticos que são utilizados em comentários e na produção de resenha.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					

ANTUNES, Irlandé. **Aula de português: encontro & interação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BARBOSA, S. A. M. **Redação: escrever é desvendar o mundo.** 16 ed. Campinas : Papyrus, 2003.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa.** 37 ed. Rio de Janeiro:Lucerna, 1999.

GARCEZ, L. H. do C. **Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ILARI, R. **Introdução à semântica, brincando com a gramática.** São Paulo: Contexto, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KOCH, I. G. *A coesão textual.* 18 ed., São Paulo : contexto, 2003.

KOCH, I. e TRAVAGLIA, L.C. *Texto e coerência.* 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *A coerência textual.* 14 ed., São Paulo : Contexto, 2002.

MACHADO, A. R. (Coord.)... [et ali]. *Planejar Gêneros Acadêmicos.* São Paulo: Parábola Editorial, 2005

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. *Resumo.* São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. *Resenha.* São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SERAFINI, Maria Teresa. *Como escrever textos.* 11 ed., São Paulo: Globo, 2001.

RAMIRES, Vicentina. *Gêneros Textuais e Produção de Resumos nas Universidades.* Recife: EDUFRPE, 2008

COMPONENTE CURRICULAR : Pré-história (04565)					
PERÍODO A SER OFERTADO: 1º		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA: 45h	PRÁTICA: 15h	EAD- SEMIPRESENCI-AL: 0	PCC 15h*	
PRÉ-REQUISITO: Não há.					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa I					
EMENTA: Discussão das relações entre História e Arqueologia com foco nas definições epistemológicas de Pré-História e seus usos pela historiografia tradicional. Estudo introdutório da evolução biológica humana e da evidência material correlata em perspectiva arqueológica, discutindo o surgimento da cultura e sua relação com a biologia. A partir de exemplos e estudos de caso, discute-se as relações entre humano e ambiente em diferentes partes do globo ao longo dos últimos dois milhões de anos, com especial foco em momentos de mudanças maiores tais que o processo de hominização, o surgimento dos humanos modernos, a neolitização e o surgimento dos primeiros núcleos urbanos e a ocupação do continente americano, com foco no atual território brasileiro.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
TUDGE, Colin. O ELO. <i>A Incrível Descoberta do Ancestral mais Antigo do Ser Humano.</i>					

AGIR. 1 Edição, 2010.
 LEROI-GOURHAN, André. *As Religiões na Pré-história*. Edições 70. 2007.
 MARCHESOTTI, Ana Paula Almeida. *Peter Wilhelm Lund – O Naturalista que Revelou ao Mundo a Pre-História Brasileira*. E-Papers, 1 edição, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 3.ed. rev. Recife : Editora Universitária da UFPE, 440p., il., 2000.
 MITHEN, Steven. *Pré-História da Mente*. Unesp. São Paulo, 2003.
 NEVES, Walter e PILÓ, Luís. *O Povo de Luzia*. Editora Globo. Rio de Janeiro, 2008.
 RENFREW, C. & BAHN, P. *Arqueologia: Teorias, Métodos y Práctica*. Edicione s Akal, S.A., 1993.
 TRIGGER, B. *História do Pensamento Arqueológico*. Editora Odysseus, São Paulo, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: Prática Integrativa I					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Básico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA 0h	PRÁTICA 60h	EAD- SEMIPRESENCIAL 0	PCC 60h	
PRÉ-REQUISITO: Não há pré-requisito para este componente curricular.					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
EMENTA: <p>O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Licenciatura em História da UFRPE busca materializar suas ações através de componente curricular obrigatório, intitulado Prática como Componente Curricular caracterizada, neste curso, nas Práticas Integrativas (PI). Cada uma dessas ações implica em cumprimento de carga horária específica. Esta disciplina abordará os temas de Direitos Humanos e Educação Ambiental.</p> <p>As Práticas Integrativas são compostas por encontros sistemáticos entre discentes e docentes da turma, mediados pela tutoria de um(a) desses(as) docentes, para operacionalizar tarefas acadêmicas tendo como suporte um eixo norteador particular para cada turma.</p> <p>O eixo norteador desta disciplina será: História, Meio-Ambiente e Sociedade.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: <p>ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. <i>Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia</i>. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. <i>Ensino de História: fundamentos e métodos</i>. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2008. PINSKY, Carla (org.). <i>Novos temas nas aulas de história</i>. São Paulo: Contexto, 2009.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: <p>DOMINGO, José Contreras. <i>Experiencia, escritura y deliberación: explorando caminos de libertad en la formación didáctica del profesorado</i>. In ALLIAUDE, Andrea y SUÁREZ, Daniel. <i>El saber de la experiencia: narrativa, investigación y formación docente</i>. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires. CLACSO,</p>					

2011 FERRO, Marc. Manipulação da História no Ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 1983.

KARNAL, Leandro (org.). História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PERRENOUD, Philippe. *A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e razão pedagógicas*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Bahia: EDUFBA, 2003.

SILVA, Aracy. Lopes da (org.) *A Questão Indígena na sala de aula*. Subsídios para professores de 1o e 2o graus. SP: Brasiliense, 1987.

ZAMBONI, Ernesta. *Representações e linguagens no ensino de História*. Revista Brasileira de História. Vol. 18, no. 36, São Paulo, 1998.

8.5.2. Ementas do segundo período

COMPONENTE CURRICULAR: Educação Brasileira: Legislação, Organização e Políticas (05140)					
PERÍODO A SER OFERTADO		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA: 45h	PRÁTICA: 15h	EAD- SEMIPRESENCIAL 0	PCC 15h*	
PRÉ-REQUISITO: Não Há					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa II					
EMENTA: Contextualização do processo de organização educacional no Brasil, com base na sua estrutura legal e seus condicionamentos econômicos, políticos e sociais.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação . S. Paulo, Moderna, 1989. BRASIL. MEC (1996). Plano decenal de educação para todos . 1993-2003. BRASIL. MEC. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação . Nº 9.394/96 BRITO, DA SILVA. A educação básica pós-LDB . S, Paulo, 1998.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL (1988). Constituição da República Federativa.					

<p>CARNEIRO, M. A. – LDB fácil, leitura sócio-compreensiva artigo a artigo. Petrópolis, Vozes, 1997</p> <p>CASTRO, C.M.; CARNOY, Martin (orgs.) Como anda a reforma da educação na America Latina? Rio de Janeiro, FGV, 1997</p> <p>CUNHA, L. A. – Educação Pública: os limites dos estatal e do privado. IN: OLIVEIRA, R.P. – Política Educacional, impasse e alternativa. S.Paulo, Cortez, 1995.</p> <p>DEMO, Pedro (1997) A nova LDB – ranços e avanços. 2ª Ed. Campinas, São Paulo: Papirus.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola publica: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. Rio de Janeiro: Loyola.</p> <p>LUCKESI, C. Fazer universidade: uma proposta metodológica. S. Paulo, Cortez, 1997</p> <p>PERNAMBUCO. Plano Estadual de Educação 1996/99</p> <p>PERRENOUD, Philippe. Novas competências para ensinar: convite à viagem. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.</p> <p>SAVIANI, D. – Da nova LDB ao Novo Plano Decenal de Educação: por outra política educacional.</p>				
COMPONENTE CURRICULAR: Libras (04341)				
PERÍODO A SER OFERTADO NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico				
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h			CRÉDITOS 4
	TEÓRICA: 60h	PRÁTICA: 0h	EAD- SEMIPRESENCIAL 0	
PRÉ-REQUISITO:	Não há pré-requisito para este componente curricular.			
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA:	Não há.			
CORREQUISITO:	Não há.			
EMENTA: Estudos históricos da Educação de Surdos e da Libras. Legislação e acessibilidade na área da surdez. Aquisição da linguagem pelo surdo. Noções básicas da estrutura linguística da Libras e de sua gramática. Especificidades da produção textual escrita do surdo.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
BRITO, L.F. <i>Por uma gramática de Línguas de Sinais</i> . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro - UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995. 271p.				
BROCHADO, M.S.D. <i>A apropriação da escrita por crianças surdas usuárias da língua de sinais brasileira</i> . Tese de Doutorado. São Paulo: UNESP, 2003.				
DAMÁZIO, M.F.M. <i>Educação escolar de pessoa com surdez: uma proposta inclusiva</i> . Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005. Tese de Doutorado.				
DAMÁZIO, M.F.M. <i>Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez</i> . Brasília: SEESP / SEED / MEC, 2007. 52p.				
DIAS JÚNIOR, J.F. <i>Ensino da língua portuguesa para surdos: contornos de práticas bilíngues</i> . 2010. 113f. Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2010.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
FERNANDES, E. (org.) <i>Surdez e bilingüismo</i> . Porto Alegre: Ed. Mediação, 2005.				
FINGER, I.; QUADROS, R. M. <i>Teorias de aquisição da linguagem</i> . Florianópolis. ED. da UFSC, 2008.				
GESSER, A. <i>Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de</i>				

sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HONORA, M. e FRIZANCO, M.L.E. *Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação pelas pessoas usadas com surdez*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

KOJIMA, C. K. e SEGALA, S. R. *Libras – Língua Brasileira de Sinais: a imagem do pensamento*. Volumes 1, 2, 3, 4 e 5. São Paulo: Editora Escala, 2008.

LACERDA, C.B.F.; GÓES, M.C.R. *Surdez Processos Educativos e Subjetividade*. São Paulo: Lovise, 2000. pp. 113-122.

LACERDA, C.B.F. de. *Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Porto Alegre: mediação/FAPESP, 2009. 96p.

COMPONENTE CURRICULAR: História das Sociedades da Antiguidade Mediterrânea					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA: 45h	PRÁTICA: 15h	EAD-SEMPRESENCIAL: 0	PCC 15h*	
PRÉ-REQUISITO: Não há pré-requisito para este componente curricular.					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa II					
EMENTA: Introdução aos debates historiográficos e ao contato com a documentação referentes à experiência política, econômica, social e cultural das sociedades do Mediterrâneo Antigo, entre o início da Idade do Ferro até o século V d.C.. Entre os saberes a serem desenvolvidos incluem-se: a problematização da História Antiga e da Tradição Clássica; as comunidades e as navegações no Mediterrâneo da Idade do Ferro; as formas da política nas cidades-estados: monarquias, oligarquias, democracias; as formas de exploração de trabalho na Antiguidade Mediterrânea; as hegemonias do Mediterrâneo helenístico e o imperialismo de Roma; o Império Romano como um império de cidades; a integração das sociedades do Mediterrâneo; as crises da integração mediterrânea e o período da Antiguidade Tardia.; religiões da Antiguidade: religiões políades e o Cristianismo no Império; Recepções modernas da Antiguidade e o Ensino da História Antiga..					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDRADE, Marta Mega. <i>A vida comum: espaço, cotidiano e cidade na Atenas clássica</i> . Rio de Janeiro: FAPERJ/DP&A Editora, 2002. GUARINELLO, Norberto Luiz. <i>História Antiga</i> . São Paulo: Contexto, 2013. WOOD, E. M. <i>Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico</i> . São Paulo: Boitempo, 2003.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BEARD, Mary & HENDERSON, John. <i>Antiguidade Clássica. Uma Brevíssima introdução</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 1998. BROWN, Peter. <i>The World of Late Antiquity: from Marcus Aurelius to Muhammad</i> . London: Routledge, 1971.					

FUNARI, P. P. A. *Antiguidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
 FINLEY, Moses I. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
 SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. 1 ed. Rio de Janeiro / Vitória: Mauad / Edufes. 2006.

COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos da Filosofia (04521)					
PERÍODO A SER OFERTADO: 2°		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específica			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA: 60h	PRÁTICA 0	EAD- SEMIPRESENCIAL: 0	PCC 0	
PRÉ-REQUISITO: Não há pré-requisito para este componente curricular.					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há					
CORREQUISITO: Não há					
EMENTA: As origens do Filosofar e do Pensamento Clássico Grego - Visão Geral da Filosofia Medieval - As características fundamentais entre o Pensamento Renascentista e o Pensamento Moderno - As correntes filosóficas do Pós Modernismo e do Pensamento Contemporâneo - Ética.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FREITAG, Barbara. A Teoria Crítica Ontem e Hoje . São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988. GILSON, Etienne. A Filosofia na Idade Média . São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998. NERI, Demetrio. Filosofia Moral – manual introdutivo. São Paulo: Ed. Loyola, 2004. REALE, Giovanni & ANTISERI, Dario. História da Filosofia . São Paulo: Ed. Paulus, 1991. (Obra em 3 Volumes) SUASSUNA, Ariano. Iniciação à estética . Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2009.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ABBAGNANO, Nicola. História da Filosofia . Lisboa: Ed. Presença, 1991. (Obra em 14 Volumes). COLEÇÃO. Os Pensadores . S. Paulo: Abril Cultural, 1979, 68 V. CORTINA, Adela. Ética . São Paulo: Ed. Loyola, 2005 DOSSE, François. História do estruturalismo . Vol. I e II. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994. FRAILE, Guillermo. Historia de la Filosofia (vol.I). Madrid: BAC, 1965.					

COMPONENTE CURRICULAR: Geografia física e humana geral (04627)					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA 45h	PRÁTICA 15h	EAD- SEMIPRESENCIAL 0	PCC 15h*	
PRÉ- Não há pré-requisito para este componente curricular.					

REQUISITO:
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.
CORREQUISITO: Não há.
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa II
EMENTA: Apresentar os aspectos relacionados à evolução do conhecimento geográfico e a institucionalização da Geografia como ciência, avaliando a evolução das questões conceituais e metodológicas e os campos de estudos da Geografia contemporânea, introduzindo e discutindo os principais aspectos concernentes a interação entre o Homem e o Meio e suas consequências para a dinâmica dos ambientes natural e socioeconômico ao longo do processo de organização e reorganização de espaços..
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MORAES, Antônio Carlos R. Geografia: Pequena História Crítica . São Paulo: Annablume, 2007. GEORGE, Pierre. O Homem na terra . Lisboa: Edições 70, 1989. JATOBÁ, Lucivânio; LINS, Rachel Caldas. Introdução à Geomorfologia . Recife: Bagaço, 1998.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Econômica . 12 ed. São Paulo: Editora Atlas. 1998. 326 p. GUERRA, Antonio Teixeira e GUERRA, Antonio José Teixeira. Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997. 652 p. JATOBÁ, Lucivânio; LINS, Rachel Caldas. Introdução à Geomorfologia . Recife: Bagaço, 1998. LACOSTE, Yves. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra . Campinas: Papyrus, 1988. CASTRO, Iná Elias de.(org.). Conceitos e Temas . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Prática Integrativa II					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Básico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 30h				CRÉDITOS 3
	TEÓRICA 0h	PRÁTICA 45h	EAD- SEMIPRESENCIAL 0	PCC 45h	
PRÉ-REQUISITO:	Não há pré-requisito para este componente curricular.				
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
EMENTA: O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Licenciatura em História da UFRPE busca materializar suas ações através de componente curricular obrigatório, intitulado Prática como Componente Curricular caracterizada, neste curso, nas Práticas Integrativas (PI). Cada uma					

dessas ações implica em cumprimento de carga horária específica. Esta disciplina abordará os temas de Direitos Humanos e Educação Ambiental.

As Práticas Integrativas são compostas por encontros sistemáticos entre discentes e docentes da turma, mediados pela tutoria de um(a) desses(as) docentes, para operacionalizar tarefas acadêmicas tendo como suporte um eixo norteador particular para cada turma.

O eixo norteador desta disciplina será: História, Direitos Humanos e Educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003. 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PINSKY, Carla (org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DOMINGO, José Contreras. Experiencia, escritura y deliberación: explorando caminos de libertad en la formación didáctica del profesorado. In ALLIAUDE, Andrea y SUÁREZ, Daniel. *El saber de la experiencia: narrativa, investigación y formación docente*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires. CLACSO, 2011 FERRO, Marc. Manipulação da História no Ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 1983.

KARNAL, Leandro (org.). História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PERRENOUD, Philippe. *A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e razão pedagógicas*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Bahia: EDUFBA, 2003.

SILVA, Aracy. Lopes da (org.) *A Questão Indígena na sala de aula*. Subsídios para professores de 1o e 2o graus. SP: Brasiliense, 1987.

ZAMBONI, Ernesta. *Representações e linguagens no ensino de História*. Revista Brasileira de História. Vol. 18, no. 36, São Paulo, 1998.

Ementas do terceiro período

COMPONENTE CURRICULAR: Psicologia I					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL:60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA 60h	PRÁTICA 0	EAD- SEMPRESENCIAL 0	PCC 0	
PRÉ- REQUISITO:	Não há.				

REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.
CORREQUISITO: Não há.
EMENTA: Caracterização da Psicologia como ciência. Os processos psicológicos básicos e suas implicações educacionais. Caracterização da Psicologia do Desenvolvimento e sua importância para a formação do/a professor(a). Estudos dos principais aspectos do desenvolvimento humano, com ênfase na adolescência e suas implicações educacionais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRAGHIROLI, Elaine Maria; BISI, Guy Paulo; RIZZON, Luiz Antonio; NICOLETTO, Ugo. Psicologia Geral . 23.ed. Porto Alegre: Ed. Vozes, 2003. BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia , exemplar do professor. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Alvaro. Desenvolvimento psicológico e educação . 2 ed Porto Alegre: Artes Médicas, 2004
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BARROS, Celia Silva Guimarães. Pontos de psicologia do desenvolvimento . 12.ed. São Paulo, SP: Ática, 2000. BOCK, Ana Mercês Bahia (Org). Psicologia e o compromisso social . 2. ed., rev. São Paulo: Cortez, 2009. DAVIDOFF, L.L. Introdução à Psicologia . São Paulo; McGraw Hill do Brasil, 2000 PAPALIA, D. e OLDS, S.W. Desenvolvimento Humano . Porto Alegre: Artes Médicas, 2000 RABELO, Marta Klumb Oliveira; BOAVENTURA, Carolina Brum Faria. (Re) visitando o humano: estudos de psicologia . Brasília: Thesaurus, 2006., 2002.

COMPONENTE CURRICULAR: História da cultura afro-brasileira (04595)					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA 45h	PRÁTICA 15h	EAD- SEMPRESENCIAL 0	PCC 15h*	
PRÉ- REQUISITO:	Não há				
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa III					
EMENTA: A África como objeto de estudo. Formas de organização sociopolítica, econômica e cultural nas regiões centro-ocidental e oriental do continente africano. A expansão muçulmana. Escravidão na África: motivações e usos. O tráfico transatlântico de escravos. Ser escravo no Brasil. Formas de resistência escrava. A campanha abolicionista e a marginalização dos negros no imediato pós-abolição. A persistência da cultura negra: religião, música, estética, teatro, literatura etc. Organização e luta: os movimentos sociais					

negros e a luta pela implantação de ações afirmativas na sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, Joel Zito Almeida de. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.
BERKENBROCK, Volney J. **A experiência dos orixás: um estudo sobre a experiência religiosa no Candomblé**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
CARNEIRO, Edison. **Antologia do negro brasileiro: de Joaquim Nabuco a Jorge Amado, os textos mais significativos sobre a presença do negro em nosso país**. Rio de Janeiro: Agir, 2005

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 2007.
GURAN, Milton. **Agudás: os “brasileiros” do Benim**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra - I**. Lisboa: Europa-América, 1991.
LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Identidade negra no Recife: maracatus e afoxés**. Recife: Bagaço, 2009.
COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: UNESP, 2008.
COSTA, Valéria Gomes. **É do dendê: história e memórias urbanas da nação Xambá no Recife (1950-1992)**. São Paulo: Annablume, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: Teoria da História (04507)

PERÍODO A SER OFERTADO: 3º | **NÚCLEO DE FORMAÇÃO:** Básico

TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h			CRÉDITOS: 4
	TEÓRICA: 45h	PRÁTICA: 15h	EAD-SEMIPRESENCIAL 0: PCC 15h*	

PRÉ-REQUISITO: Introdução ao Estudo da História (Cód. 04566)

REQUISITO DE CARGA HORÁRIA:Não há.

CORREQUISITO:Não há.

Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa III

EMENTA:

O que é e para que serve a Teoria da História: a relação entre as contribuições que a história oferece ao historiador perante os desafios da sociedade e o uso público que a sociedade faz do conhecimento histórico. O campo conceitual e a formação da matriz disciplinar e dos paradigmas da História; As principais “Escolas” Históricas e suas contribuições para a escrita da história..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História. Vol.II; Vol.III e Vol.IV**. Petrópolis: Vozes, 2011.
_____. **Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2011.
_____. **A Expansão da História**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.

MANIERI, Dagmar. **Teoria da História: a gênese dos conceitos**. Petrópolis: Vozes, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MANDEL, Ernest. **O lugar do marxismo na história**. São Paulo: Xamã, 2001.

MARTINS, William de Souza; SANGLARD, Gisele (orgs.) **História Cultural**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MELQUIOR, José Guilherme. **O Marxismo Ocidental**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

REIS, José Carlos. **História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

TOURAINÉ, Alan. **Crítica da Modernidade**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

VASCONCELOS, José Antonio. **Quem tem medo de teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005.

WIGGERSHAUS, Rolf. **A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política**. Rio de Janeiro: Difel, 2002..

COMPONENTE CURRICULAR: História Medieval I (04785)					
PERÍODO A SER OFERTADO		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA: 60h	PRÁTICA: 0	EAD-SEMIPRESENCIAL: 0	PCC 15h*	
PRÉ-REQUISITO: Não há					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há					
CORREQUISITO: Não há					
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa III					
EMENTA: Conceito, periodização da Idade Média e por que estudá-la. Origens do Medievo: a crise do séc. III e a civilização do Baixo Império Romano. Os povos germânicos e sua migração para o mundo romano. A consolidação do Cristianismo e a Igreja Católica na Antiguidade Tardia (sécs. III-VIII). O Reino Franco, a formação e o colapso do Império Carolíngio. A civilização Bizantina: organização social, econômica e política. Cultura e religião no mundo bizantino. Maomé e a unificação da Arábia. A expansão árabe e a formação de um mundo islâmico.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006
- DURANT, Will. *História da civilização, vol. III: César e Cristo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FRANCO Jr, Hilário. *A Idade Média, nascimento do ocidente*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- .

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ALFÖLDY, Géza. *A história social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. (Biblioteca de Textos Universitários, 102)
- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antigüidade para o Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- DUBY, Georges. *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- DUBY, Georges. *Economia rural e vida no campo no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- DUBY, Georges. *Guerreiros e Camponeses*. Lisboa: Estampa, 1980.
- DUBY, Georges. *O Ano Mil*. Lisboa: Ed. 70/São Paulo: Martins Fontes, 1988
- DURANT, Will. *História da civilização, vol. IV: A idade da fé*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FAVIER, Jean. *Carlos Magno*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004
- FLUSIN, Bernard. *A civilização bizantina*. Men Martins: Publicações Europa-América, 2007.
- FRANCO JR., Hilário & ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira Andrade. *O império bizantino*. São Paulo: Brasiliense, s/d.
- GUERRA, Maria Sonsoles. *Os Povos Bárbaros*. São Paulo: Ed. Ática, 1987. (Série Princípios, n. 126)
- GUERREAU, Alain. *O Feudalismo – Um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- HERRS, Jacques. *História Medieval*. São Paulo: Difel, 1981.
- HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006
- LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995 (2 vols)
- LE GOFF, Jacques. *Por um outro conceito de Idade Média*. Lisboa: Ed. Estampa, 1979.
- LEMERLE, Paul. *História de Bizâncio*. São Paulo: Martins Fontes, 1991 (Caps. III ao VIII).
[PDF]
- LEWIS, Bernard. *Os árabes na história*. Lisboa: Ed. Estampa, 1990.
- MATTHEW, Donald. *Europa Medieval*. Barcelona: Folio, 2008. (col. Grandes Civilizações do Passado)
- MONTEIRO, Hamilton M. *O feudalismo: economia e sociedade*. 4 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995.
- MICELI, Paulo. *O feudalismo*. Campinas: Atual Editora, 1986. ((col. Discutindo a História)
- OLIVEIRA, Waldir F. *A Antiguidade Tardia: de Marco Aurélio à Romulus Augusto*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- OLIVEIRA, Waldir F.. *Os primeiros tempos medievais. Os reinos germanos*. Salvador: Centro Edit. e Did. da UFBA, 1988.
- PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, s/d.
- RICHE, Pierre. *As invasões bárbaras*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, s/d. (Coleção Saber, n. 134)
- ROBINSON, Francis. *O Mundo Islâmico. O Esplendor de uma fé*. Barcelona: Folio, 2008.
- SILVA, F. C. Teixeira. *Sociedade Feudal: Guerreiros, Sacerdotes, Trabalhadores*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SILVA, Marcelo Cândido da. *4 de setembro de 476: a queda de Roma*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 2006.

VEYNE, Paul (Org.). *História da vida privada, vol I: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR: Linguagens alternativas para o Ensino de História (05483)					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS: 4
	TEÓRICA 45h	PRÁTICA: 15h	EAD-SEMIPRESENCIAL 0	PCC 15h*	
PRÉ-REQUISITO:	Não há				
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA:	Não há				
CORREQUISITO: Não há					
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa III					
EMENTA: Tendo em vista a especificidade dos saberes acadêmicos e dos saberes escolares, e a relação existente entre eles, nessa componente curricular pretendemos pensar novas possibilidades de experiência que considerem a percepção, nos domínios escolares, de que a história não é apenas um estudo do passado. A partir da perspectiva da História Cultural, o “real” recebe múltiplos tratamentos e diferentes ideias do passado são construídas, provocando uma ruptura com o realismo predominante na historiografia desde o século XIX. Dessa maneira, é possível pensar os significados simbólicos dos grupos sociais e retomar fontes outrora desprezadas para pensar a história.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula . São Paulo: Contexto, 1997. CARRETERO, Mário. Construir e ensinar as ciências sociais e a história . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. FERRO, Marc. Cinema e História . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados . Campinas, SP: Papyrus, 2003. NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2006. ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In BITTENCOURT, Circe (org.) O Saber Histórico na Sala de Aula . São Paulo: Contexto, 2003.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990. McLAREN, Peter. Pedagogia Revolucionária e Globalização . São Paulo: DP&A Editora, 2002. MARCATTO, Alfeu. Saindo do Quadro: uma metodologia educacional lúdica e participativa baseada no Role Playing Game . São Paulo: A Marcatto, 1996.					

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
 SACKS, Oliver. **O homem que confundiu sua mulher com um chapéu e outras histórias clínicas**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
 SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
 ZAMBONI, Ernesta. **Projeto pedagógico dos parâmetros curriculares nacionais: identidade nacional e consciência histórica**. Cad. CEDES v.23 n.61 Campinas dic. 2003..

COMPONENTE CURRICULAR: Prática Integrativa III					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Básico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA 0h	PRÁTICA 60h	EAD- SEMIPRESENCIAL 0	PCC 60h	
PRÉ-REQUISITO: Não há pré-requisito para este componente curricular.					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
EMENTA: <p>O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Licenciatura em História da UFRPE busca materializar suas ações através de componente curricular obrigatório, intitulado Prática como Componente Curricular caracterizada, neste curso, nas Práticas Integrativas (PI). Cada uma dessas ações implica em cumprimento de carga horária específica. Esta disciplina abordará os temas de Direitos Humanos e Educação Ambiental.</p> <p>As Práticas Integrativas são compostas por encontros sistemáticos entre discentes e docentes da turma, mediados pela tutoria de um(a) desses(as) docentes, para operacionalizar tarefas acadêmicas tendo como suporte um eixo norteador particular para cada turma.</p> <p>O eixo norteador desta disciplina será: Cultura, Relações de Poder e Educação.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: <p>ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. <i>Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia</i>. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.</p> <p>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. <i>Ensino de História: fundamentos e métodos</i>. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>PINSKY, Carla (org.). <i>Novos temas nas aulas de história</i>. São Paulo: Contexto, 2009.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: <p>DOMINGO, José Contreras. Experiencia, escritura y deliberación: explorando caminos de libertad en la formación didáctica del profesorado. In ALLIAUDE, Andrea y SUÁREZ, Daniel. <i>El saber de la experiencia: narrativa, investigación y formación docente</i>. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires. CLACSO, 2011</p> <p>FERRO, Marc. Manipulação da História no Ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 1983.</p> <p>KARNAL, Leandro (org.). História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). <i>Ensino de história: conceitos, temáticas e</i></p>					

metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PERRENOUD, Philippe. *A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e razão pedagógicas*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Bahia: EDUFBA, 2003.

SILVA, Aracy. Lopes da (org.) *A Questão Indígena na sala de aula*. Subsídios para professores de 1o e 2o graus. SP: Brasiliense, 1987.

ZAMBONI, Ernesta. *Representações e linguagens no ensino de História*. Revista Brasileira de História. Vol. 18, no. 36, São Paulo, 1998.

Ementas do quarto período

COMPONENTE CURRICULAR: Psicologia II (05319)					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA 60h	PRÁTICA 0	EAD- SEMI- PRESENCIAL 0	PCC 0	
PRÉ- REQUISITO:	Psicologia I (Cód. 05317)				
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
EMENTA: Pressupostos epistemológicos e fundamentos psicológicos da aprendizagem, e suas implicações nas práticas pedagógicas. Perspectivas atuais acerca do processo de ensino-aprendizagem a partir da contribuição da psicologia e da educação.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
CARRARA, Kester (Org.). Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo, SP: Avercamp, 2004.					
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Martha Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão . São Paulo: Summus, c1992.					
MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo . São Paulo, SP: E.P.U., 2001. 119 p. (Temas básicos de educação e ensino)..					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
CARRAHER, Terezinha Nunes; CARRAHER, David William. Aprender pensando: contribuições da psicologia cognitiva para a educação. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 127p.					
DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia na educação . São Paulo, SP: Cortez, 2010. 150 p.					
COLL, César. Psicologia do ensino . Porto Alegre: Artsmédicas, 2000, 408p.					

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. São Paulo, Scipione, 1993.
 REGO, T.C. **Vygotsky**: uma perspectiva sócio-cultural da educação. Petrópolis, RJ, Vozes, 18ª. Edição, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: Metodologia da História (04801)					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Básico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA 45h	PRÁTICA 15h	EAD- SEMIPRESENCIAL 0	PCC 15h*	
PRÉ-REQUISITO: Introdução ao Estudo da História (04566)					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa IV					
EMENTA: O curso pretende analisar os diferentes procedimentos metodológicos e fontes de pesquisa que norteiam a produção do conhecimento histórico. Assim, pretende-se discutir a metodologia da história: uma introdução; O campo da história: enfoques e abordagens; A pesquisa histórica: as instituições de pesquisa histórica, os documentos e as metodologias de análise; A escrita da história no tempo presente: o trabalho monográfico e dissertativo.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALBUQUERQUE JR, Duval Munis. História : a arte de inventar o passado. Bauru, SP: Edusc, 2007. BARROS, José D'Assunção. O campo da História . Especialidade e abordagens. 5 ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2008. LAGNY, Michèle. O cinema como fonte de história. In: NÓVOA, Jorge, FRESSATO, Soleni B., FEIGELSON, Kristian (Orgs). Cinematógrafo : um olhar sobre a história. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. UNESP, 2009. NASCIMENTO, Alcileide C. e Luz, Noemia M.Q. de. As mulheres na cidade do Recife . Feminismo, cultura e transgressão (1870-1935). Recife: Edfrpe, 2015. PINSKY, Carla B. (Org.) Fontes Históricas . São Paulo: Contexto, 2011. PINSKY, Carla e LUCA, Tânia R. de. (Orgs). O historiador e suas fontes . São Paulo: Contexto, 2012. .					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M. Usos & abusos da História Oral . 6 ed. Riode de Janeiro: Ed. FGV, 2005. CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Novos Domínios da História . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais ; morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). MASCULINO, FEMININO, PLURAL . Florianópolis: Ed.Mulheres,1998.					

SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia S. Silva (Orgs.). **História & Documento e metodologia de pesquisa**. São Paulo: Ed Autêntica, 2007.

MIANI, Rozinaldo. Charge editorial: iconografia e pesquisa em História. **Domínios da Imagem**. Londrina, v. 8, n. 16, p. 133-145, jun./dez. 2014.

SILVA, Marcos Antônio da. **Caricata República: Zé Povo e o Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1990..

COMPONENTE CURRICULAR: História Medieval II (04786)					
PERÍODO A SER OFERTADO: 4º			NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico		
TIPO: Obrigatória	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS: 4
	TEÓRICA: 60h	PRÁTICA: 0	EAD-SEMPRESENCIAL: 0	PCC 15h*	
PRÉ-REQUISITO:		História Medieval I (Cód. 04785)			
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há					
CORREQUISITO: Não há					
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa IV					
EMENTA: Benefício e vassalagem, a invertebração do mundo carolíngio, a instauração e as transformações da sociedade feudal. O incremento comercial e demográfico e o surgimento das comunas medievais. A Reforma Gregoriana e a renovação da Igreja na Baixa Idade Média. As heresias medievais e as contestações da ordem. As cruzadas. Cultura, saber e universidades no Medievo. O fortalecimento das monarquias medievais e a Guerra dos Cem Anos. O Papado de Avignon e o Cisma do Ocidente. O debate historiográfico sobre a “crise” da Idade Média e a ruptura moderna.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BASCHET, Jérôme. A civilização feudal: do ano mil à colonização da América . São Paulo: Globo, 2006. GANSHOF, F. L. O que é feudalismo . Lisboa: Publicações Europa-América, s/d. HOLMES, George. A Europa na Idade Média (1320-1450): hierarquia e revolta . Lisboa: Ed. Presença, 1975..					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DUBY, Georges. As três ordens ou o imaginário do feudalismo . Lisboa: Estampa, 1980. DUBY, Georges. Economia rural e vida no campo no ocidente medieval . Lisboa: Edições 70, 1988. DUBY, Georges. A Europa na Idade Média . São Paulo: Martins Fontes, 1988. DUBY, Georges. Guerreiros e Camponeses . Lisboa: Estampa, 1980. DUBY, Georges. Guilherme o Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo . Rio de Janeiro: ed. Graal, 1987. DUBY, Georges. O Ano Mil . Lisboa: Ed. 70/São Paulo: Martins Fontes, 1988 DURANT, Will. História da civilização, vol. IV: A idade da fé . Rio de Janeiro: Record, 2002 DURANT, Will. História da civilização, vol. V: A Reforma . Rio de Janeiro: Record, 2002 FRANCO Jr, Hilário. A Idade Média, nascimento do ocidente . 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. FRANCO JR., Hilário. As Cruzadas . São Paulo: ED. Brasiliense, 1989. FRANCO Jr, Hilário. O Feudalismo . São Paulo: Brasiliense, 1985. (col. Tudo é História)					

GANSHOF, F. L. **O que é feudalismo**. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

HEERS, Jacques. **História Medieval**. São Paulo: Difel, 1981.

HUIZINGA, Johannes. **O outono da Idade Média. Estudo sobre as formas de vida e de pensamento nos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos**. São Paulo: Cosacnaif, 2010.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995 (2 v.)

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. 2 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

LE GOFF, Jacques. **Mercadores e banqueiros da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LE GOFF, Jacques. **O Apogeu da Cidade Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LE GOFF, Jacques. **Por um outro conceito de Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1979.

LE GOFF, Jacques; MONTREMY, Jean-Maurice. **Em busca da idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOPEZ, Robert. **A cidade medieval**. Lisboa: Presença, 1988.

MATTHEW, Donald. **Europa Medieval**. Barcelona: Folio, 2008. (col. Grandes Civilizações do Passado)

MICELI, Paulo. **O feudalismo**. Campinas: Atual Editora, 1986. ((col. Discutindo a História)

MONTEIRO, Hamilton M. **O feudalismo: economia e sociedade**. 4 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995. (Série Princípios, 38)

PIRENNE, Henri. **As cidades da Idade Média**. Lisboa: Europa/América, 1973

PIRENNE, Henri. **Histórica econômica e social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 1963.

SILVA, F. C. Teixeira. **Sociedade Feudal: Guerreiros, Sacerdotes, Trabalhadores**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (col. Tudo é História)

WOLFF, Philippe. **Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos?** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

TUCHMANN, Bárbara. **Um espelho distante: o terrível século XIV**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999..

COMPONENTE CURRICULAR: História e Cultura Indígena (04800)				
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico		
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 horas			
	TEÓRICA	PRÁTICA	EAD-SEMIPRESENCIAL	PCC
	60	0	0	15h*
CRÉDITOS 4				
PRÉ-REQUISITO: Não Há				
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.				
CORREQUISITO: Não há.				
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa IV				
EMENTA: Fornecer aos alunos diferentes abordagens referentes às populações indígenas no momento do contato com o europeu, observando-se os variados discursos e suas justificativas no tocante a vida cotidiana e a cultura desses indivíduos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
AZANHA, Gilberto. Senhores destas terras, os povos indígenas no Brasil: da colônia aos				

nossos dias. São Paulo: Atual, 2005.

COELHO DE SOUZA, Marcela S. **A cultura invisível:** conhecimento indígena e patrimônio imaterial. Anuário Antropológico, v. 2009, p. 179-210, 2010.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.). **A Viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos Índios:** Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GORDON, César. **Economia Selvagem:** ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

HECK, Egon. **Povos indígenas:** terra é vida. São Paulo: Atual, 2000.

LASMAR, Cristiane. **De volta ao Lago de Leite:** gênero e transformação no Alto Rio Negro. São Paulo: Edunesp, 2005.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, M. (orgs.). **Estado e Povos Indígenas:** bases para uma nova política indigenista II. Rio de Janeiro: Contra Capa/Laced, 2002. .

COMPONENTE CURRICULAR: Metodologia do Ensino de História (05231)

PERÍODO A SER OFERTADO: 5º | **NÚCLEO DE FORMAÇÃO:** Específico

TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA 45h	PRÁTICA 15	EAD- SEMPRES ENCIAL 0	PCC 0	

PRÉ-REQUISITO: Não há

REQUISITO DE CARGA HORÁRIA:
Não há.

CORREQUISITO: Não há.

EMENTA:

Metodologia do ensino de história. Construção de conhecimentos básicos para aplicação de técnicas, recursos didáticos no ensino de História. O livro didático nas aulas de História. O uso de documentos impressos e audiovisuais como suporte didático do ensino de História. O uso de literatura na história escolar. O uso de jogos didáticos no ensino de história. Produção de material didático.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (Org.). Ensino de história: temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. Campinas: Papyrus, 2003

NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema em sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada.** Campinas: Papyrus, 1993

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. Campinas: Papyrus,

2003

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema em sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR: Prática Integrativa IV					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Básico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h				CRÉDITOS 3
	TEÓRICA 0h	PRÁTICA 45h	EAD- SEMIPRESENCIAL 0	PCC 45h	
PRÉ- REQUISITO:	Não há pré-requisito para este componente curricular.				
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA:	Não há.				
CORREQUISITO:	Não há.				
EMENTA:	<p>O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Licenciatura em História da UFRPE busca materializar suas ações através de componente curricular obrigatório, intitulado Prática como Componente Curricular caracterizada, neste curso, nas Práticas Integrativas (PI). Cada uma dessas ações implica em cumprimento de carga horária específica. Esta disciplina abordará os temas de Direitos Humanos e Educação Ambiental.</p> <p>As Práticas Integrativas são compostas por encontros sistemáticos entre discentes e docentes da turma, mediados pela tutoria de um(a) desses(as) docentes, para operacionalizar tarefas acadêmicas tendo como suporte um eixo norteador particular para cada turma.</p> <p>O eixo norteador desta disciplina será: Produção do Conhecimento Histórico, Relações de Poder e Aprendizagem.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	<p>ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. <i>Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia</i>. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.</p> <p>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. <i>Ensino de História: fundamentos e métodos</i>. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>PINSKY, Carla (org.). <i>Novos temas nas aulas de história</i>. São Paulo: Contexto, 2009.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	<p>DOMINGO, José Contreras. Experiencia, escritura y deliberación: explorando caminos de libertad en la formación didáctica del profesorado. In ALLIAUDE, Andrea y SUÁREZ, Daniel. <i>El saber de la experiencia: narrativa, investigación y formación docente</i>. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires. CLACSO, 2011</p> <p>FERRO, Marc. Manipulação da História no Ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 1983.</p> <p>KARNAL, Leandro (org.). História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). <i>Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia</i>. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.</p> <p>MUNANGA, Kabengele (org.). <i>Superando o racismo na escola</i>. Brasília: Ministério da</p>				

Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
 PERRENOUD, Philippe. *A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e razão pedagógicas*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
 SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Bahia: EDUFBA, 2003.
 SILVA, Aracy. Lopes da (org.) *A Questão Indígena na sala de aula*. Subsídios para professores de 1o e 2o graus. SP: Brasiliense, 1987.
 ZAMBONI, Ernesta. *Representações e linguagens no ensino de História*. Revista Brasileira de História. Vol. 18, no. 36, São Paulo, 1998.

Ementas do quinto período

COMPONENTE CURRICULAR: História Moderna I (04510)					
PERÍODO A SER OFERTADO: 5º			NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico		
TIPO:	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA 60h	PRÁTICA 0	EAD- SEMIPRESENCIAL 0	PCC 15h*	
PRÉ- REQUISITO:	Não há				
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa V					
EMENTA: O mundo moderno é um período de profundas transformações na sociedade européia, marcado por uma tensão visceral entre o antigo e o novo. A secularização, o racionalismo, o humanismo, o individualismo, a constituição de um novo corpo, da família conjugal, da invenção da infância, de outra sexualidade e de novas relações de e entre os gêneros são as bases dessa nova sociedade onde se espraia e se radicaliza uma mudança cultural que dialoga e se imbrica com as dimensões do político, do econômico, do social, do cultural e do privado, temas esses objetos do nosso estudo, reflexão e diálogo com o presente.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BURCHKARDT, Jacob. A Cultura do Renascimento na Itália . São Paulo: Cia das Letras, 1991. DELUMEAU, Jean. Nascimento e afirmação da Reforma . Trad. João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989. DUBY, Georges e PERROT, Michelle. História das Mulheres: do Renascimento à idade Moderna . Porto: Afrontamento, 1991. Vol.3. ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador . Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993, 1e 2 vs. FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população . São Paulo: Martins Fontes, 2008..					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1999.
 BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
 BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
 DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**. Lisboa: Estampa, 1984.
 EISENSTEIN, Elizabeth L. **A Revolução da Cultura Impressa: Os primórdios da Europa Moderna**. Trad. Osvaldo Biato. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR: História do Brasil Colonial (04795)					
PERÍODO A SER OFERTADO:			NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico		
TIPO: Obrigatória	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS: 4
	TEÓRICA 45h	PRÁTICA 15h	EAD-SEMPRESENCIAL 0	PCC 15h*	
PRÉ-REQUISITO:		Não há.			
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa V					
EMENTA: O projeto expansionista de Portugal e Espanha nos séculos XV e XVI; O achamento do Brasil; A Igreja e as coroas Ibéricas; Os primeiros contatos com os habitantes da Terra de Santa Cruz; A chegada dos primeiros colonos; O Governo Geral; A lavoura açucareira e mão de obra escrava; As formas de convivência no Brasil colonial; A presença estrangeira no Brasil; A penetração para o interior; A sociedade da mineração; As instituições eclesiásticas e a sociedade colonial; O Estado e a administração dos homens entre o Brasil e Portugal; As transformações do final da fase colonial e as razões da Independência.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ABREU, João Capistrano de. Capítulos da História Colonial . 1500-1880. Brasília: UNB, 1982. ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Jurisdição e Conflito: aspectos da administração colonial . Recife: Ed. UFPE, 1997. ANDRADE, Manuel Correia de. Formação territorial e econômica do Brasil . Recife: Massangana, 2003. BOXER, Charles R. O Império Marítimo Português . São Paulo: Companhia das Letras, 2002. BOXER, Charles Ralph. A idade do ouro do Brasil, 1695-1750 . São Paulo: CEN, 1962.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOXER, Charles Ralph. Os holandeses no Brasil, 1624-1654 . São Paulo: CEN, 1959. BOXER, Charles Ralph. Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola 1602-1686 . São Paulo: CEN/Edusp, 1973. BETHENCOURT, F. e COUTO, D.R. A Memória da Nação . Lisboa: Sá da Costa, 1991. _____. História das Inquisições – Portugal, Espanha e Itália, séculos XV - XIX . São					

Paulo: Companhia da Letras, 2000.
 BRANDÃO, Sylvana.(org). **História das Religiões no Brasil**. Recife: Ed.UFPE, 3 v., 2001.
 CHAUDHURI, Kirti e BETHENCOURT, Francisco. **História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Círculo de Leitores, vols. 1e2, 1998.
 CORTESÃO Jaime. **Os Descobrimientos Portugueses**. Lisboa: Imp. Nacional, 3 vols. 1990.
 CUNHA, Manuela Carneiro da, (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992..

COMPONENTE CURRICULAR: História da América I (04600)					
PERÍODO A SER OFERTADO: 6º			NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico		
TIPO: Obrigatória	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS: 4
	TEÓRICA 45h	PRÁTICA 15h	EAD- SEMIPRES ENCIAL 0	PCC 15h*	
PRÉ- REQUISITO:	Não há				
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa V					
EMENTA: Abordar os temas e debates recentes da historiografia sobre a história colonial ibérica e inglesa. Encontros e confrontos socioculturais. As dinâmicas sociais e os modos de governação. As expressões religiosas, os escravismos, os poderes locais e as sociabilidades. A crise colonial e os novos padrões de sociedade na crise do Antigo Regime.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BLACKBURN, Robin. A Construção do Escravismo no Novo Mundo. Do Barroco ao Moderno , 1492-1800. Rio de Janeiro: Record, 2003. LESLIE, Bethell. História da América Latina Colonial . São Paulo: EDUSP, 1997 (8 volumes) TODOROV, Tzvetlan. A conquista da América . São Paulo: Martins Fontes, 2003 GRUSINSKI, Serge. As Quatro partes do mundo: história de uma mundialização . São Paulo: Edusp, 2014..					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CANIZARES- ESGUERRA, Jorge. Como escrever a História do Novo Mundo . São Paulo: EDUSP, 2011. ELLIOT, John H. Impérios del mundo Atlántico. España y Gran Bretaña em América (1492-1830) . Madrid, Taurus, 2006. KARNAL, Leandro et ali. História dos EUA – das origens ao século XXI . São Paulo: Ed. Contexto. 2007. LOCKHART, James & SCHWARTZ, Stuart. A América Latina na época colonial . Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira. 2010. O’GORMAN, Edmundo. A invenção da América . São Paulo, UNESP, 1992. SANTOS, Eduardo Natalino dos. Tempo, espaço e passado na mesoamérica . São Paulo: Alameda. 2011.					

COMPONENTE CURRICULAR: Estágio Supervisionado Obrigatório I (ESO I)					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Profissionalizante			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 90h				CRÉDITOS 6
	TEÓRICA 30h	PRÁTICA 60h	EAD- SEMIPRESENCIAL 0	PCC 0	
PRÉ-REQUISITO: Metodologia do Ensino de História I					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
EMENTA: Investigação do ambiente escolar e em espaços educativos não-formais, por meio da observação-participante, no sentido de melhor compreender de forma crítico-reflexivo, a relação que a escola e as outras instituições educativas mantém com o macro e o micro sistema educacional. Análise de documentos institucionais como Projeto Político Pedagógico(PPP); o Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE), Plano Gestor (PG). Interação com a comunidade escolar e as dos espaços não-escolares, estabelecendo assim, uma análise crítica da implantação e implementação das referidas propostas, o que possibilitará a realização da diagnose.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AMARAL, S. J. Escolas autônomas e secretarias eficientes. Boletim técnico, Brasília, MEC – FUNDESCOLA, ano 3 n° 20 p.p 3/5, agosto, 1998. COSTA, C. & SILVA, I. N. Planejamento Participativo: prática da cidadania ou cidadania na prática? RBAE, ano 24, n° 96, julho/setembro 1993. DEMO, P. Educação de Qualidade. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994. FAZENDA, Ivani C. Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas, SP: Papirus, 1994. HORA, D. L. Gestão Democrática na Escola: artes e ofícios da participação. São Paulo: Papirus, 1994.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BARREIRO, I. M. de F. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores. São Paulo: AVERCAMP, 2006. HERNANDEZ, F. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998. LÜCK, H. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994. MOREIRA, M.A. Aprendizagem significativa. Brasília: Ed. UnB, 1999. PICONEZ, S. C. B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 5. ed. Campinas Papirus, 2000. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico). PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos). SILVA, M. A. Administração dos Conflitos Sociais: as reformas administrativas e educacionais como resposta às questões emergentes da prática social (o caso de Minas Gerais). Tese de Doutorado, Unicamp: Campinas, 1997.					

COMPONENTE CURRICULAR: Prática Integrativa V

PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Básico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 3
	TEÓRICA 0h	PRÁTICA 45h	EAD- SEMIPRESENCIAL 0	PCC 45h	
PRÉ-REQUISITO: Não há pré-requisito para este componente curricular.					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
EMENTA: O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Licenciatura em História da UFRPE busca materializar suas ações através de componente curricular obrigatório, intitulado Prática como Componente Curricular caracterizada, neste curso, nas Práticas Integrativas (PI). Cada uma dessas ações implica em cumprimento de carga horária específica. Esta disciplina abordará os temas de Direitos Humanos e Educação Ambiental. As Práticas Integrativas são compostas por encontros sistemáticos entre discentes e docentes da turma, mediados pela tutoria de um(a) desses(as) docentes, para operacionalizar tarefas acadêmicas tendo como suporte um eixo norteador particular para cada turma. O eixo norteador desta disciplina será: Modernidade, Estado e Alteridade.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. <i>Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia</i> . Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. <i>Ensino de História: fundamentos e métodos</i> . 2a ed. São Paulo: Cortez, 2008. PINSKY, Carla (org.). <i>Novos temas nas aulas de história</i> . São Paulo: Contexto, 2009.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DOMINGO, José Contreras. Experiencia, escritura y deliberación: explorando caminos de libertad en la formación didáctica del profesorado. In ALLIAUDE, Andrea y SUÁREZ, Daniel. <i>El saber de la experiencia: narrativa, investigación y formación docente</i> . Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires. CLACSO, 2011 FERRO, Marc. <i>Manipulação da História no Ensino e nos meios de comunicação</i> . São Paulo: IBRASA, 1983. KARNAL, Leandro (org.). <i>História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas</i> . São Paulo: Contexto, 2003. MAGALHÃES, Marcelo de Souza. <i>História e Cidadania: por que ensinar história hoje?</i> In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). <i>Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia</i> . Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. MUNANGA, Kabengele (org.). <i>Superando o racismo na escola</i> . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. PERRENOUD, Philippe. <i>A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e razão pedagógicas</i> . Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. SILVA, Ana Célia da. <i>Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático</i> . Bahia: EDUFBA, 2003. SILVA, Aracy. Lopes da (org.) <i>A Questão Indígena na sala de aula</i> . Subsídios para professores de 1o e 2o graus. SP: Brasiliense, 1987. ZAMBONI, Ernesta. <i>Representações e linguagens no ensino de História</i> . Revista Brasileira					

de História. Vol. 18, no. 36, São Paulo, 1998.

Ementas do Sexto Período

COMPONENTE CURRICULAR: História Moderna II (04781)					
PERÍODO A SER OFERTADO: 6º		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico			
TIPO: Obrigatória	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS: 4
	TEÓRICA 45h	PRÁTICA 15h	EAD- SEMPRES ENCIAL 0	PCC 15h*	
PRÉ- REQUISITO:	História Moderna I (04510)				
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa VI					
EMENTA: A disciplina visa oferecer elementos teóricos e factuais que possibilitem ao aluno compreender os tempos modernos, com a derrocada do “Antigo Regime”, o iluminismo e a construção da sociedade capitalista; suas relações de poder e produção, as revoluções modernas, sociabilidades e práticas culturais.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GIANNETTI, Eduardo. Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização. São Paulo: Cia das Letras, 2002. ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora em Inglaterra. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/ Martins Fontes, s/d. STAROBINSK, Jean. 1789: Os Emblemas da Razão. São Paulo: Cia das Letras, 1988. DARNTON, Robert. Boemia Literária e Revolução, o submundo das letras no antigo regime. São Paulo: Cia das Letras, 1987. FURET, François. Pensando a Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: HOBSBAWN, Eric. A Era das Revoluções, 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. HOBSBAWN, Eric. A Era do Capital, 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. VOLTAIRE. O Preço da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2001. SADE. Diálogo entre um Padre e um Moribundo. São Paulo: Editora Iluminuras, 2001. MORUS, Thomas. A Utopia. São Paulo, Editora Martins Claret, 2001..					

COMPONENTE CURRICULAR: História do Brasil Imperial (04796)					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico			
TIPO: Obrigatória	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA 45h	PRÁTICA 15h	EAD- SEMPRESENCIAL	PCC 15h*	

	0	
PRÉ-REQUISITO: História do Brasil Colonial (04795)		
REQUISITO DE CARGA		
HORÁRIA: Não há.		
CORREQUISITO: Não há.		
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa VI		
EMENTA: Estudo da formação histórica da nacionalidade brasileira. Período Joanino no Brasil. Independência política do Brasil. Primeiro Império: cidade e política; cultura e interdições; saúde e alimentação. Regências. Segundo Império: políticas interna e externa. Atividades econômicas e relações de trabalho. Relações sociais e cultura do segundo reinado. Crise e declínio do regime monárquico. Movimento republicano e Proclamação da República..		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BANDEIRA, Élcia de Torres. Modernização e conflito no Brasil pombalino. In: <i>Formação histórica da nacionalidade brasileira. Brasil – 1701-1824.</i> (Orgs.) Manuel Correia de Andrade, Eliane Moury Fernandes, Sandra Melo Cavalcanti. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Ed. Massangana, 1999. CARVALHO, José Murilo de. <i>Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.</i> São Paulo: Companhia das Letras, 2004. CARVALHO, Marcus J. M. de. <i>Liberdade: rotinas e rupturas de escravismo: Recife, 1822-1850.</i> Recife: Editora Universitária/ UFPE, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MATTOS, H. M.. <i>Das Cores Do Silêncio: Os Significados Da Liberdade No Sudeste Escravista – Brasil, Século XIX.</i> Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1998. MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. <i>A Arte De Curar Nos Tempos Da Colônia: Limites E Espaços De Cura.</i> Recife: Fundação De Cultura Da Cidade Do Recife, 2004. REIS, João José. <i>A Morte É Uma Festa: Ritos Fúnebres E Revolta Popular No Brasil Do Século XIX.</i> São Paulo: Companhia Das Letras, 1991. DEBRET, J. B.. <i>Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.</i> Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989. (Coleção Reconquista do Brasil, 3, série especial, 4 TOMOS) DORATIOTO, Francisco Fernando. <i>Maldita guerra.</i> Companhia das Letras, 2002.		

COMPONENTE CURRICULAR: História da América II (04787)					
PERÍODO A SER OFERTADO		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS: 4
	TEÓRICA 45h	PRÁTICA: 15h	EAD-SEMI- PRESENCIAL 0	PCC 15h*	
PRÉ-REQUISITO: História da América I (04600)					
REQUISITO DE CARGA					
HORÁRIA: Não há.					

CORREQUISITO: Não há.

Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa VI

EMENTA:

Revolução hispânica: processo e acontecimentos nas independências das Américas; formação e consolidação dos Estados nacionais; debates sobre os conceitos de soberania, cidadania e identidade nacional; reformas liberais e o problema da terra; participação política de índios, mestiços e negros; crescentes hegemonia e intervenção dos EUA na América hispânica; conceituação de populismo e governos populistas: México e Argentina; revoluções no século XX: México e Cuba; ditaduras civis-militares, direitos humanos e memória; desafios para o ensino de História da América..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
ANNINO, Antonio. GUERRA, François Xavier (orgs.). *Inventando la nación*. Iberoamerica, siglo XIX. Mexico: FCE, 2003.
AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: UNESP, 2004.
AZEVEDO, Cecilia; RAMINELLI, Ronald. *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*, vol III e IV, São Paulo: Ed USP, 2001.
FICO, Carlos. Et ali (org.). *Ditadura e democracia na América Latina*. Balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
KARNAL, Leandro. ET Ali. *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Contexto, 2007.
KARNAL, Leandro (org.). *História da sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.
MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1990.
PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1995
PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.
SABATO, Hilda. *Ciudadanía política y la formación de las naciones*. Perspectivas históricas de América Latina. Mexico: FCE, 1999

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HOBSBAWN, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
IRUROZQUI, Marta, “*A bala, piedra y palo*”. La construcción de la ciudadanía política en Bolívia, 1826-1952. Sevilla: Diputación de Sevilla, 2000.
QUIJADA, Mónica. BERNAND, Carmen. SCHNEIDER, Arnd. *Homogeneidad y nación*. Con un estudio de caso: Argentina, siglos XIX y XX. Madrid: CSIC, 2000.
PAMPLONA, Marco A. DOYLE, Dohn H. *Nacionalismo no novo mundo: a formação de Estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007..

COMPONENTE CURRICULAR: Estágio Curricular Supervisionado (ESO II)

PERÍODO A SER OFERTADO: | **NÚCLEO DE FORMAÇÃO:** Profissionalizante

TIPO:	CARGA HORÁRIA TOTAL:60h				CRÉDITOS
	TEÓRICA	PRÁTICA	EAD-	PCC	
Obrigatório					6

	30h	60h	SEMI- PRESENCIAL	0	
PRÉ-REQUISITO: Estágio Curricular Supervisionado I					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
EMENTA: Intervenção em espaços educativos não-formais através da realização de observação-participante e da realização de pesquisa-ação, com a elaboração e execução de projeto de intervenção voltado para a problemática identificada no contexto e relativa à área de conhecimento específica da formação docente.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BEHRENS, M.A. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005. BOGDAN, R.; BIKLEN, S. O contínuo participante/observador. In: _____. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994. CACHAPUZ, Antonio. [et al]. (org) A necessária renovação para o ensino das ciências. São Paulo: Cortez. 2005. LIMA, M. S. L. [et al]. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente. 4. ed., Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BARREIRO, I. M. de F. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores . São Paulo: AVERCAMP, 2006. CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. –(Trad. CABRAL, Alvaro); São Paulo: Cultrix, 2006. HERNANDEZ, F. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998. PICONEZ, S. C. B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 5. ed. Campinas Papirus, 2000. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico). PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência . São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos). POZZO, J. I. A solução de problemas: aprender a resolver, resolver para aprender. Porto Alegre: ArtMed, 1998.					

COMPONENTE CURRICULAR: Prática Integrativa VI					
PERÍODO A SER OFERTADO:			NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Básico		
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h				CRÉDITOS 3
	TEÓRICA 0h	PRÁTICA 45h	EAD-SEMI- PRESENCIAL 0	PCC 45h	
PRÉ-REQUISITO: Não há pré-requisito para este componente curricular.					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					

EMENTA:

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Licenciatura em História da UFRPE busca materializar suas ações através de componente curricular obrigatório, intitulado Prática como Componente Curricular caracterizada, neste curso, nas Práticas Integrativas (PI). Cada uma dessas ações implica em cumprimento de carga horária específica. Esta disciplina abordará os temas de Direitos Humanos e Educação Ambiental.

As Práticas Integrativas são compostas por encontros sistemáticos entre discentes e docentes da turma, mediados pela tutoria de um(a) desses(as) docentes, para operacionalizar tarefas acadêmicas tendo como suporte um eixo norteador particular para cada turma.

O eixo norteador desta disciplina será: Cidadania, Estado e Ensino de História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PINSKY, Carla (org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DOMINGO, José Contreras. Experiencia, escritura y deliberación: explorando caminos de libertad en la formación didáctica del profesorado. In ALLIAUDE, Andrea y SUÁREZ, Daniel. *El saber de la experiencia: narrativa, investigación y formación docente*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires. CLACSO, 2011 FERRO, Marc. *Manipulação da História no Ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: IBRASA, 1983.

KARNAL, Leandro (org.). *História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *História e Cidadania: por que ensinar história hoje?* In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PERRENOUD, Philippe. *A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e razão pedagógicas*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Bahia: EDUFBA, 2003.

SILVA, Aracy. Lopes da (org.) *A Questão Indígena na sala de aula*. Subsídios para professores de 1o e 2o graus. SP: Brasiliense, 1987.

ZAMBONI, Ernesta. *Representações e linguagens no ensino de História*. Revista Brasileira de História. Vol. 18, no. 36, São Paulo, 1998.

Ementas do sétimo período

COMPONENTE CURRICULAR: História Contemporânea I (04592)					
PERÍODO A SER OFERTADO: 7º			NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico		
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS: 4
	TEÓRICA: 45h	PRÁTICA: 15	EAD- SEMI- PRESENCIAL:	PCC 15h*	

			0		
PRÉ-REQUISITO:					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa VII					
EMENTA: A passagem do século XIX ao XX é vista por muitos como um momento propício a grandes realizações: na política, nas artes, nas ciências etc. Conceitos, como “imperialismo”, estão sendo definidos pelas esquerdas para classificar a política econômica das grandes potências. E a cultura passa a ser uma esfera privilegiada para as manifestações políticas. A arte anseia a revolução..					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AGAMBEN, Giorgio. O Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004. EKSTEINS, Modris. A Sagração da Primavera. Rio de Janeiro: Roxo, 1992. GONZALES, Horácio. A Comuna de Paris: os assaltantes do céu. São Paulo: Brasiliense, 1999. HARVEY, David. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008. HOBSBAWM, Eric, A Era dos Extremos, São Paulo, Companhia das Letras. 1995.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AGAMBEN, Giorgio O que resta de Auschwitz. São Paulo: Boitempo, 2008 BEACH, Sylvia. Shakespeare and Company, uma livraria na Paris do entre-guerras. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004. BERTONHA, João Fábio. Os Italianos. São Paulo: Contexto, 2005. CADORIN, Adilcio. Anita Garibaldi, guerreira da liberdade. São Paulo: Editora Best Seller, 2003. DROZ, Jacques. História da Alemanha. Portugal: Publicações Europa América, 1999. DUMAS, Alexandre. Memórias de Garibaldi. Porto Alegre: L&PM, 2002					

COMPONENTE CURRICULAR: História do Brasil Republicano I (04797)					
PERÍODO A SER OFERTADO:			NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico		
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA 45h	PRÁTICA 15h	EAD- SEMIPRESENCIAL 0	PCC 15h*	
PRÉ-REQUISITO:					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há					
CORREQUISITO: Não há					
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa VII					
EMENTA: A proposta desta disciplina é analisar a formação do Estado republicano no Brasil e suas representações de cidadania na Primeira República (1889-1930) e na Era Vargas(1930-1945), considerando os governos militares, a ascensão e crise dos governos oligárquicos vinculados à cafeicultura, os movimentos sociais e culturais, a economia,					

destacando a industrialização, as rupturas e permanências na transição para a Era Vargas, situando Pernambuco no contexto nacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando A. (org.). **História da Vida Privada do Brasil**. República: da Belle Époque a Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, vol.03, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Os bestializados. o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e poder no Brasil Republicano**. Curitiba, Juruá, 2002

SILVA, Giselda B. (Org.). **Estudos do Integralismo no Brasil**. 2ª ed.. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1983

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana x Mucambópolis**. O Estado Novo na cidade do Recife décadas de 30 e 40). Jaboatão dos Guararapes-PE: Ed. Livro Rápido, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos: História da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR: Didática				
PERÍODO A SER OFERTADO: 7º			NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico	
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h			CRÉDITOS: 4
	TEÓRICA: 60h	PRÁTICA: 0	EAD-SEMPRESENCIAL: 0	
PRÉ-REQUISITO: Não há.				
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há				
CORREQUISITO: Não há				
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa VII				
EMENTA: Construção de conhecimentos básicos para aplicação de técnicas, recursos didáticos no ensino de História. O livro didático nas aulas de História. O uso de documentos impressos e audiovisuais como suporte didático do ensino de História. O uso de literatura na história escolar. O uso de jogos didáticos no ensino de história.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (Org.). Ensino de história: temáticas e metodologia . Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.				
FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História . Campinas: Papyrus, 2003				

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

COMPONENTE CURRICULAR: Estágio Supervisionado Obrigatório III (ESO III)

PERÍODO A SER OFERTADO: 8º | **NÚCLEO DE FORMAÇÃO:** Profissionalizante

TIPO:	CARGA HORÁRIA TOTAL: 90h			CRÉDITOS
	TEÓRICA	PRÁTICA	EAD-SEMIPRESENCIAL	
Obrigatório	30h	60h	0	6

PRÉ-REQUISITO: Estágio Supervisionado Obrigatório II (ESO II)

REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.

CORREQUISITO: Não há.

EMENTA: Intervenção no contexto da sala de aula da escola campo de estágio, especificamente nas aulas de ensino médio através da realização de observação-participante e regências relativas à área de conhecimento específica da formação docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**, 1998.

CHAVES, M. e GAMBOA, S. S. **Prática de Ensino: formação profissional e emancipação**. Maceió: EDUFAL, 2000.

FREITAS, H. de. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papirus, 1995.

LIMA, M. S. L. [et al]. **A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente**. 4. ed., Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARREIRO, I. M. de F. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores**. São Paulo: AVERCAMP, 2006.

HERNANDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

_____. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

PICONEZ, S. C. B. (Coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 5. ed. Campinas Papirus, 2000. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo:

Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).
 ZABALA, A. **Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR: Prática Integrativa VII					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Básico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h				CRÉDITOS 2
	TEÓRICA 0h	PRÁTICA 30h	EAD- SEMIPRESENCIAL 0	PCC 30h	
PRÉ-REQUISITO: Não há pré-requisito para este componente curricular.					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
EMENTA: <p>O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Licenciatura em História da UFRPE busca materializar suas ações através de componente curricular obrigatório, intitulado Prática como Componente Curricular caracterizada, neste curso, nas Práticas Integrativas (PI). Cada uma dessas ações implica em cumprimento de carga horária específica. Esta disciplina abordará os temas de Direitos Humanos e Educação Ambiental.</p> <p>As Práticas Integrativas são compostas por encontros sistemáticos entre discentes e docentes da turma, mediados pela tutoria de um(a) desses(as) docentes, para operacionalizar tarefas acadêmicas tendo como suporte um eixo norteador particular para cada turma.</p> <p>O eixo norteador desta disciplina será: Estado de Direito, Movimentos Sociais e Ensino de História.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: <p>ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. <i>Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia</i>. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.</p> <p>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. <i>Ensino de História: fundamentos e métodos</i>. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>PINSKY, Carla (org.). <i>Novos temas nas aulas de história</i>. São Paulo: Contexto, 2009.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: <p>DOMINGO, José Contreras. Experiencia, escritura y deliberación: explorando caminos de libertad en la formación didáctica del profesorado. In ALLIAUDE, Andrea y SUÁREZ, Daniel. <i>El saber de la experiencia: narrativa, investigación y formación docente</i>. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires. CLACSO, 2011</p> <p>FERRO, Marc. Manipulação da História no Ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 1983.</p> <p>KARNAL, Leandro (org.). História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). <i>Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia</i>. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.</p> <p>MUNANGA, Kabengele (org.). <i>Superando o racismo na escola</i>. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.</p>					

PERRENOUD, Philippe. *A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e razão pedagógicas*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Bahia: EDUFBA, 2003.

SILVA, Aracy. Lopes da (org.) *A Questão Indígena na sala de aula*. Subsídios para professores de 1o e 2o graus. SP: Brasiliense, 1987.

ZAMBONI, Ernesta. *Representações e linguagens no ensino de História*. Revista Brasileira de História. Vol. 18, no. 36, São Paulo, 1998.

Ementas do oitavo período

COMPONENTE CURRICULAR: História Contemporânea II (04593)					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Específico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA 45h	PRÁTICA 15h	EAD- SEMI- PRESENCIAL 0	PCC 15h*	
PRÉ-REQUISITO: História Contemporânea I (04592)					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa VIII					
EMENTA: O pós-segunda guerra: a Guerra Fria. A consolidação do socialismo e do capitalismo global. A Ásia e a África – os processos de descolonização da África. O Oriente Médio. A crise do socialismo. O mundo atual.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FERRO, Marc, <i>A Revolução Russa</i> , São Paulo, Perspectiva, 2007. HARVEY, David. <i>Neoliberalismo: história e implicações</i> . São Paulo: Loyola, 2008. HOBBSBAWM, Eric, <i>A Era dos Extremos</i> , São Paulo, Companhia das Letras. 1995. LENHARO, Alcir. <i>Nazismo: o triunfo da vontade</i> . São Paulo, Ática, 1988. MACMAHON, Robert. <i>Guerra Fria</i> . Porto Alegre, L & PM, 2009. REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste (Organizadores). <i>O século XX. V.2: O tempo das crises: Revoluções, fascismos e guerras</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). <i>O Século XX: o tempo das dúvidas (do declínio das utopias às globalizações)</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. SILVA, Francisco Carlos Teixeira; SCGURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge (orgs.). <i>O Brasil e a Segunda Guerra</i> . Rio de Janeiro: Multifoco/TEMPO, 2010.					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SERVICE, Robert. Lenin: a biografia definitiva. São Paulo: Difel, 2007.
 KONDER, Leandro. Introdução ao Fascismo. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
 REIS FILHO, Daniel Aarão, As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético. São Paulo, Ed. Unesp-SciELO, 2009.
 FEST, Joachim. Hitler. Nova Fronteira, 2005, Vol. 1.
 FEST, Joachim. Hitler. Nova Fronteira, 2005, Vol. 2.
 Maxwell, Kennet, A Construção da democracia em Portugal, Editorial Presença, Lisboa, 1999

COMPONENTE CURRICULAR: História do Brasil Republicano II (04798)

PERÍODO A SER OFERTADO: | **NÚCLEO DE FORMAÇÃO:** Específico

TIPO:	CARGA HORÁRIA TOTAL:60h				CRÉDITOS
	TEÓRICA	PRÁTICA	EAD- SEMPRESENCIAL	PCC	
Obrigatório	45h	15h	0	15h*	4

PRÉ-REQUISITO: História do Brasil Republicano I (04797)

REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.

REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.

CORREQUISITO: Não há.

Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa VIII

EMENTA: Estudar o reordenamento da máquina administrativa no pós-1930. A CLT. A queda de Getúlio em 1945; o processo de redemocratização. O Populismo. As esquerdas no Brasil e a mobilização popular nos espaços públicos e privados. A crise do populismo. A implantação do Regime Militar. A crise do regime militar e a transição com a campanha Pró-Diretas. As eleições indiretas pós-1988. A era Collor e o impeachment. O plano Real e o Projeto PSB-FHC; A Era LULA. O PT elege a primeira mulher Presidenta. As manifestações grevistas. A reação popular contra a corrupção política e os embates do projeto de reforma política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Manuel Correia de (org.); FERNANDES, Eliane Moury (org.). **Vencedores e vencidos:** o movimento de 1964 em Pernambuco. Recife: A Fundação/Editora Massangana, 2004.

GASPARI, Elio. GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002

_____. **A ditadura encurralada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50.** Editora Ponteio, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel A.(orgs). **Revolução e democracia** (As esquerdas no Brasil, vol.3). Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e Poder no Brasil Republicano.** Curitiba, Juruá, 2002

MOTTA, Rodrigo Patto. "O segundo grande surto anticomunista" IN: **Em guarda contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil. São Paulo,

Perspectiva/FAPESP, 2002, 231-278
 SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito; MATOS, Julia Silveira (Orgs.). **Campos da política: discursos e práticas**. Ed Livroponto, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR TCC I (Trabalho de Conclusão de Curso)					
PERÍODO A SER OFERTADO:			NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Profissionalizante		
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h				CRÉDITOS 3
	TEÓRICA 15h	PRÁTICA 30h	EAD- SEMPRESENCIAL 0	PCC 15h*	
PRÉ-REQUISITO: Metodologia da História (04801)					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
EMENTA: Orientações gerais quantos aos aspectos metodológicos envolvidos em uma produção científica na área de História, bem como orientações afeitas às especificidades da pesquisa histórica. Elaboração do Plano de Trabalho de Conclusão do Curso					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARROS, José D'Assunção. O Projeto de Pesquisa em História . Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005. _____ Teoria da História . Vol. 1, Vol. 2, Vol. 3, Vol. 4, Vol. 5. Petrópolis: Vozes, 2011. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2004. Normas do TCC do Curso de Licenciatura em História da UFRPE. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas . São Paulo: Editora Contexto, 2005. REIS, José Carlos. História e Teoria . Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS . Diversas normas. BARROS, José d'Assunção. Campo da História . Petrópolis: Vozes, 2011 BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). A Escrita da História: novas perspectivas . Tradução de Magda Lopes. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina. O historiador e suas fontes . Paulo: Editora Contexto, 2009. VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; Peixoto, Maria do Rosário da Cunha; Khoury, Yara Aun. A Pesquisa em História . São Paulo: Editora Ática, 2000. .					

COMPONENTE CURRICULAR: Estágio Supervisionado Obrigatório IV (ESO IV)

PERÍODO A SER OFERTADO: 9º | **NÚCLEO DE FORMAÇÃO:** Profissionalizante

TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 135h				CRÉDITOS: 9
	TEÓRICA: 30h	PRÁTICA: 105h	EAD- SEMPRESENCIAL:	PCC 0	

PRÉ-REQUISITO:	Estágio Curricular Supervisionado III
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA:	Não há.
CORREQUISITO:	Não há.
EMENTA:	Intervenção no contexto da sala de aula da escola campo de estágio, especificamente nas aulas do Ensino Fundamental II e/ou EJA (etapa correspondente aos anos do Ensino Regular) através da realização de observação-participante e regências relativas à área de conhecimento específica da formação docente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	ARANTES, V. A. Educação formal e não-formal . São Paulo: Summus, 2008. LIMA, M. S. L. [et al]. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente . 4. ed., Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006. RABELO, E. H. Avaliação: novos tempos, novas práticas . Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	BARREIRO, I. M. de F. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores . São Paulo: AVERCAMP, 2006. CAMBA, S. V. ONGs e escolas públicas . São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. MORIN, E.; CIURANA, E.; MOTTA, R.D. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana . São Paulo: Cortez, 2003. PICONEZ, S. C. B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 5. ed. Campinas Papyrus, 2000. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico). PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência . São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).

COMPONENTE CURRICULAR: Prática Integrativa VIII					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Básico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 30h				CRÉDITOS 3
	TEÓRICA 0h	PRÁTICA 45h	EAD- SEMIPRESENCIAL 0	PCC 45h	
PRÉ-REQUISITO:	Não há pré-requisito para este componente curricular.				
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA:	Não há.				
CORREQUISITO:	Não há.				
EMENTA:	O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Licenciatura em História da UFRPE busca materializar suas ações através de componente curricular obrigatório, intitulado Prática como Componente Curricular caracterizada, neste curso, nas Práticas Integrativas (PI). Cada uma dessas ações implica em cumprimento de carga horária específica. Esta disciplina abordará os temas de Direitos Humanos e Educação Ambiental.				

As Práticas Integrativas são compostas por encontros sistemáticos entre discentes e docentes da turma, mediados pela tutoria de um(a) desses(as) docentes, para operacionalizar tarefas acadêmicas tendo como suporte um eixo norteador particular para cada turma.

O eixo norteador desta disciplina será: Sociedade do Espetáculo, Movimentos Sociais e Educação Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PINSKY, Carla (org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DOMINGO, José Contreras. Experiencia, escritura y deliberación: explorando caminos de libertad en la formación didáctica del profesorado. In ALLIAUDE, Andrea y SUÁREZ, Daniel. *El saber de la experiencia: narrativa, investigación y formación docente*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires. CLACSO, 2011 FERRO, Marc. Manipulação da História no Ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 1983.

KARNAL, Leandro (org.). *História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PERRENOUD, Philippe. *A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e razão pedagógicas*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Bahia: EDUFBA, 2003.

SILVA, Aracy. Lopes da (org.) *A Questão Indígena na sala de aula*. Subsídios para professores de 1o e 2o graus. SP: Brasiliense, 1987.

ZAMBONI, Ernesta. *Representações e linguagens no ensino de História*. Revista Brasileira de História. Vol. 18, no. 36, São Paulo, 1998.

Ementas do nono período

COMPONENTE CURRICULAR: Educação das Relações Étnico-Raciais (051)					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Básico			
TIPO: Obrigatória	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA 60h	PRÁTICA 0	EAD-SEMI- PRESENCIAL 0	PCC 0	
PRÉ- REQUISITO:	Não há.				

REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.
CORREQUISITO: Não há.
Prática como componente curricular:
EMENTA: Formação das identidades brasileiras: elementos históricos. Relações sociais e étnico-raciais. África e Brasil, semelhanças e diferenças em suas formações. Interações Brasil-África na contemporaneidade. Preconceito, estereótipo, etnia, interculturalidade. A Educação indígena no Brasil, historicidade e perspectivas teórico-metodológicas. Ensino e aprendizagem na perspectiva da pluralidade cultural. Pluralidade étnica do Nordeste e de Pernambuco: especificidades e situação sócio-educacional. Multiculturalismo e Transculturalismo crítico.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GOMES , Nilma Lino (Org.); SILVA , Petronilha Beatriz Gonçalves e; PEREIRA , Maria Antonieta (Org.) (Trad.). Experiências étnico-culturais para a formação de professores . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 150 p. (Cultura negra e Identidades). HALL , Stuart; SOVIK , Liv Rebecca. Da diáspora: identidades e mediações culturais . Belo Horizonte: UFMG, 2003. 434 p. (Humanitas). LUCIANO , Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. 227 p. (Coleção educação para todos 12). MUNANGA , Kabengele. Superando o racismo na escola . 2.ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, 2005. 204p. SANTOS , Sales Augusto dos (Org.) BRASIL. Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas . Brasília: MEC: BID: UNESCO, 2005. 397 p.: (Coleção Educação paratodos); v. 5. SILVA , Aracy Lopes da; FERREIRA , Mariana K. Leal (Org.). Práticas pedagógicas na escola indígena . São Paulo: FAPESP: Gobal, 2001. 378 p. (Antropologia e educação).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana . Brasília: MEC/CNE 10/03/2004. BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Indígena . Brasília: MEC/CNE 10/05/2012. CASHMORE , Ellis. Dicionários de Relações Étnicas e Raciais . São Paulo-SP: Summus, 2000. FOUCAULT , Michel. Microfísica do poder . Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. MEC/SECAD. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais . Brasília-DF: MEC/SECAD, 2006. SCHWARCZ , Lilia M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930 . São Paulo: Cia das Letras, 2011. SILVA , Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. HALL , Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Graracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR: Historiografia Pernambucana (04799)

PERÍODO A SER OFERTADO: 4º | **NÚCLEO DE FORMAÇÃO:** Profissional

TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h				CRÉDITOS: 4
	TEÓRICA: 60h	PRÁTICA: 0h	EAD- SEMIPRESENCIAL: 0	PCC: 15h*	
PRÉ-REQUISITO: Não Há					
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA: Não há.					
CORREQUISITO: Não há.					
Prática como componente curricular: Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa IX					
EMENTA: Estudo das tendências e temáticas abordadas pela produção do conhecimento historiográfico no (e sobre) Pernambuco, destacando os principais marcos de análise, categorias e instrumental teórico. Dar ênfase a expansão da pós-graduação em História como locus principal da produção do conhecimento histórico.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AQUINO, Rubim Leão de; MENDES, Francisco Roberval; BOUCINHAS, André Dutra. Pernambuco em Chamas: revoltas e revoluções em Pernambuco. Recife: Fundaj, Massangana, 2009. FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Ed. Definitiva, 1953, 2v. MELLO, Evaldo Cabral de. A fronda dos Mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. 2a ed. São Paulo: Ed. 34, 2003. MELLO, José Antônio Gonçalves de. Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco (1542-1654). Recife: FUNDAJ/Massangana, 1996. _____. A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004. PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/EDUSP/Fapesp. 2002					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Jurisdição e Conflito: aspectos da administração colonial. Recife: Ed. UFPE, 1997. MENEZES, Jeannie da Silva. Sem embargo de ser fêmea: as mulheres e um estatuto jurídico em movimento no século XVIII. Jundiá: Paco Editorial, 2013. SOUZA, George F. C. de. Tratos & Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654-c.1759). Recife: Editora/UFPE, 2012. VANDERLEI, Kalina. Nas solidões vastas de assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: CEPE, 2010. ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. O Sexo Devoto: normatização e resistência feminina no Império Português XVI-XVIII. Recife: Editora Universitária, 2005 CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo: Recife 1822-1850. Recife: Ed. UFPE, 1998.					

COMPONENTE CURRICULAR: TCC II					
PERÍODO A SER OFERTADO:			NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Profissionalizante		
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL:60h				CRÉDITOS 4
	TEÓRICA 15h	PRÁTICA 45h	EAD- SEMIPRESENCIAL	PCC 15h*	

	0	
PRÉ-REQUISITO:	TCC I	
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA:	Não há.	
CORREQUISITO:	Não há.	
Prática como componente curricular:	Desenvolvida por meio das atividades em Prática Integrativa IX	
EMENTA:	Orientações gerais quantos aos aspectos metodológicos envolvidos em uma produção científica na área de História, bem como orientações afeitas às especificidades da pesquisa histórica. Elaboração do Plano de Trabalho de Conclusão do Curso.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	<p>BARROS, José D'Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.</p> <p>_____. Teoria da História. Vol. 1, Vol. 2, Vol. 3, Vol. 4 e Vol. 5. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>Normas do TCC do Curso de Licenciatura em História da UFRPE.</p> <p>PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Editora Contexto, 2005.</p> <p>REIS, José Carlos. História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.</p> <p>.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Diversas normas.</p> <p>BARROS, José d'Assunção. Campo da História. Petrópolis: Vozes, 2011</p> <p>BURKE, Peter (Org.). A Escrita da História: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.</p> <p>PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina. O historiador e suas fontes. Paulo: Editora Contexto, 2009.</p> <p>VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; Peixoto, Maria do Rosário da Cunha; Khoury, Yara Aun. A Pesquisa em História. São Paulo: Editora Ática, 2000.</p>	

COMPONENTE CURRICULAR: Prática Integrativa IX					
PERÍODO A SER OFERTADO:		NÚCLEO DE FORMAÇÃO: Básico			
TIPO: Obrigatório	CARGA HORÁRIA TOTAL: 30h				CRÉDITOS 2
	TEÓRICA 0h	PRÁTICA 30h	EAD- SEMIPRESENCIAL 0	PCC 30h	
PRÉ-REQUISITO:	Não há pré-requisito para este componente curricular.				
REQUISITO DE CARGA HORÁRIA:	Não há.				

CORREQUISITO: Não há.

EMENTA:

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Licenciatura em História da UFRPE busca materializar suas ações através de componente curricular obrigatório, intitulado Prática como Componente Curricular caracterizada, neste curso, nas Práticas Integrativas (PI). Cada uma dessas ações implica em cumprimento de carga horária específica. Esta disciplina abordará os temas de Direitos Humanos e Educação Ambiental.

As Práticas Integrativas são compostas por encontros sistemáticos entre discentes e docentes da turma, mediados pela tutoria de um(a) desses(as) docentes, para operacionalizar tarefas acadêmicas tendo como suporte um eixo norteador particular para cada turma.

O eixo norteador desta disciplina será: Historiografia e Conhecimento Histórico Escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PINSKY, Carla (org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DOMINGO, José Contreras. Experiencia, escritura y deliberación: explorando caminos de libertad en la formación didáctica del profesorado. In ALLIAUDE, Andrea y SUÁREZ, Daniel. *El saber de la experiencia: narrativa, investigación y formación docente*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires. CLACSO, 2011 FERRO, Marc. *Manipulação da História no Ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: IBRASA, 1983.

KARNAL, Leandro (org.). *História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *História e Cidadania: por que ensinar história hoje?* In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PERRENOUD, Philippe. *A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e razão pedagógicas*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Bahia: EDUFBA, 2003.

SILVA, Aracy. Lopes da (org.) *A Questão Indígena na sala de aula*. Subsídios para professores de 1o e 2o graus. SP: Brasiliense, 1987.

ZAMBONI, Ernesta. *Representações e linguagens no ensino de História*. Revista Brasileira de História. Vol. 18, no. 36, São Paulo, 1998.

Ementas dos Componentes Curriculares Optativos

As ementas dos componentes curriculares optativos estão apresentadas a seguir, conforme os eixos que compõem a base de formação do curso, que são: estudos linguísticos, estudos literários e ensino.

Ementas dos componentes curriculares componentes curriculares optativos do curso de história – Área de História

DISCIPLINA: Feminismo, Gênero e Subjetividades: diálogos (in) tensos na História
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h TEÓRICAS: 4 PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:
CO-REQUISITOS:
EMENTA
<p>Este curso pretende discutir os movimentos feministas, sua relação com as mudanças e movimentos sociais do século XX e a importância que tem na agenda atual das políticas públicas. Pretende-se também analisar o surgimento dos estudos de gênero e os debates teóricos tomando como referência a produção historiográfica brasileira e @s autor@s nacionais e estrangeir@s que introduziram a categoria de gênero nas pesquisas acadêmicas. Assim, o curso objetiva sensibilizar @s alun@s da Graduação para a discussão de uma sociedade mais justa para homens e mulheres, ao promover um maior aprofundamento teórico e metodológico sobre a constituição histórica dessa desigualdade, bem como incentivar a realização de novas pesquisas em Pernambuco.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ALBUQUERQUE JR., Durval M. Nordestino, uma invenção do falo: uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920-1940). Maceió: Ed. Catavento, 2003.</p> <p>CAROL, Anne. A virilidade diante da medicina. In: CORBIN, Jean-Jacques C e VIGARELLO, Georges. História da Virilidade. v 3. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.p. 35-81.</p> <p>KARAWEJCZYK, Mônica. As Filhas de Eva Querem Votar: os primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (1850–1932). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.</p> <p>NASCIMENTO, Alcileide C. e Luz, Noemia M.Q. de. As mulheres na cidade do Recife. Feminismo, cultura e transgressão (1870-1935). Recife: Edfrpe, 2015.</p> <p>PERROT, Michelle. As mulheres e/ou os silêncios da História. Bauru, SP: EUSC, 2005.</p> <p>RAGO, Margareth. Anarquismo e Feminismo no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.</p> <p>SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS CORPO, 1991.</p> <p>SILVA, Tauana Olívia Gomes e FERREIRA, Gleidiane de Sousa. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 25(3): 1017-1033, setembro-dezembro/2017.</p> <p>SWAIN, Tânia e STEVENS, Cristina. (Org.). Maternidade e Feminismo. Diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.</p>
<p>COMPLEMENTAR</p> <p>COSTA, Claudia de Lima e SCHMIDT, Simone Pereira. (Orgs.). Poéticas e políticas feministas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.</p> <p>CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP; Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.</p> <p>ENGEL, Magali. Meretrizes e Doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-</p>

1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.
 FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 3 vols.
 GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
 MARTIN, Emily. **A mulher no corpo**. Uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
 PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
 PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002
 SCOTT, Joan. **A Cidadã Paradoxal**. As feministas francesas e os direitos dos homens. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.
 SWAIN, Tânia e STEVENS, Cristina. (Org.). **Maternidade e Feminismo**. Diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

DISCIPLINA: Pré-História e Arqueologia Brasileira

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h **TEÓRICAS:** 4 **PRÁTICAS:**

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:

EMENTA

Apresentação introdutória do campo da Arqueologia, com atenção especial à Arqueologia Brasileira, caracterizando seus principais temas, problemas, objetivos e relações com a História. Discutir as temáticas mais atuais nos estudos de cultura material e patrimônio visando a formação de futuros quadros críticos sobre as relações entre História e Arqueologia e as possibilidades de produção de conhecimento histórico a partir dos estudos de cultura material.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FUNARI, Pedro Paulo. NOELLI, Francisco Silva. **A Pré-História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

GUIDON, Niéde. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando Amazônia). **História dos Índios no Brasil**. FAPESP/SMC/Companhia das Letras. São Paulo, 1992.

JORGE, Marcos; PROUS, André; RIBEIRO, Loredana. **Brasil Rupestre**. São Paulo: Ed. Zencrane Filmes, 2007

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. Recife: Ed. Universitária das UFPE, 2000.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Ed. Jorge Zahar, 2006.

NEVES, Walter Alves; PILO, Luís Beethoven. **O Povo de Luzia**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2008.

TENÓRIO, Maria Cristina (org). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.

RAMBELLI, Gilson. **Arqueologia até debaixo d'água**. São Paulo: Maranta, 2002

ROUSEVELT, Anna. Arqueologia amazônica. **História dos Índios do Brasil**.

FAPESP/SMC/companhia das Letras. São Paulo, 1992.

COMPLEMENTAR

ALVES Filho, Ivan. **História Pré-colonial do Brasil**. Rio de Janeiro: Europa Editora, 1993.

ETCHEVARNE, Carlos. **Escrito na Pedra: cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da**

Bahia. Rio de Janeiro: Versal. 2007.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia**. São Paulo, Editora Ática, 1988, Coleção Princípios.

_____. **Introdução à Arqueologia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

LIMA, Tânia Andrade. **Cerâmica Indígena Brasileira. Suma Etnológica Brasileira, Tecnologia Indígena**. Edited by B.G. Ribeiro. Petrópolis: Vozes/Finep, 1986, p. 173-229.

OTT, Carlos F. **Pré-história da Bahia. Salvador**. UFPBA. 1958.

PEREIRA, Edithe. **Arte Rupestre na Amazônia. São Paulo**: Ed. Unesp, 2004.

PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da Pré-História**. Parque Nacional Serra da Capivara. FUMDHAM/PETROBRÁS; São Paulo, SP: A&A Comunicação, 2003.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UnB, 1992.

_____. **O Brasil Antes dos Brasileiros: A Pré-história do nosso País**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

DISCIPLINA: Introdução à História Ambiental

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h **TEÓRICAS:** 4 **PRÁTICAS:**

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:

EMENTA

Aspectos introdutórios sobre estudos históricos ambientais. Reflexões acerca das relações humanas-natureza. Estudo das relações entre estudos ambientais e estudos históricos. Relações entre a História Ambiental e outras disciplinas. Origem e evolução da história ambiental. Campos de pesquisas, metodologias e fontes da História Ambiental. A análise da história das idéias, das percepções e dos valores sobre o mundo natural. Discussões acerca de estudos de caso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARTINEZ, Paulo Henrique. **Historia Ambiental no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2006.

MORAES, Antonio Carlos. R. de. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

COMPLEMENTAR

FREITAS, Inês Aguiar de. História Ambiental e Geografia. In: **Usos do Passado - XII Encontro Regional de História**, ANPUH-RJ. 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Ed. Contexto, 1998.

DURSCHMIED, Erik. **Como a Natureza mudou a História**. São Paulo: Ediouro. 2004. 352

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (1997): História das paisagens. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion et VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus.

WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental**. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 198-215. 1991.

DISCIPLINA: História das Mulheres no Brasil

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:		
CO-REQUISITOS:		
EMENTA		
<p>Esta disciplina propõe a análise da utilização das categorias de História das Mulheres e de gênero na historiografia, os corpos, seus prazeres e a repressão sobre eles, os processos de exclusão e de inclusão sociais das mulheres no Brasil, destacando o protagonismo de mulheres negras e indígenas, abordando o tema pelos campos da sexualidade, das afetividades, do trabalho, da produção cultural e da educacional, da religiosidade, da participação política e da violência de gênero.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>MENEZES, Jeannie da Silva. Sem embargo de ser fêmea: as mulheres e um estatuto jurídico em movimento no século XVIII. Jundiaí: Paço Editorial, 2003.</p> <p>PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bessanezi. Nova História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.</p> <p>RAGO, Margareth. Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.</p> <p>SMITH, Bonnie G. Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica. Bauru, SP: EDUSC, 2003.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>ALMEIDA, Suely Cordeiro de. O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português XVI – XVIII. Apresentação Maria Beatriz Nizza da Silva. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.</p> <p>DUBY, Georges; PERROT, Michelle. As mulheres e a História. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995</p> <p>PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005</p> <p>PERROT, Michele. Minha História das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>SAMARA, Eni de Mesquita. (Org.). Trabalho feminino e cidadania. São Paulo: Humanitas: CEDAL/FFLCH/USP, 2000.</p>		

DISCIPLINA: Tópico Especial: o Brasil Holandês		
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:		
CO-REQUISITOS:		

EMENTA

Estudo sobre as companhias de comércio criadas na República das Províncias Unidas dos Países Baixos no final do século XVI e início do século XVII, suas áreas de atuação e o impacto de suas ações nos impérios espanhol e português. Estabelecimento da dominação holandesa no Brasil (1630-1636). O governo de Nassau (1637-1644). Decadência e ruína do Brasil Holandês (1645-1654). Organização da Administração Colonial. A igreja no Brasil holandês. A população do Brasil Holandês. A economia do Brasil Holandês. Cultura & ciência no Brasil Holandês. Fontes e Literatura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLUSSÉ, Leonard; GAASTRA, Femme (Eds.). *Companies and Trade. Essays on Overseas Trading Companies during the Ancien Régime*. Leiden: Leiden University Press, 1981.

BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2004.

_____. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

_____. *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*. London: Hutchinson, 1977.

_____. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAASTRA, Femme S. *The Dutch East India Company. Expansion and Decline*. Zutphen: Walburg Pers, 2003.

HERKENHOFF, Paulo (Org.). *O Brasil e os Holandeses 1630-1654*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

MAURO, Frédéric (coord.). *O Império luso-brasileiro, 1620-1750*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

PÉREZ, José Manuel Santos; SOUZA, George F. Cabral de Souza (Eds.). *El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Aquilafuente: 2006.

WÄTJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Um capítulo da história colonial do século XVII. 3ª Edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOOGAART, E. van den; EMMER, P. C.. ‘Colonialism and migration: an overview’; *Indentured Labour Before and After Slavery*. Comparative Studies in Overseas History; 7. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

EBERT, Christopher. *Between empires: Brazilian sugar in the early Atlantic economy, 1550-1630*. Leiden: Brill, 2008.

EMMER, P.C.; KLOOSTER, Willem W.. ‘The Dutch Atlantic, 1650-1800: Expansion without Empire’. In *Itinerario*. European Journal of the Overseas History. Leiden: Vol. XXIII, nr.2, 1999.

GALINDO, Marcos. (Org.). *Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Massangana, 2005.

HEIJER, Henk den. ‘Diretores, Stadhouderes e Conselhos de Administração’. In Wiesebron, Marianne L. (Ed.). *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*. Volume 2. Leiden: CNWS, 2005.

HULSMAN, Lodewijk. ‘Índios do Brasil na República dos Países Baixos: As representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656’. In *Revista de História*. São Paulo: Universidade de São Paulo, número 154, 2006.

ISRAEL, Jonathan Irvine. *The Dutch Republic: Its rise, greatness and fall, 1477-1806*. Oxford: Clarendon Press-Oxford, 1995.

MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570 – 1670*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

_____. *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2010.

_____. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, Companhia das Letras, 2012.

_____. *O Negócio do Brasil*. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

_____. *João Fernandes Vieira*. Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000.

_____. *Gente da Nação*. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654. Recife: Massangana, 1996.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de Guerra: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Leiden: Tese de doutorado da Universidade de Leiden, 2011.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. “*Pelo Lucro da Companhia*”: Aspectos da Administração no Brasil Holandês, 1630-1639. Recife: Dissertação de mestrado da Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

_____. *O Desconforto da Governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado da Universidade Federal Fluminense, 2008.

POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (Eds.). *Riches from Atlantic Commerce*. Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817. Leiden/Boston: Brill, 2003.

PUNTONI, Pedro. *A mísera sorte*. A escravidão Africana no Brasil Holandês e as guerras do Tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648. São Paulo: HUCITEC, 1999.

PRAK, Maarten. *The Dutch Republic in the Seventeenth Century: The Golden Age*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

SCHALKWIJK, F.L. *Igreja e Estado no Brasil Holandês 1630-1654*. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, 1986.

SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza*. A cultura holandesa na época de ouro. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Filipa Isabel Ribeiro da. *The Dutch and the Portuguese in West Africa: Empire Building and Atlantic System (1580-1674)*. Leiden: Proefschrift Universiteit Leiden, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. *Traição*. Um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VIEIRA, Hugo Coelho; Galvão, Nara Neves Pires; Silva, Leonardo Dantas. (Org.). *Brasil Holandês*. História, Memória e Patrimônio Compartilhado. São Paulo: Alameda, 2012.

ZUMTHOR, Paul. *A Holanda no tempo de Rembrandt*. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1992.

WIESEBRON, Marianne L. ‘Confrontos durante a ocupação holandesa no Brasil’. In Silva, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

DISCIPLINA: História dos Índios no Brasil Colonial

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	TEÓRICAS: 4 PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:	
CO-REQUISITOS:	
EMENTA	
<p>Estudo sobre a história dos índios no Brasil durante o período colonial (séculos XVI a XIX). Impacto da colonização portuguesa, Tupis e Tapuias (categorias coloniais), a escravidão indígena, alianças, guerras indígenas e guerras coloniais, aldeamentos e projetos missionários.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ALMEIDA, Maria Regina C. de. <i>Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro</i>. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.</p> <p>_____. <i>Os índios na História do Brasil</i>. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.</p> <p>ALMEIDA, Rita Heloisa de. <i>O Diretório dos Índios: um projeto de civilização dos índios do século XVIII</i>. Brasília: UnB, 1997.</p> <p>AZEVEDO, Francisca L. N.; MONTEIRO, John. M. (Orgs.) <i>Confronto de Culturas: Conquista, Resistência, Transformação</i>. São Paulo: Edusp, 1997.</p> <p>CUNHA, M. C. da. (Org.). <i>História dos índios no Brasil</i>. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.</p> <p>MONTEIRO, John M. <i>Negros da terra</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.</p> <p>POMPA, Cristina. <i>Religião como tradução. Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial</i>. São Paulo: EDUSC, 2002.</p> <p>PUNTONI, Pedro. <i>A Guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720</i>. São Paulo: FAPESP, HUCITEC, EDUSP, 2002.</p> <p>SZTUTMAN, Renato. <i>O Profeta e o Principal. A ação política ameríndia e seus personagens</i>. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2012.</p> <p>ZERON, Carlos A. de M. R. <i>Linha de fé. A Companhia de Jesus e a Escravidão no Processo de Formação da Sociedade Colonial (Brasil, Séculos XVI e XVII)</i>. São Paulo: Edusp, 2011.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
<p>ALENCASTRO, Luiz Felipe de. <i>O Trato dos Viventes. A Formação do Brasil no Atlântico Sul</i>. São Paulo: Companhias das Letras, 2000.</p> <p>AZEVEDO, Anna Elizabeth Lago de. <i>O Diretório Pombalino em Pernambuco</i>. Recife: Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2004.</p> <p>CUNHA, Manuela Carneiro da. <i>Índios no Brasil. Histórias, direitos e cidadania</i>. São Paulo: Claro Enigma, 2012.</p> <p>DAHER, Andrea. <i>O Brasil Francês. As singularidades da França Equinocial (1612-1615)</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.</p> <p>GALINDO, Marcos. <i>O Governo das Almas. A expansão colonial no país dos Tapuia, 1651-1798</i>. Leiden: Tese de doutorado da Universidade de Leiden, 2004.</p> <p>LOPEZ, Adriana. <i>Franceses e Tupinambás na Terra do Brasil</i>. São Paulo: Senac, 2001.</p> <p>MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. <i>Villegagnon e a França Antártica</i>. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.</p> <p>MELLO, José Antônio Gonsalves de. <i>Tempo dos Flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil</i>. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). <i>A presença indígena no Nordeste</i>. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.</p> <p>SCHALKWIJK, F.L. <i>Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630 a 1654)</i>. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.</p> <p>SCHWARTZ, Stuart B. <i>Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial</i>. São Paulo:</p>	

Cia. das Letras, 1988.

SILVA, Geyza Kelly Alves da. *Índios e identidades: formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716)*. Recife: Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

DISCIPLINA: Imagem e História: uma abordagem teórica

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h **TEÓRICAS:** 4 **PRÁTICAS:**

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:

EMENTA

A disciplina pretende problematizar o uso das imagens, fotografia e cinema, na pesquisa histórica e na sala de aula, apresentando-a aos alunos como um texto que o historiador elabora através do tempo, como imagem documento/monumento, testemunho simultaneamente direto e indireto do passado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KUBRUSLY, Cláudio A. *O que é fotografia?* São Paulo: Brasiliense, 2006.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da Caixa Preta. Ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. São Paulo: Papirus, 2001.

SAMAIN, Etienne. *O fotográfico*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

FREUD, Sigmund. *O Moisés de Michelangelo*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

COLLIER Jr, John. *Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa*. São Paulo: EDUSP, 1973.

EISENSTEIN, Sergei. *O sentido do filme*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

COMPLEMENTAR

ROSA, João Guimarães. *O Espelho*. In: *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSSINI, Miriam de Souza. *O lugar do áudio-visual no fazer histórico*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História e Linguagens. Texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Ventos, 2006.

RODRIGUES, Joelza Esther. *História em documento: imagem e texto*. São Paulo: FTD, 2002.

CARVALHO, Vânia Carneiro de e LIMA, Solange Fonseca. *Fotografias como objeto de coleção e conhecimento*. In: *Anais do Museu Histórico Nacional: MinC/IPHAN, 2000*.

VASQUEZ, Pedro Karp. *Mudança de foco*. In: *Anais do Museu Histórico Nacional: MinC/IPHAN, 2000*.

DISCIPLINA: Tópico Especial: Metodologia da História no Tempo Presente

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL:	4h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:			
CO-REQUISITOS:			
EMENTA			
O tempo do historiador; As instituições de pesquisa histórica; As Fontes Históricas; As metodologias de análise, compreensão e interpretação das fontes; e, A escrita da história no tempo presente.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BARROS, José D'Assunção. O Projeto de Pesquisa em História . Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.			
_____. O Campo da História . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.			
_____. A Expansão da História . Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.			
BANN, Stephen - As invenções da História . (trad.) S. Paulo. Editora da Unesp, 1994.			
BARATIN, Marc e JACOB, Christian (dir.) - O poder das bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente . (trad.) Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2000.			
MONTENEGRO, Antônio Torres. História, Metodologia, Memória . São Paulo: Contexto, 2010.			
RÜSSEN, Jörn. “Metodologia – as regras da pesquisa histórica”. In: Reconstrução do Passado: teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica . Brasília, UnB, 2007.			
VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs.) Novos Domínios da História . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.			
_____. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia . Rio de Janeiro: Campus, 1997.			
COMPLEMENTAR			
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A Invenção do Nordeste e outras artes . Recife, Fundaj; São Paulo: Cortez, 1999.			
_____. História: a arte de inventar o passado . Bauru, SP: Edusc, 2004.			
COURTINE, Jean-Jacques. Metamorfoses do discurso político: derivas da vida pública . São Carlos, SP: Claraluz, 2006			
DE CERTEAU, Michel. “ <i>Operação Historiográfica</i> ”. In: A Escrita da história . (trad.) Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982			
_____. A invenção do cotidiano . Artes do fazer. Rio de Janeiro: vozes, 1994.			
ENCARNAÇÃO, José d'(Coord.). As Oficinas da História . Lisboa: Edições Colibri, 2002.			
FARIAS FILHO, Luciano Mendes de (org.) - Arquivos, fontes e novas tecnologias . Campinas, Autores Associados/Universidade S. Francisco, 2000			
FERREIRA, Marieta De Moraes; AMADO, Janaína (Org.) Usos e abusos da História Oral . Rio de Janeiro: FGV, 1976.			
KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos . Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC, 2006			
LIMA, Henrique Espada. A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.			
VEYNE, Paul. Como se escreve a história . (trad.) Lisboa, Edições 70, 1987.			

DISCIPLINA: Tópico Especial: História, Internet e EAD			
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST			
CARGA HORÁRIA TOTAL:	60h	NÚMERO DE CRÉDITOS:	4
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	4h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:

PRÉ-REQUISITOS:
CO-REQUISITOS:
EMENTA
O ensino de história no tempo presente e o uso das novas tecnologias; estudo e pesquisa dos recursos didáticos em ambientes virtuais de aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
FIGUEIREDO, Luciano. <i>História e Informática: o uso do computador</i> . In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia . Rio de Janeiro: Campus, 1997.
MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Escritos sobre História e Internet . Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2011.
MORAES, Reginaldo C. www: educação a distância e ensino superior, introdução didática a um tema polêmico . SENAC, 2010.
CASTILHO, Ricardo. Ensino a distância EAD: interatividade e método . São Paulo: Editora Atlas, 2011.
Carlos Augusto Lima. “ <i>A importância da novas tecnologias no ensino de História</i> ” In: Universa , Brasília, nº 1, p. 125-137, fevereiro de 1999, p.135.
ARIAS NETO, J. M. (org.) Dez anos de Pesquisa em Ensino de História . Londrina: Atritoart, 2005.
COMPLEMENTAR
SILVA, Marco et al. (orgs.) Educação Online: cenário, formação e questões didático metodológicas . Rio de janeiro: Wak Editora, 2010.
MATTA, Alfredo Eurico R. A Informática e os Recursos de Multimídia como Mediadores da Construção do Conhecimento em História por Alunos da Escola Fundamental e Média . Projeto de Doutorado em Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, maio de 1996.
LINHARES, Ronaldo Nunes; FERREIRA, Simone (orgs.) Educação a distância e as tecnologias da inteligência: novos percursos de formação e aprendizagem . Alagoas: Editora da UFAL, 2011.
BEZERRA, Ada Augusta C.; NASCIMENTO, Marilene Batista da Cruz (orgs.) Educação e formação de professores: questões contemporâneas . Fortaleza: Edições UFC, 2013.

DISCIPLINA: História e Narrativas coloniais
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h TEÓRICAS: 4 PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:
CO-REQUISITOS:
EMENTA
As narrativas produzidas em tempos coloniais. Percursos da historiografia colonial e o diálogo com a historiografia recente. Elementos comparativos entre as narrativas coloniais americanas. Representações do Antigo Regime nos trópicos na produção literária e doutrinária. Espaços de letramento e as categorias letradas nos Impérios ibéricos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALGRANTI, Leila Mezan & MEGIANI, Ana Paula Torres **O Império por Escrito**. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XIX. São Paulo, Editora Alameda, 2009

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo, Cia. das Letras, 2002.

CANIZARES- ESGUERRA, Jorge. **Como escrever a História do Novo Mundo**. SP, EDUSP, 2011.

COMPLEMENTAR:

ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de Devoção, Atos de Censura** - Ensaios de História do Livro e da Leitura na América Português - 1750-1821 - Editora HUCITEC

BOXER. Charles R. **O Império Colonial Português. 1415-1825**. SP, Cia das Letras, 2002.

FREITAS, Marcos Cezar de Freitas. **Historiografia brasileira em perspectiva**. Rio de Janeiro, Editora Contexto. 1998.

HANSEN, J. Adolfo. **A sátira e o engenho**. Rio de Janeiro, Editora Ateliê Editorial, 2004.

HESPANHA, A. Manuel. **Imbecillitas – As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime**. Rio de Janeiro, Editora Annablume, 2010.

O’GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo, UNESP, 1992.

DISCIPLINA: Teoria Geral da Arquivologia

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

NÚMERO DE CRÉDITOS: 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h

TEÓRICAS: 4 **PRÁTICAS:**

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:

EMENTA

Fundamentos históricos e conceituais da Arquivologia; Teoria arquivística: abordagem histórica da evolução da teoria; A interface entre arquivologia e história; Os arquivos, a pesquisa documental e a História; Os manuais estrangeiros de arquivo e as correntes teóricas; Os arquivos públicos e privados – características específicas, Interfaces da Arquivologia com as demais ciências da Informação; As correntes da arquivologia; Teoria e Avaliação na perspectiva da Escola Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Permanentes: tratamento documental. 2ª edição Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). Dicionário de Terminologia Arquivística. 1ª edição. São Paulo: AAB-SP, 1996. 142 p.

CHARTIER, Roger. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2ª edição. Brasília: EdUnB, 1998.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

COMPLEMENTAR

FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e ciência da informação. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

JARDIM, José Maria. Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil. Niterói: Eduff, 1995.

_____, Maria Odila (Orgs.). A formação do arquivista no Brasil. Niterói: Eduff, 1999. Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. Niterói: Eduff, 1998. LUBISCO, Nídia Maria Lienert; BRANDÃO, Lúcia Maria B. Informação & Informática. Salvador: EDUFBA, 2000. MONTE, Antônio Carlos; LOPES, Luis Felipe. A qualidade dos Suportes no Armazenamento de Informações. Florianópolis. VisualBooks, 2004. SANTOS, Vanderlei Batista dos Santos. Gestão de Documentos Eletrônicos: uma visão arquivística. 2. ed. Ver. E amp. Brasília, ABARQ, 2005.

DISCIPLINA: História, Mídia e Oralidade

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h **TEÓRICAS:** 4 **PRÁTICAS:**

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:

EMENTA

Estudar a relação da História, Mídia e Oralidade, com vistas a compreender o uso das ferramentas de comunicação e expressão e interagir de forma dinâmica, crítica e transformadora na sociedade, a partir do uso de ferramentas teórico-metodológica pertinentes à Nova História Cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Rosane de. Fotografia e Antropologia: olhares fora-dentro. São Paulo: Estação Liberdade, EDUC, 2002
ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
AUMONT, Jacques. O olho interminável, cinema e pintura. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
BATISTA, M. "Documento Especial – entre a reportagem e o documentário". Revista de Cinema. São Paulo, Unesp, no. 6, 2001.
BELLONI, M.L. Educação para a mídia: missão urgente da escola. Comunicação & Sociedade, São Paulo, v. 10, n. 17, 1991.

COMPLEMENTAR

BELLONI, M.L. O que é mídia-educação. Campinas: Autores Associados, 2001a.
CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**
FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) Entre-vistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
_____(org.), História oral e multidisciplinaridade. Rio de Janeiro, Diadorim/Finep, 1994
FREIRE, Gustavo Henrique; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Avaliação científica: a visão do pesquisador. Informação & Sociedade, v.12, n.2, 2002.
MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e memória: a cultura popular revisitada.** 3ª ed. São Paulo: contexto, 1994.

DISCIPLINA: Historiografia Brasileira

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:		
CO-REQUISITOS:		
EMENTA		
Estudo e compreensão das condições de produção e escrita da história da historiografia brasileira, desde Francisco Adolfo de Varnhagen aos historiadores do século XX.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FREITAS, Marcos César de. Historiografia brasileira em perspectiva . São Paulo: Ed. Contexto/ Universidade São Francisco, 1998.		
FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal . Rio de Janeiro: Record, 1990.		
FURTADO, C. Formação econômica do Brasil . São Paulo: Nacional, 1979.		
HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História geral da civilização brasileira . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 5 tomos.		
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1995.		
COMPLEMENTAR		
REIS, José Carlos. As identidades do Brasil . De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2001.		
RODRIGUES, José Honório. História da História do Brasil .		
SAMARA, Eni de Mesquita. Historiografia brasileira em debate . Olhares, recortes e tendências. São Paulo: Humanitas/USP, 2002.		
SANTIAGO, Silviano (org.). Intérpretes do Brasil . Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 2000.		
MORAES, José Geraldo Vinci & REGO, José Marcio. Conversas com historiadores brasileiros . Rio de Janeiro: Ed. 34, 2002.		

DISCIPLINA: História cultural das doenças: as representações literárias		
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:		
CO-REQUISITOS:		
EMENTA		
As grandes pragas do mundo antigo e medieval. Quem tem medo da Peste Negra? A tropicalização das doenças: as viagens (nem tão) pitorescas ao Brasil. A Tuberculose e os tuberculosos: a Peste Branca ou uma doença democrática. A Revolução Industrial nos tempos do cólera. Doenças dos degenerados: pau que nasce torto, morre torto		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ANDRADE, Gilberto Osório de. A Cólera-Morbo. Um momento crítico da história da Medicina em Pernambuco . Recife: FUNDAJ, 1986.		
ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA (1842-1844). Recife: Secretaria de Educação e Cultura. 1977.		
ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho. A formação do espaço público no Recife do século		

XIX. São Paulo: Humanitas; FFLCH, 2004.

AUERBACH, Eric. **Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental.** São Paulo: Perspectiva, 2009.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História social da Tuberculose e dos Tuberculosos: 1900-1950.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

BEZERRA, Rozélia. **A Higiene Escolar em Pernambuco: espaços de construção e os discursos elaborados.** 2010. 287f. Tese (Doutorado em História e Historiografia da Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

COMPLEMENTAR

BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental.** Porto Alegre: Globo, 1970.

BITTENCOURT, Circe. Literatura como documento interdisciplinar. In: **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2008, p.338-342.

CAIRUS, Henrique F.; RIBEIRO JR, Wilson. **Textos Hipocráticos. O Doente, o médico e a doença.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

CERTAU, Michel de. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril. **Cortiços e epidemias na Corte Imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 2002.

DELAUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente. 1300-1800.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. **História Moderna através de textos.** São Paulo: Contexto, 2013.

DISCIPLINA: Tópico Especial: História do Currículo e das disciplinas escolares – a construção do saber escolar

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 30h **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 2

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2h **TEÓRICAS:** 2 **PRÁTICAS:**

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:

EMENTA

Análise dos principais problemas da história do currículo. A disciplina centralizará o trabalho em dois aspectos considerados importantes: compreender a construção do conceito de currículo na época de transição do ensino das humanidades para os currículos científicos ou das **humanidades modernas e o processo de constituição das disciplinas escolares nesse movimento.**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa.** Petrópolis, Rio de Janeiro, 2011.

BITTENCOURT, Circe F. “Disciplinas escolares: história e pesquisa”. In: Oliveira, Marcus A. T. e Ranzi, Serlei M.F. (Orgs.) **História das disciplinas escolares no Brasil:** contribuições para o debate, Bragança Paulista: EDUSF, (2003) 9-38.

KHUN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** 10ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer (Orgs). **História das disciplinas escolares no Brasil:** contribuições para o debate. Bragança Paulista: CDAPH, 2003, p.9-38.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo.

Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

COMPLEMENTAR

SILVA, Tomaz Tadeu da (b). O currículo como prática de significação. In: **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.7-29.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe. Literatura como documento interdisciplinar. In: **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2008, p.338-342.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Edições 70, 2000.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993**. Dissertação (Mestrado. Educação: História, Política e Sociologia. PUC – São Paulo, 2006.

DISCIPLINA: Laboratório de Humanidades – encontros e debates para a “formação” do professor de História

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 30h **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 2

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2h **TEÓRICAS:** 2 **PRÁTICAS:**

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:

EMENTA

A Abertura Da Universidade Para a Formação Da Pessoa: Além Das Habilidades E Competências. As Humanidades, A Formação Ética e a Humanização. Laboratório De Humanidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. Companhia das letras, 2007.

CAÑAS-QUIRÓS, Roberto. **Ética general y ética profesional. (texto disponível em pdf)**

CHAUÍ, Marilena. **AS HUMANIDADES CONTRA O HUMANISMO. (texto disponível em pdf)**

DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**. Lisboa, Estampa, 1984, Vol. II

ÉTICA. Organização Adauto Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARIN, Eugenio. **Idade Média e Renascimento**. Lisboa, Editorial Estampa, 1989.

COMPLEMENTAR

GALLIAN, Dante; PONDÉ, Luis; RUIZ, Rafael. Humanização, Humanismos e Humanidade: problematizando conceitos e práticas no contexto da saúde no Brasil. **Revista Internacional de Humanidade Médicas**, n1.Vol. 1, 2012.

GOETHE, J.W. **Os anos de aprendizado d Wilhelm Meister**. São Paulo: Editora 34 (Apresentação e Pós-fácio).

LÓPEZ QUINTÁS, Alfonso. **Cómo formarse en Ética a través de la literatura. Análisis estético de obras literárias**. Madrid: Rialp, 1994.

MARAÑÓN, Gregorio. **Vocación y Ética**. Madrid, 1946.

ORTEGA Y GASSET, J. **A Missão da Universidade**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

_____. **A Desumanização da Arte**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DISCIPLINA: História do Cotidiano e Vida Privada na Colônia
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h TEÓRICAS: 4 PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:
CO-REQUISITOS:
EMENTA
<p>Estudo das experiências de vida que vão além das instituições e das normatizações sociais. As práticas cotidianas, o inventário das formas de vida como locus do conflito, da multiplicidade e da inventividade. A família e a mulher; As letras e a educação. O processo de formação histórica dos espaços de sociabilidade privado separado do público e suas formas de interseção. As ações e a indeterminação dos diferentes agentes sociais, mesmo os excluídos pelo poder e marginalizados pelos mecanismos de dominação.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRANDÃO, Sylvana.(org). História das Religiões no Brasil. Recife: Ed.UFPE, 3 v., 2001. FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1999. KRAMER, Heinrich & SPRENGER, James. Malleus Maleficarum: O Martelo das Feiticeiras. Rio de Janeiro: Record, 2000. MARCÍLIO, Maria Luiza. Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil. São Paulo: Edições Loyola,1993. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Donas e Plebéias na Sociedade Colonial. Lisboa: Editorial Estampa, 2002.</p> <p>COMPLEMENTAR TINHORÃO, J. R. As Festas no Brasil Colonial. São Paulo. Ed. 34. 2000. VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. In: Del Priore, Mary. Historia das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. _____. Trópicos de pecado: moral sexualidade e Inquisição no Brasil colonial. Rio de janeiro: Campus, 1989. _____. História da sexualidade no Brasil.Rio de janeiro: Graal, 1986. VENÂNCIO, Renato Pinto. Famílias Abandonadas: assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX. Campinas: São Paulo: Papyrus, 1999.</p>

DISCIPLINA: Paleografia e Diplomática
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h TEÓRICAS: 4 PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:
CO-REQUISITOS:
EMENTA

Conhecer a origem da Paleografia e Diplomática. Identificar os vários tipos de escrita e diplomas no período da Época Moderna, a partir da leitura e transcrição de documentos, e em específico, os produzidos por órgãos administrativos do Império Português. Esclarecer as ferramentas e técnicas essenciais para ao aparato heurístico da História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1994.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. São Paulo: Unesp, 2010.

LIMA, Yedda Dias. **Leitura e transcrição de documentos dos séculos XVI ao XIX**. São Paulo: ARQ-SP/ Arquivo do Estado, 2000.

MENDES, Ubirajar Dolácio. **Noções de Paleografia**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e Diplomática**. Santa Maria: Editora da UFSM, 1995.

COMPLEMENTAR

CAPPELLI, Adriano. **Dizionario di Abbreviature Latine ed Italiane**. 6ª ed., Milano, Editore Ulrico Hoepli Milano, 2005 [1ª edição 1912].

COELHO, Maria Helena da Cruz, “A Diplomática em Portugal – Balanço e Estado actual” in **Separata de Revista Portuguesa de História**. Tomo XXVI, Coimbra, 1991.

COSTA, Avelino de Jesus da. **Álbum de paleografia e diplomática**. 5ª edição, Coimbra, 1990.

_____. **Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos**. 3ª ed., Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993.

OPTATIVA

DISCIPLINA: História, Memória e Patrimônio

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h **TEÓRICAS:** 4 **PRÁTICAS:**

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:

EMENTA

A disciplina aborda os conceitos que norteiam a ideia de História, Memória e Patrimônio. As diferentes concepções do termo patrimônio e seus significados. O Patrimônio histórico visto como prática social e cultural oriundo de múltiplos agentes, constitutivo de diferentes memórias e lugares sociais. Os lugares da memória e a preservação do patrimônio. A institucionalização do patrimônio e os estados nacionais. O patrimônio e a narrativa do passado histórico. Reflexões conceituais sobre patrimônio histórico-cultural. As legislações relativas ao patrimônio; o papel da UNESCO e do IPHAN na gestão e preservação do patrimônio brasileiro; O papel da Educação Patrimonial na formação da cidadania história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de, FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO/Educarte, 2008.

COMPLEMENTAR

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1987.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, n. 23, 1994.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FENELON, D. R.; MACIEL, L. A.; ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. (orgs.) **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais de História de Pernambuco
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h TEÓRICAS: 4 PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:
CO-REQUISITOS:
EMENTA
Crise açucareira no século XIX. Modernização da agroindústria canavieira em Pernambuco. Abolicionismo e republicanismo. Regionalismo. Crise do liberalismo clássico e intervenção estatal na Era Vargas. Estrutura agrária e lutas de classe. Neoliberalismo e privatização na República. A política e as lutas dos trabalhadores.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
AQUINO, Rubim Santos Leão de; MENDES, Francisco Roberval; BOUCINHAS, André Dutra. Pernambuco em chamas : revoltas e revoluções em Pernambuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2009.
ANDRADE, Manoel Correia de. História das usinas de açúcar de Pernambuco . Recife: Massangana/FUNDAJ, 1989.
ANJOS, João Alfredo dos. A Revolução Pernambucana de 1911 : movimento popular liderado pelo general Dantas Barreto contra a oligarquia do conselheiro Rosa e Silva. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2009.
AZEVEDO, Fernando Antônio. As Ligas Camponesas . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
CAMPOS, Zóia Vilar. Doce Amargo: produtores de açúcar no processo de mudança. Pernambuco (1874-1941) . São Paulo: Annablume, 2001.
COMPLEMENTAR
ANDRADE, Manoel Correia de. Abolição e Reforma Agrária . São Paulo: Ática, 1987.

_____. **1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?** São Paulo: Contecto, 1989.
 CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson, Costa. **História da Escravidão em Pernambuco.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.
 CAMPOS, Zóia Vilar. **Doce Amargo: produtores de açúcar no processo de mudança.** Pernambuco (1874-1941). São Paulo: Annablume, 2001.
 COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia.** 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DISCIPLINA: História da África Contemporânea

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h **TEÓRICAS:** 4 **PRÁTICAS:**

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:

EMENTA

O impacto da abolição do tráfico internacional de escravos nas sociedades africanas e a transição para o colonialismo. A partilha da África em fins do século XIX. Os movimentos de resistência. A Conferência de Bandung (1955) e a ideologia terceiro-mundista. As ideologias anticoloniais e nacionalistas: pan-africanismo e negritude. O processo de descolonização africana, a Guerra Fria e o Socialismo. Os desafios do processo de construção dos Estados Nacionais e dos projetos de modernidade. Os principais fatores da crise africana contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África negra.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
 DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.
 FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador, BA: EDUFBA, 2008.
 HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facões: relatos do genocídio em Ruanda.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
 KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra – II.** 3. ed. rev. e ampl. Portugal: Publicações Europa-América, 2002.

COMPLEMENTAR

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África? entrevista com René Holenstein.** Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
 MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
 SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **África parceria do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
 VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial.** Curitiba: Juruá, 2010.
 WESSELING, Henk L. **Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora Revan, 1998.

DISCIPLINA: História da Polícia no Brasil Império

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h		NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:	
PRÉ-REQUISITOS:			
CO-REQUISITOS:			
EMENTA			
<p>A polícia como objeto de estudo. A polícia no contexto do Antigo Regime europeu. A “polícia” na América portuguesa em fins do período colonial. A construção do Estado imperial brasileiro e a formação dos aparatos policiais em moldes burocráticos. As múltiplas funções da polícia e sua paulatina transformação em agência estatal especializada no controle do crime. O difícil convívio entre a população citadina e os aparatos policiais criados no Império</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BRETAS, Marcos Luiz. A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: arquivo Nacional, 1997.</p> <p>CASTRO, Jeanne Berrance de. A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.</p> <p>COTTA, Francis Albert. Matrizes do sistema policial brasileiro. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.</p> <p>DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Globo, 2005.</p> <p>HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.</p>			
COMPLEMENTAR			
<p>MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema: a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.</p> <p>MONET, Jean-Claude. Polícias e sociedades na Europa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.</p> <p>REINER, Robert. A política da polícia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.</p> <p>ROSEMBERG, André. De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2010.</p> <p>URICOECHEA, Fernando. O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro: Difel, 1978.</p>			

DISCIPLINA: História, Instituições e Direito			
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h		NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:	
PRÉ-REQUISITOS:			
CO-REQUISITOS:			
EMENTA			
<p>O objetivo deste curso é apresentar as confluências entre História, Instituições e Direito, no que se refere à construção do conhecimento nestes campos, as relações historiográficas entre estudiosos da História, das Instituições e do Direito e, principalmente, fomentar possibilidades de pesquisas futuras. Desde os anos 1980, fontes de natureza jurídica como inventários, testamentos, processos</p>			

criminais e cíveis passaram a fazer parte do cotidiano de historiadores sociais, que as utilizavam como uma forma de adentrar no universo das relações cotidianas entre distintos atores sociais. Recentemente, o estudo das Instituições e do Direito voltou a ser focado como objeto de estudo, principalmente em estudos sobre os séculos XVI-XIX na Europa e nas Américas. Estes textos fazem parte de uma linha de pesquisa conceituada como história social das instituições e do direito, que tem seus fundamentos teóricos nas obras de E.P. Thompson, Pierre Bourdieu e Antonio Manuel Hespanha, e tem como premissa básica a elaboração de uma história institucional e do direito a partir de seus atores principais e suas relações sociais, como juristas, juízes e aqueles agentes que, por diversas razões, se envolveram com a justiça.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840)**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

HESPANHA, Antonio Manuel. **Justiça e litigiosidade: história e prospectiva**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993

SOUZA, Laura de Mello. **O Sol e a Sombra. Política e Administração na América Portuguesa do século XVIII**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006;

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997;

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: UnB, 1999. 2 v.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007;

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam?** São Paulo: EDUSP, 2007;

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 22ª Ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006;

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008;

HESPANHA, António Manuel. “As cores e a instituição da ordem no mundo do Antigo Regime”. In: FURTADO, Júnia Ferreira. **Sons, Formas, Cores e Movimentos na Modernidade Atlântica: Europa, Américas e África**. São Paulo: Anablume, 2008, pp. 345-360;

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007;

MARQUESE, Rafael Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

DISCIPLINA: Governo, Poder e Comércio na América Portuguesa

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 30h **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 2

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2h **TEÓRICAS:** 2 **PRÁTICAS:**

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:**EMENTA**

O curso se propõe a discutir os argumentos da historiografia brasileira, no que dizem respeito às tópicas da política, do governo, comércio e a administração das colônias portuguesas entre os séculos XVII e XVIII. Privilegia uma perspectiva teórica fundada na matriz interpretativa da dinâmica política do Antigo Regime ibérico, as tramas e redes – governativas, clientelares, familiares – fundadoras do império, a pluralidade de jurisdições, nem sempre bem delimitadas e não raro conflituosas, assim como os principais campos de atuação de governantes e agentes. Dando-se destaque para as instituições coloniais e seu funcionamento na América Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003;

ELLIOT, John. **Imperio del Mundo Atlántico. España y Gran Bretaña em America (1492-1830)**. Madrid: Taurus, 2006.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder. O mundo dos engenhos no nordeste colonial**. Bauru: São Paulo, Edusc, 2003.

FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado. Quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Globo, 2010.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840)**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 8ª ed. São Paulo, Hucitec, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007;

BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de Governar. Ideias e Práticas políticas no Império português (séculos XVI a XIX)**. São Paulo: Alameda, 2005;

BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002;

DUVERGER, Maurice. “O conceito de Império”. Tradução Judith Mota. In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério & SILVA, Luiz Geraldo (orgs.). **Facetas do Império na História. Conceitos e Métodos**. São Paulo: Hucitec, 2008, pp. 19-38;

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 22ª Ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006;

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008;

HESPANHA, António Manuel. “As cores e a instituição da ordem no mundo do Antigo Regime”. In: FURTADO, Júnia Ferreira. **Sons, Formas, Cores e Movimentos na Modernidade Atlântica: Europa, Américas e África**. São Paulo: Anablume, 2008, pp. 345-360;

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007;

MARQUESE, Rafael Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco (1666-1715)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995;

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630- 1654**. 3ª ed.

definitiva. São Paulo: Ed. 34, 2007;

MELO, Isabele de Matos Pereira de. **Magistrados a serviço do rei: a administração da justiça e os ouvidores gerais na comarca do Rio de Janeiro (1710-1790)**. Tese de Doutorado pelo programa de pós-graduação em História, Niterói, UFF, 2013;

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de Guerra. Origem, cotidiano, e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)**. Recife: Editora UFPE, 2014;

MONTEIRO, Nuno Gonçalo & CUNHA, Mafalda Soares da. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da. **Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime**. Lisboa: ICS, 2005, pp. 191-252;

PUNTONI, Pedro. “O governo-geral e o Estado do Brasil: poderes intermédios e administração (1549-1720)”. In: SCHWARTZ, Stuart & MYRUP, Erik Lars (orgs.). **O Brasil no Império Marítimo Português**. Bauru, SP: Edusc, 2009, pp. 39-73;

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial. Brasil c.1530-c.1630**. São Paulo: Alameda, 2009;

RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Governantes e agentes”. In: Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (Dir.). **História da Expansão Portuguesa: o Brasil na balança do império (1697-1808)**. Lisboa: Temas & Debates, 1998, vol. 03, pp. 169-192;

SANTOS, Catarina Madeira dos. “Goa é a chave de toda a Índia”. **Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)**. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1999;

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Tradução de Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001;

SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

DISCIPLINA: Arquivo, Arte e Fotografia no Brasil

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 30h **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 2

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2h **TEÓRICAS:** 2 **PRÁTICAS:**

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:

EMENTA

Estudar arquivos visuais, artísticos e fotográficos (registros e experiências criativas), que fazem parte da história local e do Brasil. Procurando compreender o arquivo e suas dinâmicas no tempo histórico, como documento/monumento, como memória vernacular e consciente, como ação dos homens e seus coletivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e ROVAI, Marta Gouveia (orgs.) Introdução à história pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

AVELAR, Alexandre de Sá e SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida. Reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história. RJ : FGV, 2004.

HEYMANN, L. Q. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller. Estudos históricos, Rio de Janeiro, n. 19, p. 41-66, 1997.

LISSOVSKY, Maurício. 4+1 dimensões do arquivo. Disponível on line :

www.pos.eco.ufrj.br/site/download.php?arquivo=upload/mlissovsky_4.pdf Acesso em 11 ago. 2013.

MANINI, Miriam. Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. SP: Biblio/ECA/USP, 2002.

MAUAD, Ana e LOPES, Marcos Felipe B. Cap. 14. História e fotografia. In: Novos domínios da História. São Paulo: Elsevier Ed., 2012.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público.
Disponível on line:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view%20File/2067/1206> Acesso em 11 ago. 2013.

NOVAES, Sylvia Caiuby; BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro da; FERRARI, Florência;

SZTUTMAN, Renato e HIKIJI, Rose Satiko. Escrituras da imagem. São Paulo: EDUSP, 2004.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental. Porto Alegre : Sulina, 2006.

SMITH, Richard Cândida. Circuitos de subjetividade. História oral, o acervo e as artes. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

SILVA, Fabiana Bruce. Sobre as perguntas que podemos fazer aos arquivos visuais. Disponível on line : <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3231> Acesso em 20 março 2018.

TRAVANCAS, Isabel ; ROUCHOU, Joëlle e HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais. Reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro : FGV, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. Revista Estudos Históricos, Brasil, 11, jul. 1998.
Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200> >.
Acesso em: 11 ago. 2013.

APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EDUFF, 2008.

BARTHES, Roland. Mitologias. São Paulo : Difel, 2003.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In : Obras completas, vol. 1. São Paulo : Brasiliense, 1987. Coletânea de legislação arquivística brasileira. Disponível on Line<http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/coletanea/maio_2016/jan_2017/CONARQ_leg_arquivos_janeiro_2017_pdf.pdf > Acesso em 11 ago. 2013.

CRARY, Jonathan. Técnicas do observador. Visão e modernidade no século XX. Rio de Janeiro : Contraponto, 2012.

DE CERTEAU, Michel. “A operação historiográfica” In: A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DERRIDA, Jacques. Mal de arquivo. São Paulo : Relume-Dumará, 2001.

DIDI-Huberman, Georges. Cascas. São Paulo : Editora 34, 2017.

FARGE, Arlete. O sabor do arquivo. São Paulo : EDUSP, 2009.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro : Forense Univ., 1987.

HÉBRARD, Jean. As bibliotecas escolares. Entre leitura pública e leitura escolar na França do segundo Império e da III República. Campina-SP : Mercado de Letras, 2009.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

ROUDINESCO, Elisabeth. A análise e o arquivo. Rio de Janeiro, 2006.

SEPIADES. Recomendações para catalogação de coleções fotográficas. Disponível on line: <<https://www.ica.org/en/sepiades-recommendations-cataloguing-photographic-collections> > Acesso em 11 ago. 2013.

DISCIPLINA: Nascimento e afirmação da Ciência Moderna, sécs. XVII e XVIII			
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h		NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	4h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:			
CO-REQUISITOS:			
EMENTA			
<p>A Revolução científica ou o Nascimento da Ciência Moderna: Debates e controvérsias historiográficas; a noção de Paradigmas ou modelos científicos e a nova compreensão da ciência pelos historiadores; Anti-Aristotelismo e ciência moderna; Divisão social do conhecimento, as ciências particulares e a filosofia natural; Francis Bacon e o labirinto do mundo; Experimentalismo e Ciência Moderna; Galileu Galilei e a <i>Nuova Scienza</i>; A matematização do mundo natural; René Descartes e o método científico; Ciência Moderna: método ou teoria?; O processo de dignificação das artes mecânicas ou manuais no confronto com a hegemonia das artes liberais ou da mente na cultura da época moderna; Os jesuítas e a ciência na Europa e no Novo Mundo; A entrada e a produção da ciência moderna em Portugal, séculos XVI, XVII e XVIII; Sir Isaac Newton e a síntese na Nova ciência; Ciência moderna e ethos científico; Ciência Moderna entendida como Movimento Cultural; Impacto da <i>Nuova Scienza</i> na teoria do Estado na Época Moderna: o modelo jusnaturalista hobbesiano.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
FEYERABEND, Paul. <i>Contra o método</i> . São Paulo: Unesp, 2011;			
HENRY, John. <i>A Revolução científica e as origens da Ciência Moderna</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998;			
ROSSI, Paolo. <i>A ciência e a filosofia dos Modernos</i> . São Paulo: Unesp, 1992.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CAROLINO, Luís Miguel. <i>Ciência, Astrologia e Sociedade – A teoria da influência celeste em Portugal (1593-1755)</i> . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003;			
KOYRÉ, Alexandre. <i>Do mundo Fechado ao universo infinito</i> . Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1979;			
_____. <i>Estudos de história do pensamento filosófico</i> . Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1991;			
KUHN, Thomas S. <i>A estrutura das Revoluções científicas</i> . São Paulo: Editora Perspectiva, 1978;			
O'MALLEY, John et alii (eds.). <i>The Jesuits: Cultures, sciences, and the Arts, 1540-1773</i> . Toronto: University of Toronto Press, 2015;			
REDONDI, Pietro. <i>Galileu Herético</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1991;			
ROSSI, Paolo. <i>Os filósofos e as máquinas, 1400-1700</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1989.			

DISCIPLINA: História da Reforma Católica (Séculos XVI-XVII)			
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h		NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	2h	TEÓRICAS: 2	PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:			

CO-REQUISITOS:
EMENTA
Crises religiosas no seio do mundo católico europeu antes da Reforma protestante. A Reforma Savonaroliana. A proposta de reforma dos irmãos Camaldulenses Pietro Quirino e Paolo Giustiniani em 1513. A emergência de novas formas de vida religiosa pela emergência de novas ordens regulares. O nascimento da Companhia de Jesus em 1540 e sua atuação na Europa e no mundo. Debates, controvérsias, deliberações e consequências do Concílio de Trento. Historiografia do Concílio de Trento. Poder temporal e espiritual do Papa e o nascimento dos estados eclesiásticos. O poder secular do clero católico. A Igreja e a difusão da cultura e do ethos tridentino entre as massas subalternas da Europa e do mundo. Igreja, fé e expansão do credo católico no mundo. Igreja tridentina e os movimentos culturais da época moderna: A Igreja e o humanismo; A Igreja e a Ciência Moderna; A Igreja e o Iluminismo.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MULLET, Michael A. <i>A Contra-Reforma e a Reforma Católica nos princípios da Idade Moderna Europeia</i> . Gradiva, 1985; PROSPERI, Adriano. <i>Tribunais da Consciência – Inquisidores, confessores e missionários</i> . São Paulo: Edusp, 2013; REDONDI, Pietro. <i>Galileu Herético</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1991
COMPLEMENTAR:
ALDEN, Daril. <i>The making of an Enterprise: The society of Jesus in Portugal, its Empire and Beyond, 1540-1750</i> . Stanford: Stanford University Press, 1996; BOSSY, John. “The Counter-Reformation and the People of Catholic Europe”. In: <i>Revista Past & Present</i> . N. 47, Maio, 1970, pp. 51-70; CRETINEAU-JOLY, J. <i>Historia religiosa, política y literaria de la Compañia de Jesus</i> . Tomo I. Barcelona: Libreria Religiosa, 1853; DAVIDSON, N. S. <i>A Contra-Reforma</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1991; JEDIN, Hubert. <i>Concípios ecumênicos</i> . Barcelona: Herder, 1961; PRODI, Paolo. <i>Riforma Cattolica e Controriforma</i> . In: “Nuove questioni di storia moderna”. Milão: Marzorati, 1964; PROSPERI, Adriano. <i>El Concilio di Trento: Una introducción histórica</i> . Espanha: Junta de Castilla y León, 2008.

DISCIPLINA: História dos Impérios Ocidentais Modernos e suas Conexões Globais
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h TEÓRICAS: 4 PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:
CO-REQUISITOS:
EMENTA
Os processos de formação dos impérios ultramarinos surgidos no período Moderno. A historiografia da formação dos impérios: português, espanhol, holandês, inglês e francês. Suas formas de proceder a ocupação dos territórios de além-mar e os mecanismos de conexão entre as conquistas e seus respectivos centros. Aspectos das relações sociais, econômicas, administrativas e institucionais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOXER, Charles R. O Império Colonial Português. 1415-1825. SP, Cia das Letras, 2002.
 BLACKBURN, Robin. A Construção do Escravismo no Novo Mundo. Do Barroco ao Moderno, 1492-1800. Rio de Janeiro: Record, 2003.
 BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. O tempo do mundo. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
 VAINFAS, Ronaldo & MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna. São Paulo, Alameda, 2009
 WALLERSTEIN, I. O sistema mundial Moderno: o mercantilismo e a consolidação da economia – mundo europeia, 1600-1750. Porto: Aforamento, v.2, 1974.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALGRANTI, Leila Mezan & MEGIANI, Ana Paula Torres O Império por Escrito. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XIX. São Paulo, Editora Alameda, 2009
 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
 ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.
 BOXER, Charles Ralph. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
 CANIZARES- ESGUERRA, Jorge. Como escrever a História do Novo Mundo. SP, EDUSP, 2011.
 FRANÇA, Jean M. Carvalho & HUE, Sheila. Piratas no Brasil: as incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral. Rio de Janeiro: Globo, 2014.
 RAMINELLI, Ronald. Viagens Ultramarinas: monarcas, vassallos e governo à distância. São Paulo, Alameda. 2008
 SUBRAHMANYAN, Sanjay. O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma história política e econômica. Lisboa: Difel, 1995.

DISCIPLINA: História Econômica Geral			
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h		NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	4h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:			
CO-REQUISITOS:			
EMENTA			
Economias não mercantis ou pré-capitalistas. As origens do capitalismo. A transição do Feudalismo para o capitalismo: da manufatura à grande indústria. A Revolução Industrial e seus desdobramentos. O Modo de Produção Capitalista. O imperialismo. A Economia capitalista no Entre-Guerras. A economia socialista. Da Depressão de 1929 à 2ª Guerra Mundial. A economia no pós-guerra: as transformações do capitalismo. A crise dos anos 1970 e a retomada do Liberalismo. A ascensão de países periféricos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX . São Paulo: UNESP; Contraponto, 1996. FRIEDEN, Jeffry A. Capitalismo global: história econômica e política do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 2008.			

HOBSBAWM, E. J. **A Era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BLACKBURN, Robin. *A Construção do Escravismo no Novo Mundo, 1492-1800*. (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHESNAI, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CIPOLLA, Carlo. *Historia Económica de Europa Pré-Industrial*. Lisboa: Estampa, 1987.

FIORI, José Luís. (Org.). *Estados e moeda: no desenvolvimento das nações*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

HOBSBAWM, E. J. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Trad. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Ementas dos componentes curriculares optativos do Departamento de Educação

DISCIPLINA: Educação e Museus			
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DED			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h		NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:	
PRÉ-REQUISITOS:			
CO-REQUISITOS:			
EMENTA			
Estudo do conceito, da história do museu e da tipologia dos museus. Identificação dos aspectos educativos do museu, da linguagem museológica e da cultura material. Caracterização de diferentes estratégias didáticas para exploração do espaço do museu. Planejamento de ensino utilizando o espaço do museu para o ensino escolar e/ou ensino informal.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopedia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984-2001. v. 5, p. 296- 332.			
BARRIO, Ángel Espina (et. Al.) Inovação cultural, patrimônio e educação. Recife, PE: Massangana, 2010.			
BITTENCOURT, Circe Maria F (org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.			
BITTENCOURT, Circe Maria F. Ensino de História: fundamentos e métodos. (Coleção docência em formação. Série ensino fundamental). São Paulo: Cortez, 2004.			
BRANDÃO, Carlos rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1981.			
COMPLEMENTAR			
FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. Campinas: Papyrus, 2003.			
FONSECA, Thais Nívia de Lima. História & Ensino de História. Autêntica: Belo Horizonte, 2004.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.			
FUNARI, Pedro; PELEGRINI, Sandra. C. A. Patrimônio histórico e cultural.			
HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.			
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. (9ª ed.) Rio de Janeiro: DP&A, 2004.			
HARTOG, François. Regimes de historicidade. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2013.			

DISCIPLINA: Educação em Direitos Humanos e Cidadania no Brasil			
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DED			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h		NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:	
PRÉ-REQUISITOS:			
CO-REQUISITOS:			
EMENTA			
<p>A disciplina pretende discutir os fundamentos teóricos e metodológicos da Educação em Direitos Humanos, propondo uma reflexão histórica acerca da “invenção” dos direitos humanos no Ocidente. Ao propor a análise sobre o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, buscar-se-á debater as políticas públicas da educação no Brasil a partir dos marcos legais (Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e da política dos direitos humanos no contexto das diferenças e desigualdades sociedade brasileira</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.			
BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos . Brasília: SEDH-MEC-MJUNESCO, 2006.			
_____. Programa Nacional de Direitos Humanos . Brasília: SEDH-MEC-MJ-UNESCO, 2006.			
_____. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos . Conselho Nacional de Educação, maio 2012.			
BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam . São Paulo: Cortez, 1997.			
CANDAU, Vera. Maria et al. Oficinas pedagógicas de direitos humanos . 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.			
_____. Educação em direitos humanos – desafios para a formação de professores . Novamérica. No. 78. jul. 1998.			
COMPLEMENTAR			
GODOOY, R. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos . Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.			
HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história . São Paulo: Companhia da Letras, 2009.			
FERREIRA, L. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o professor . São Paulo: Cortez, 2010.			
MIRANDA, H. Estatuto da Criança e do Adolescente: conquistas e desafios . Recife: Editora da UFPE, 2011.			
RIFIOTIS, T. Educação em Direitos Humanos . Florianópolis; Editora da UFSC, 2008.			

DISCIPLINA: História Agrária			
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DED			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h		NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:	
PRÉ-REQUISITOS:			

CO-REQUISITOS:
EMENTA
O universo rural americano, europeu, asiático e africano entre o século XV-XVIII. A formação social do território brasileiro e do seu processo de colonização História dos movimentos sociais rurais no Brasil. História social do Campesinato no Brasil. O rural na história do Brasil.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CHAYANOV La organización de la unidad económica campesina . Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1974. CONGOST, R. Tierras, Leyes, Historia. Barcelona : Editorial Critica, 2007. ESPIG, Márcia & Machado, Paulo Pinheiro. A Guerra Santa Revisitada . Florianópolis, UFSC, 2008. KULA, Witold - Problemas Y metodos de la historia economica . Barcelona, Ediciones Peninsula, 1973 LEVI, Giovanni. A herança imaterial . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Terra Prometida . Rio de Janeiro: Campus, 1999.
COMPLEMENTAR MOTTA, Márcia (Org.); Zarth, Paulo (Org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história vol. I e II - 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2008 e 2009. MOTTA, Márcia. O Direito à Terra no Brasil. A gestação do conflito (1795/1824) . 2a. ed. São Paulo: Alameda, 2012. MOTTA, Márcia; Guimarães, Elione (Org.). Propriedades e disputas: fontes para a história dos oitocentos . Niterói; Guarapuava: EDUFF, UNICENTRO, 2011 POLANYI, Karl A Grande Transformação . Rio de Janeiro, Campus, 1980. THOMPSON Costumes em Comum . São Paulo, Companhia da Letras, 1998. (capitulos, 3, 4 e 5) THOMPSON, Senhores e Caçadores . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. WOOD, Helen. Wood, Ellen. A origem do Capitalismo . Rio de Janeiro, Zahar, 2001

DISCIPLINA: História e Música Popular
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DED
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30h NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2 h TEÓRICAS: 2 PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:
CO-REQUISITOS:
EMENTA
A música popular como objeto da reflexão histórica. História da Música popular. A história da música popular no Brasil. A música popular como recurso didático no ensino de história.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA NAPOLITANO, Marcos. A síncope das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. NAPOLITANO, Marcos. História & Música . Belo Horizonte: Autêntica, 2002. SANDRONI, Carlos. Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro, 1917- 1933 . Rio de Janeiro: Zahar; UFRJ, 2001.

TINHORÃO, José Ramos. **História Social da Música Popular Brasileira**. São Paulo: Editora 34, 1998.

_____. Música popular: um tema em debate. São Paulo: 34, 1997.

TELES, José. **Do frevo ao mangubeat**. São Paulo: 34, 2000.

_____. **O frevo rumo à modernidade**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2008.

SQUEFF, Enio; WISNIK, José Miguel. **Música: o nacional e o popular na cultura brasileira**. São Paulo: brasiliense, 1982.

COMPLEMENTAR

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KARNAL, Leandro (org.). **História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

CALDEIRA, Jorge. **A construção do samba**. São Paulo: Mameluco, 2007.

ZAMBONI, Ernesta. **Representações e linguagens no ensino de História**. Revista Brasileira de História. Vol. 18, nº. 36, São Paulo, 1998

Ementas dos componentes curriculares optativos da Área de Geografia do Departamento de História

DISCIPLINA: O rural e o urbano			
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h		NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:	
PRÉ-REQUISITOS:			
CO-REQUISITOS:			
EMENTA			
As Concepções De Rural E Urbano. A Cidade E O Campo Ao Longo Da História. As Relações Campo-Cidade E Rural-Urbano. A Questão Urbana E Rural No Brasil. Estado E Sociedade Frente Às Questões Urbanas E Rurais. Movimentos Sociais Urbanos E Rurais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. São Paulo: Contexto, 1999.			
CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.			
LEFEVBRE, Henri. O Direito à cidade. São Paulo, Centauro, 2001.			
COMPLEMENTAR:			
OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. In: Campo-território: revista de geografia agrária. Uberlândia, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.			
LEFEVBRE, Henri. O Direito à cidade. São Paulo, Centauro, 2001.			
SPOSITO, E. (org.). Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. pp. 279 – 303.			
SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2005			
WILLIAMS, Raymond. O Campo e a Cidade: na história e na literatura. São Paulo: Ed. Scwarcz, 1990.			

DISCIPLINA: Globalização e Geografia
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h TEÓRICAS: 4 PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:
CO-REQUISITOS:
EMENTA
Espaço, Poder E Território. A Questão Das Redes: O Papel Da Circulação E Da Comunicação Na Organização Do Espaço Mundial. Reorganização Do Espaço Econômico. Divisão Internacional Do Trabalho. Países Centrais E Países Periféricos. Nova (Des)Ordem Mundial: Globalização / Regionalização / Fragmentação / Exclusão. Noção De Blocos Internacionais De Poder, De Sub-Blocos Regionais E De Áreas De Influência.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia econômica. São Paulo: Atlas, 1998. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2009. CASTRO, Iná Elias de (org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
COMPLEMENTAR: CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo: Ática, 1986. HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2009. CASTRO, Iná Elias de (org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2.ed. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2006 SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro - São Paulo, Record, 2000.

DISCIPLINA: Geografia Física e Humana do Brasil
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h TEÓRICAS: 4 PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:
CO-REQUISITOS:
EMENTA
Apresentar os aspectos da evolução da ocupação do território brasileiro a partir dos ciclos geoeconômicos e do reconhecimento da diversidade natural, avaliando a evolução e discutindo os principais aspectos concernentes a interação entre o Homem e o Meio e suas conseqüências para a dinâmica dos ambientes natural e socioeconômico ao longo do processo de organização e reorganização do espaço geográfico brasileiro.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo:

Ateliê Editorial, 2003
 ALBUQUERQUE, M. Z. A; GOMES, E. T. A. O jogo do poder na produção do espaço do Recife. Revista Rural & Urbano, v. 2, p. 39-56, 2017
 ARAÚJO, T. B. Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000
 BECKER, B; EGLER, C. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
 COSTA, W. M. A geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional. L'espace politique, v. 31 (1), p. 2017
 MACHADO, M. R. I. M; ALBUQUERQUE, M. Z. A. Nova Lógica na produção de cana de açúcar na Zona da Mata Pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder. Revista NERA (UNESP), v. 22(16), p. 96-110, 2013
 MORAES, A. C. R. Bases da formação territorial do Brasil. Revista Geografares, n. 2, p. 105-113, 2007
 MOREIRA, R. Sociedade e espaço geográfico no Brasil. São Paulo: Contexto, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
 PRADO JR, C. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011
 COSTA, W, M. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
 PORTO-GONÇALVES, C. W. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição para a ecologia política da região, Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 107, p. 60-90, 2015
 SANTOS, M. O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI. 19.ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

DISCIPLINA: Geografia da Cidade do Recife		
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:		
CO-REQUISITOS:		
EMENTA		
Recife, Sítio e Situação. A Produção Do Espaço Interno Da Cidade Do Recife. A Cidade Do Recife e a Seu Processo De Metropolização. O Planejamento e a Gestão dos Espaços Da Cidade Do Recife. As Desigualdades Socioespaciais No Recife. Questões Socioambientais Do Recife.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ANDRADE, Manoel Correia de. Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1979.		
CASTRO, Josué. A cidade do Recife: Ensaio de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: Livraria_ editora Casa do Estudante do Brasil, 1954.		
GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Recortes de Paisagem na Cidade do Recife. Recife: Editora		

Massangana, 2006.

COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Manuel Correia de; NASCIMENTO, Celso R. Pitta do Nascimento. O Recife e o desenvolvimento da Região Nordeste. Recife: SUDENE, 1974.

CASTRO, Josué. A cidade do Recife: Ensaio de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: Livraria_ editora Casa do Estudante do Brasil, 1954.

SOARES, Jose Arlindo; PONTES, Lucia (org.). Os desafios da gestão municipal a experiência do Recife. Recife: Centro Josué de Castro, 1998.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel.

DISCIPLINA: O Campo, o Rural e a Questão Agrária no Contexto Brasileiro

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

NÚMERO DE CRÉDITOS: 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h

TEÓRICAS: 4 **PRÁTICAS:**

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:

EMENTA

Discussão dos conceitos de campo e rural; A estrutura agrária e as relações de trabalho no campo; A história da estrutura fundiária do Brasil; Reflexão a respeito do papel dos movimentos sociais rurais; O agrohidronegócio; Modernização da agricultura; Práticas agrícolas e desertificação nos ambientes semiáridos; O campo, o rural e a questão agrária no ensino básico; Renda da terra (diferencial/absoluta/monopólio).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LEFEVBRE, Henri. O Direito à cidade. São Paulo, Centauro, 2001.

Complementar:

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. In: Campo-território: revista de geografia agrária. Uberlândia, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

LEFEVBRE, Henri. O Direito à cidade. São Paulo, Centauro, 2001.

SPOSITO, E. (org.). Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. pp. 279 – 303.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2005

WILLIAMS, Raymond. O Campo e a Cidade: na história e na literatura. São Paulo: Ed. Scwarcz, 1990.

DISCIPLINA: O Rural e o Urbano: Questões Conceituais

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	TEÓRICAS: 4 PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:	
CO-REQUISITOS:	
EMENTA	
As Concepções De Rural E Urbano. A Cidade E O Campo Ao Longo Da História. As Relações Campo-Cidade E Rural-Urbano. A Questão Urbana E Rural No Brasil. Estado E Sociedade Frente Às Questões Urbanas E Rurais. Movimentos Sociais Urbanos E Rurais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. São Paulo: Contexto, 1999.	
CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.	
LEFEVBRE, Henri. O Direito à cidade. São Paulo, Centauro, 2001.	
COMPLEMENTAR:	
OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. In: Campo-território: revista de geografia agrária. Uberlândia, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.	
SPOSITO, E. (org.). Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. pp. 279 – 303.	
LEFEVBRE, Henri. O Direito à cidade. São Paulo, Centauro, 2001.	
SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2005	
WILLIAMS, Raymond. O Campo e a Cidade: na história e na literatura. São Paulo: Ed. Scwarcz, 1990.	

Ementas dos componentes curriculares optativos do Departamento de Ciências Sociais

DISCIPLINA: História da Filosofia	
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DECISO	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	TEÓRICAS: 4 PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:	
CO-REQUISITOS:	
EMENTA	
Grandes períodos da História da Filosofia. Antigo; Medieval; Moderno e Contemporâneo. Principais Escolas: Caracterização, Problemas e Estudo de Obras Fundamentais	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1982.	
_____. Historia da filosofia. 4. ed. Lisboa: Presença, 2000. 14v.	
RUSSELL, Bertrand. Historia da filosofia ocidental. 4 ed.. Brasília: Editora Universidade de Brasileira, 1982. 3v.	
MAGEE, Bryan. Historia da filosofia. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2001	
COMPLEMENTAR	
COLEÇÃO OS Pensadores. S. Paulo: Abril Cultural, 1979, V.1;	
COLEÇÃO OS Pensadores. S. Paulo: Abril Cultural, 1979, V.2;	

COLEÇÃO OS Pensadores. S. Paulo: Abril Cultural, 1979, V.3;
COLEÇÃO OS Pensadores. S. Paulo: Abril Cultural, 1979, V.4;
COLEÇÃO OS Pensadores. S. Paulo: Abril Cultural, 1979, V.5;

DISCIPLINA: Introdução à Antropologia

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DECISO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h **TEÓRICAS:** 4 **PRÁTICAS:**

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:

EMENTA

Facultar uma visão geral da antropologia como chave para compreensão do homem; é central para o entendimento da sociedade como um todo. Analisar as temáticas relativas à formação da antropologia no seio das ciências sociais, os seus campos de estudo, os princípios metodológicos, os conceitos e os significados para a antropologia. As escolas antropológicas e seus principais representantes. A nova Antropologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUCHE, Denys. **A noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**. São Paulo: Contexto, 2009.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

Complementar:

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BASTIDE, Roger. **Antropologia Aplicada**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MANNERS, Robert A. **Teoria da Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DISCIPLINA: Introdução à Sociologia

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h **TEÓRICAS:** 4 **PRÁTICAS:**

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:

EMENTA

A sociologia enquanto ciência: histórico, objeto, método de construção do conhecimento. Os principais conceitos para compreensão da dinâmica social segundo os fundadores da sociologia Karl Marx, Emile Durkheim, Max Weber. Processos institucionais da análise macrosocial: trabalho, estrutura de classes e desigualdades sociais; política, democracia e participação; cultura, indústria cultural e meios de comunicação; religião. Processos sociais interativos e análise microssocial: ação

coletiva e movimentos sociais; sexualidade, feminismo e relações de gênero; identidades étnico-raciais e geracionais. Mudança social e globalização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**. Ed. 20ª. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 2007.
WEBER, Max. **Ciência e Política – Duas Vocações**. São Paulo. Editora Cultrix, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
BASTIDE, Roger. **Antropologia Aplicada**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
FINLEY, Moses. **Democracia Antiga e Moderna**. Rio de Janeiro. Editora Graal, 1998.
PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1992.
SOUZA, M^a do Carmo Campelo. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1976

DISCIPLINA: Formação Econômica do Brasil

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DEHIST

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h **TEÓRICAS:** 4 **PRÁTICAS:**

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:

EMENTA

A disciplina é composta por debates sobre a expansão europeia e a conquista da América, as formas econômicas, sociais e políticas implantadas na América portuguesa, a crise da economia colonial, a problemática da escravidão e da transição para o trabalho assalariado nos setores de produção para exportação, expansão e crise econômica cafeeira, origem da indústria e a Revolução de 1930.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008
BETHELL, Leslie. (Org.). *História da América Latina*. Vol. II: América Latina Colonial. São Paulo; Brasília, DF: Edusp; FUNAG, 2004
FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. 16a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010
FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 3a Ed. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2013.

FRAGOSO, João L. R. GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial, volume 3*. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

DISCIPLINA: História do Pensamento Político

DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DECISO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h **NÚMERO DE CRÉDITOS:** 4

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h **TEÓRICAS:** 4 **PRÁTICAS:**

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:

EMENTA

A importância da mulher para os povos pré-históricos. O pensamento político greco-romano. Santo Agostinho e a “Cidade de Deus”. A hegemonia da Igreja Católica medieval. Movimentos contra-hegemônicos: Catarismo e Templários. A Reforma Protestante, o apoio da nobreza e as Revoltas camponesas. O Renascimento e seus teóricos políticos. Thomas Hobbes e o absolutismo monárquico. John Locke e o liberalismo burguês. O contrato social de Jean Jacques Rousseau. Karl Max, a realidade econômica da Inglaterra do séc. XIX, os socialistas utópicos, a esquerda hegeliana e a teoria do valor trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**. Ed. 20ª. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB. 2007.

WEBER, Max. **Ciência e Política – Duas Vocações**. São Paulo. Editora Cultrix, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. Ed. 10ª. São Paulo. Paz e Terra, 2006.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas. Editora Papyrus, 2001.

DUVERGER, Maurice. **Los Partidos Políticos**. Ed. 14ª. México. Editora Fondo de Cultura, 1994.

FINLEY, Moses. **Democracia Antiga e Moderna**. Rio de Janeiro. Editora Graal, 1998.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1992.

SOUZA, Mª do Carmo Campelo. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1976

OPTATIVA

DISCIPLINA: Sociologia da Educação		
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DECISO		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:		
CO-REQUISITOS:		
EMENTA		
A Educação como objeto de reflexão sociológica: as abordagens sociológicas clássicas e contemporâneas. Educação e mudança social na atualidade: enfrentamento das desigualdades e preconceitos; fortalecimento das identidades e autonomia dos sujeitos; reinvenção da emancipação social e humana; a educação na escola e nos movimentos sociais; educação e cultura; educação e poder.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: <i>Educação e Emancipação</i> . 2ª.edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.		
BOURDIEU, P. e PASSERON, J-C. <i>A Reprodução</i> . Rio de Janeiro. Ed.Francisco Alves, 1982.		
FAVERO, Osmar e SEMERARO, Giovanni (org's). <i>Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro</i> . Petrópolis- RJ: Vozes, 2002.		
Complementar:		
ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: <i>Educação e Emancipação</i> . 2ª.edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.		
FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia da Autonomia</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.		
GOHN, Maria da Glória. <i>O protagonismo da sociedade civil, Movimentos sociais, ONG's e redes solidárias</i> . São Paulo: Coleção questões da nossa época, 2005.		
MAFRA, Leila de Alvarenga e TURA, Maria de Lourdes Rangel. <i>Sociologia para Educadores – volume 2: debate sociológico da Educação no século XX e as perspectivas atuais</i> . Rio de Janeiro: Quarter, 2005.		
RODRIGUES, Alberto Tosi. <i>Sociologia da Educação</i> . Rio de Janeiro: Editora DP&A, 3ª edição.		

Ementas dos componentes curriculares optativos do Departamento de Letras

DISCIPLINA: Produção de Textos Acadêmicos II		
DEPARTAMENTO/UNIDADE ACADÊMICA: DL		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	NÚMERO DE CRÉDITOS: 4	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h	TEÓRICAS: 4	PRÁTICAS:
PRÉ-REQUISITOS:		
CO-REQUISITOS:		
EMENTA		
Apresentação da função e das principais características do gênero Artigo Científico. Leitura e		

análise de artigos científicos, publicados em periódicos e revistas científicas. Planejamento textual e produção de artigos a partir de seleção prévia de assunto. Planejamento textual e produção de relatório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, I. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
BARBOSA, S. A. M. Redação: escrever é desvendar o mundo. 16 ed. Campinas : Papyrus, 2003.
BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
FIORIN, J. L. & SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação. 13 ed. São Paulo: Ática, 1997.
GERALDI, J. W (org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 1997.

COMPLEMENTAR

ILARI, R. Introdução à semântica, brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2004.
KOCH, I. G. Ler e compreender. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
_____. Desvendando os segredos do texto. 2002. São Paulo: Cortez, 1995.
ACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L.S. Diário de leituras. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
MEDEIROS, J. B. Redação científica. A prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2008.
SERAFINI, Maria Teresa. Como escrever textos. 11 ed., São Paulo: Globo, 2001.

9. ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

O Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO), regulamentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, também faz parte do quadro de disciplinas para discentes do curso de Licenciatura em História. Componente obrigatório para a obtenção de diploma (cf. Res. 678/2008 do CEPE/UFRPE), a realização do estágio supervisionado contemplará a área de história.

O estágio é uma ação pedagógica presente em todos os cursos de graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, regulamentado em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, através das Resoluções nº 677/2008, nº 678/2008, nº 181/2007, nº 405/2010 e nº 162/2014 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRPE. De acordo com as convenções, o estágio pode ser classificado como:

Estágio Curricular Obrigatório: definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;

Estágio Supervisionado não-obrigatório (Extracurricular): desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Cada estágio apresenta uma estrutura de funcionamento e objetivos distintos, que estão descritos a seguir.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

O Estágio Supervisionado Obrigatório-ESO na Universidade Federal Rural de Pernambuco é regulamentado em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, através das Resoluções nº 677/2008, nº 678/2008, nº 181/2007, nº 405/2010 e nº 162/2014 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRPE.

De acordo com a Lei nº 11.788/2008, em seu art 1º podemos definir a atividade de estágio como um:

ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Portanto, o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

No curso de Licenciatura em História o estudante deverá cumprir 405 horas de Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO). O aluno só poderá realizar a matrícula em ESO após ter cursado 1800 horas de disciplinas obrigatórias, a partir do 6º período do curso.

No Curso de Licenciatura em História o Estágio Supervisionado Obrigatório será dividido em 04 estágios: Estágio Supervisionado Obrigatório I (ESO I), Estágio Supervisionado Obrigatório II (ESO II), Estágio Supervisionado Obrigatório III (ESO III) e Estágio Supervisionado Obrigatório IV (ESO IV), sendo os três primeiros estágios com carga horária de 90 horas e o último estágio ESO IV com carga horária total de 135 horas.

A proposta pedagógica do ESO no curso de licenciatura em história baseia-se na perspectiva da pesquisa-ação e na ideia do estudante aprender fazendo, ou seja, no movimento da

ação-reflexão-ação. Nesse sentido, no ESO I o estudante tem a oportunidade de problematizar a ecologia escolar, ESO II planejar e aplicar um projeto de intervenção pedagógica na escola e em espaços educativos não formais, ESO III organizar um projeto de ensino e atuar como professor/regente no Ensino Médio e ESO IV organizar o projeto de ensino e atuar no Ensino Fundamental (5º ao 9º anos) e/ou EJA, conforme poderá ser visto nos programas de ensino.

O estágio supervisionado obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e terá seu funcionamento orientado a partir das regras estabelecidas pelo PPC do curso. Nesse sentido, a relação Teoria-Prática e a relação Universidade x Escola será estabelecida da seguinte forma:

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO - RELAÇÃO TEÓRIA-PRÁTICA E A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

As atividades do estágio curricular supervisionado será acompanhada pelo docente da disciplina, que tem o papel de orientar as ações na universidade e na escola, bem como supervisionada pelo professor (a) (supervisor (a)) da educação básica, numa relação de co-formação. Para tal, o curso pretende organizar o campo de estágio da seguinte forma:

-Campo de Estágio- RECIFE

Os (As) estudantes matriculados (as) nas disciplinas Estágio Supervisionado Obrigatório -ESO que moram em Recife devem realizar as atividades pertinentes aos componentes nas escolas relacionadas na lista intitulada "Campo de Estágio-História" (site PREG), exceto, os(as) alunas(os) egressos de escolas públicas e que atuam como estagiários(as) em instituições particulares. Para isso, os estudantes devem apresentar comprovação (histórico escolar do Ensino Fundamental/Médio ou Declaração de vínculo de estágio) e Carta de anuência (modelo- história disponível no site PREG) do (a) professor(a)/ supervisor(a) no período de seleção da escola campo de estágio.

Nos casos em que o ESO precisa ser realizado em escolas não chanceladas pela IES, o docente responsável pela disciplina analisará o caso, levando em consideração dois aspectos: mobilidade urbana e a condição socioeconômica do estudante.

-Campo de Estágio- Região Metropolitana e demais cidades do Estado de Pernambuco

Os (As) estudantes matriculados (as) nas disciplinas Estágio Supervisionado Obrigatório-ESO que moram na Região Metropolitana e demais cidades do Estado de Pernambuco podem realizar as atividades pertinentes aos componentes nas escolas indicadas pelo discente e que atendam os requisitos básicos de um espaço destinado a formação de professores (as). Para isso, os (as) alunos (as) devem apresentar comprovação de endereço domiciliar, carta de anuência assinada pelo gestor (a) e professor(a) da escola onde será realizado o estágio, atestando ciência das atividades a serem desenvolvidas como "Campo de Estágio-História".

Para maiores esclarecimentos, o curso de licenciatura em história apresentará no início dos estágios supervisionados o Manual do Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Licenciatura em História.

9.4 Estágio Supervisionado Não obrigatório

O ingresso em estágio supervisionado não obrigatório pode acontecer a partir do primeiro período do curso de Licenciatura em História. Para os primeiro e segundo períodos, essa modalidade de estágio deve ser restrita às atividades desenvolvidas em espaços não-escolares de atuação da/do licenciada/do em História. A partir do terceiro período, o estágio não obrigatório poderá também ser realizado em escolas nos diferentes níveis de ensino.

O acompanhamento desta modalidade de estágio é de responsabilidade da instituição a qual oferece o serviço. O formando que executar estágio não obrigatório pode solicitar aproveitamento nas atividades complementares do curso de Licenciatura em História, de acordo com o limite de horas exercidos no estágio e estabelecidos para esta atividade. O exercício de estágio nessa modalidade é de grande relevância, uma vez que permite a vivência e a realização de atividades no campo profissional, aperfeiçoando a formação e o desenvolvimento do/da futuro/a licenciado/a.

10. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O Trabalho de conclusão de Curso - TCC consiste em uma produção *individual e obrigatória* para todos(as) os(as) estudantes ingressantes a partir de 2014.1, como requisito parcial para aprovação na disciplina TCC II e para a obtenção do título de Licenciado(a) em História. O TCC será objeto de conteúdo programático das disciplinas de **TCC I (30h) e TCC II(45h)**, contando com apoio de outras disciplinas, tais como Introdução aos Estudos Históricos e Teoria da História, ao longo do Curso. A disciplina **TCC I** tem como **pré-requisito** a disciplina de **Metodologia da História (60h)**. A disciplina **TCC II** tem como pré-requisito a disciplina **TCC I**. A carga horária destinada para sua elaboração está disposta nas disciplinas de Metodologia da História, TCC I e TCC II, totalizando 135h de carga horária.

As formas de apresentação, orientação e coordenação, bem como demais elementos componentes da elaboração do TCC estão dispostos na regulamentação (anexo 1) que foi elaborada por uma comissão temporária composta por 04 professores do departamento. Após a apresentação da proposta elaborada pela comissão, o NDE, atendendo uma solicitação das professoras das disciplinas relacionadas ao TCC, em reunião ordinária resolveu por nomear uma comissão permanente para tratar dos assuntos a ele referentes. Desta participam as professoras das três disciplinas em questão, além da coordenadora do curso e do substituto eventual. Esta comissão rediscutiu a proposta elaborada pela comissão anterior e elaboração a regulamentação que passa a orientar os trabalhos de TCC no Curso.

O TCC deve ter caráter teórico ou empírico, com tema e problema relevantes ao perfil do egresso do Curso, podendo ser: a) de natureza de revisão historiográfica no âmbito do Ensino e da Pesquisa do Ensino de História; e, b) de natureza empírica no âmbito de uma pesquisa de campo, entrando em contato com seu universo de estudos e práticas do Ensino de História. Serão aceitas como modalidades de TCC: Monografias, Artigos Científicos, Documentários em Vídeos, Relatórios Técnicos de Organização de Acervos Históricos e/ou Patrimoniais, Produção de Material Didático do Ensino de História, e outras modalidades a serem avaliadas e aceitas pela Comissão de TCC do curso.

É parte integrante e obrigatória da avaliação do TCC a apresentação pública do trabalho produzido, nos termos desta regulamentação através de banca de avaliação. E, ainda, deverão estar disponibilizados de acordo com a Resolução CEPE/UFRPE 281/2017 que dispõe sobre o repositório institucional digital.

Todas estas informações estão disponibilizadas no site www.lh.ufrpe.br que traz as informações sobre o Curso.

10.5 Avaliação do TCC

O TCC será avaliado mediante sua apresentação para uma banca composta pelo professor-orientador e por dois outros professores, devendo ser um deles, obrigatoriamente, da UFRPE. A escolha dos membros da banca examinadora é de inteira responsabilidade do professor-orientador, que, em consonância com o seu orientando, convidará os membros. O convite a um professor externo é de inteira responsabilidade do orientador. O docente externo deverá ter, no mínimo, especialização na área de pesquisa da monografia e/ou atuar em instituição de ensino superior.

A aprovação do aluno estará condicionada à atribuição da média igual ou superior a 7,0 (sete), numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), obtida da média aritmética das notas atribuídas pelos integrantes da banca examinadora, mediante os seguintes critérios: (a) aspectos relativos ao conteúdo, considerando a profundidade da pesquisa e bibliografia utilizada; (b) aspecto redacional, considerando a linguagem, coerência e coesão textual; (c) capacidade de análise e síntese; (d) relevância significativa e científica do tema; (e) apresentação do aluno, nos aspectos de clareza, fluência e coerência com o trabalho escrito; (f) metodologia explicitamente detalhada e coerente com o projeto de pesquisa proposto; (g) resultados e conclusões obtidos com a execução da Monografia;

O aluno disporá do tempo máximo de 20 minutos para apresentação do TCC. Além disso, após a apresentação, cada membro da banca terá até 20 minutos para arguições/e ou considerações. O aluno poderá responder a possíveis questionamentos e considerar as sugestões da Banca Examinadora para a versão final do TCC.

A reprovação por nota implicará na reprovação do componente curricular TCC no semestre correspondente, sendo a banca soberana na atribuição da nota.

11. ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES – ACC

As atividades complementares no curso de licenciatura em História são regidas de acordo com as Resoluções CEPE/UFRPE 362/2011 e CEPE/UFRPE 220/2016. As atividades complementares fazem parte da matriz curricular do curso de Licenciatura em História. Essas atividades são consideradas uma complementação às atividades didático pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, relacionadas à ampliação da formação acadêmica profissional do/a futuro/a professor/a de História. O objetivo pedagógico das atividades complementares parte da compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e, comotal, da necessidade de seu acesso permanente a informações, vivência e atualização culturais. As ACC devem referendar o compromisso da universidade com a formação de profissionais do magistério em consonância com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais atentas ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação (Resolução N°2/2015 CNE).

As ACC são atividades que buscam outras formas de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural, através da diversificação dos espaços educacionais, da ampliação do universo cultural, do trabalho integrado entre diferentes profissionais de áreas e disciplinas, da produção coletiva de projetos de estudos, elaboração de pesquisas, oficinas, seminários, monitorias, tutorias, eventos, atividades de extensão, estudo das novas diretrizes do ensinofundamental, do ensino médio, da educação infantil, da educação de jovens e adultos, dos portadores de necessidades especiais, das comunidades indígenas, da educação rural e de outras propostas de apoio curricular proporcionadas pelos governos dos entes federativos. (DOURADO, Luis. Educ. Soc., Campinas, v. 36, n°. 131, p. 299-324, abr.-jun., 2015)

A resolução N° 362/2011 CEPE UFRPE define o conteúdo e carga horária mínimas das Atividades Complementares, que abrangem um leque de práticas incluindo palestras, leituras, atividades culturais, cursos de extensão, pesquisas, eventos, fóruns de discussão e atividades diversas efetuadas em dias e horários extracurriculares. De acordo com a Resolução CEPE/UFRPE 220/2016, Art. 11: “a Formação Complementar inclui uma série de atividades que deve ser de escolha exclusiva do estudante e submetida à orientação da Coordenação do Curso, possibilitando a ampliação de sua formação, em qualquer campo do conhecimento, com base estritamente em seu interesse individual”. Durante o curso, o/a discente deverá cumprir uma carga horária mínima de 210 horas de atividades complementares – ACC. As atividades deverão acontecer no decorrer do curso, sendo o PPC do curso de licenciatura em história o balizador de mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências vivenciadas pelo discente.

As atividades complementares estão em consonância com as políticas públicas para formação inicial de profissionais do magistério contempladas: i) nas diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (Resolução N° 2, de 1° de julho de 2015), ii) na Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação ([DECRETO N° 8.752, DE 9 DE MAIO DE 2016](#)), iii) no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela [Lei n° 13.005, de 24 de junho de 2014](#). Todos esses documentos estão considerados no Projeto Pedagógico Institucional UFRPE.

I. Objetivos

As atividades complementares constituem-se em atividades enriquecedoras e implementadoras do perfil do licenciando em História, visando seu crescimento intelectual, especialmente nas relações com o mundo do trabalho: as Escolas de Educação Básica. Abrangem a prática de estudos e atividades independentes, transversais, interdisciplinares, de permanente contextualização e atualização do futuro profissional do magistério. Dependem da iniciativa e da dinamicidade do licenciando que deve escolher e desenvolver atividades realizadas fora da estrutura curricular acadêmica com a finalidade de reforçar e complementar as atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso de graduação.

As ACC devem envolver o licenciando em trabalhos acadêmicos ou extra-acadêmicos que possam enriquecer os seus conhecimentos e habilidades para o exercício da cidadania e da profissão docente, além de alargar os seus horizontes intelectuais e científicos. Poderá ser considerada atividade complementar toda e qualquer atividade desenvolvida pelo licenciando após o ingresso no curso, desde que guarde correlação com a sua área de conhecimento e formação. A prática das atividades complementares é uma determinação vigente para todos os estudantes da licenciatura em história, sendo vedada sua dispensa. Cabe ao licenciando procurar diversas atividades complementares até atingir a carga horária prevista.

II. Definição das atividades complementares

As atividades complementares no curso de Licenciatura em História têm a função de complementar e ampliar a formação acadêmica do futuro profissional da educação básica proporcionando-lhe a oportunidade em sintonizar-se com as mais diferentes manifestações técnico-científicas-culturais, permitindo-lhe desenvolver os saberes e habilidades necessários à sua formação profissional.

São exigidas pela legislação vigente 210 horas dessas atividades ao longo do curso, distribuídas em atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Que, **preferencialmente**, devem ser distribuídas dessa maneira:

Quadro 03 – Sugestão de distribuição da carga horária nas atividades

ACC Ensino	ACC Pesquisa	ACC Extensão
70 horas	70 horas	70 horas

Entretanto, segundo Resolução Interna da Universidade Federal Rural de Pernambuco, resolução N° 362/2011 CEPE UFRPE, o discente pode computar até o máximo de 120 horas em um único tipo de atividades: ensino, pesquisa ou extensão, dedicando 90 horas para as demais atividades. Por exemplo:

Quadro 04 – Possibilidade de distribuição de carga horária em atividades complementares.

ACC Ensino	ACC Pesquisa	ACC Extensão
120 horas	45 horas	45 horas

Ou ainda:

Quadro 05 – Possibilidade de distribuição de carga horária complementar

ACC Ensino	ACC Pesquisa	ACC Extensão
120 horas	90 horas	00 horas

Quadro 06 – Descrição da ACC nas atividades de Ensino

Tipo de atividade	Descrição da atividade	Tipo de comprovação
Programa de monitoria	A Monitoria é a modalidade de ensino-aprendizagem, dentro das necessidades de formação acadêmica, destinada aos alunos regularmente matriculados.	Declaração emitida pela PREG
Programas de formação docente, vinculados ou não a bolsas, que tenham a finalidade de iniciar os licenciandos em atividades docentes	PET, BIA, PIBID	Declaração emitida pela Coordenação Institucional do referido Programa
Estágio voluntário ou remunerado, desenvolvido em instituições de ensino públicas ou privadas	Exercício da prática profissional realizada pelo licenciando para exercitar seus conhecimentos, habilidades e competências profissionais.	Declaração da instituição de ensino

Quadro 07 - Descrição da ACC nas atividades de Pesquisa

Tipo de atividade	Descrição da atividade	Tipo de comprovação
Programas de iniciação científica, vinculados ou não a bolsas, que tenham a finalidade de iniciar os licenciandos em atividades de pesquisa	PIBIC, PIBITI, PIC	Declaração emitida pela PRPPG
Outros projetos e publicações técnico-científicas	Projetos de pesquisa desenvolvidos fora do âmbito dos programas institucionais da UFRPE	Declaração emitida pelo Coordenador da referida pesquisa
Estágios, voluntários ou remunerados, em laboratórios de pesquisa	Institutos de pesquisa, ONGs e afins	Declaração emitida pelo Coordenador do Laboratório de Pesquisa

Quadro 08 - Descrição da ACC nas atividades de Extensão

Tipo de atividade	Descrição da atividade	Tipo de comprovação
Programas institucionais de extensão	Trabalho ou atividades institucionais voltados para sociedade.	Declaração emitida pela PRAE
Projetos de extensão, vinculados ou não a bolsas, que tenham a finalidade de iniciar os licenciandos em	Projetos institucionais aprovados no SIGPROJ UFRPE	Declaração emitida pelo Coordenador Institucional do Projeto

atividades de extensão		
Cursos de extensão	Cursos de curta duração, atualização e difusão cultural	Declaração emitida pela instituição promotora do curso
Produtos de extensão	Instrumentos de avaliação de situações processos e produtos; Kits pedagógicos	Declaração emitida pelo orientador do produto de extensão
Estágio, mediação e monitoria em espaços de educação não formal	Museus, Institutos etc.	Declaração emitida pela Instituição onde se desenvolve a atividade

Recomenda-se que as atividades complementares sejam submetidas à apreciação da coordenação do curso a cada semestre letivo.

Cabe ao acadêmico (a) fazer o controle de horas Práticas nas quais ele participa, podendo solicitar a coordenação do Curso de licenciatura em História a certificação dessa carga horária. Recomenda-se que o(a) acadêmico(a) cumpra ao longo de cada semestre em curso, um total de carga horaria conforme sugere o quadro 16.

Ressalta-se que, antes de participar de uma Atividade Prática, não oferecida pelo Curso de Licenciatura em História, o acadêmico deve solicitar a coordenação do curso um parecer acerca da relevância daquela atividade para a formação profissional e a sua validação no ocômputo de carga horária.

O (a) acadêmico(a) poderá solicitar aproveitamento de carga horária de certificados de participação de atividades equivalentes às atividades práticas que participou fora do âmbito do Curso de Licenciatura em História com aproveitamento de máximo 40h.

O (a) acadêmico (a) que vier transferido de outra instituição superior terá a carga horária de suas atividades práticas já realizadas, validadas e deverá seguir as normas estabelecidas neste Regulamento até o cumprimento total da carga horária exigida na matriz curricular em vigor.

III. Orientações gerais

Os discentes deverão solicitar a aprovação das atividades complementares através abertura de processo encaminhado à coordenação do curso de História. No processo deverão constar:

- 1) o requerimento de anotação da carga horária de atividade complementar;
- 2) os formulários de atividades complementares preenchidos de acordo com a tabela de classificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- 3) os certificados das atividades autenticados e com a descrição da carga horária da atividade complementar realizada;
- 4) o portfólio com a descrição das atividades complementares.

Todos estes documentos estarão disponíveis no Manual de Orientação das Atividades Complementares (anexo 2).

Os processos serão avaliados pela Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão do Departamento de História ou por Comissão designada para este fim pela Coordenação e homologados pelo CCD do Curso.

Todas estas informações estão disponibilizadas no site www.lh.ufrpe.br que está relacionado ao Curso

INCENTIVO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A Coordenação do Curso socializa aos estudantes através de mídias sociais, painel eletrônico e quadros de aviso, desde a recepção dos calouros, as oportunidades de estágios (remunerados ou voluntários) nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvida pelos docentes do curso ou de âmbito Institucional.

As atividades de ensino são contempladas nos Programas PIBID e Residência Pedagógica, monitoria, e estágios extracurriculares desenvolvidos em ambientes não formais de educação.

Nos programas empreendidos pela UFRPE oportunizamos o contato com a pesquisa na iniciação científica e, através das produções neles elaboradas organizaremos um evento anual de Iniciação Científica no Curso de História que pretende abarcar todas as pesquisas em andamento.

O curso possui pós-graduação vinculada, o Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco – PGH – que iniciou suas atividades em agosto de 2006 com o curso de Mestrado Acadêmico na Área de Concentração História Social da Cultura Regional. O PGH busca se consolidar como um espaço de qualificação da produção historiográfica da região política e cultural que se reconhece como Pernambuco.

Tendo com área de concentração a História Social da Cultura Regional buscar desenvolver pesquisa sobre a história social e a história cultural da região reconhecida como Nordeste. O PGH conforme se encontra descrito no site <http://www.pgh.ufrpe.br/>, tem como objetivos institucionais:

- I. Consolidar um espaço acadêmico propício ao desenvolvimento de pesquisas científicas no campo da História Social da Cultura, respeitando a flexibilidade teórica e diversidade temática.
- II. Investir no desenvolvimento intelectual de doutores/as pesquisadores/as no campo da História Social da Cultura.
- III. Formar em nível de pós-graduação *stricto sensu* recursos humanos capazes de desenvolver atividades de ensino superior em alto nível.
- IV. Formar em nível de pós-graduação *stricto sensu* recursos humanos capazes de desenvolver pesquisas científicas relevantes para o avanço do conhecimento histórico.
- V. Formar em nível de pós-graduação *stricto sensu* recursos humanos capazes de desenvolver atividades de valorização e difusão da cultura regional.

Acompanhando sugestão da avaliação institucional desde 2011 estrutura as Linhas de Pesquisa: Linha 1: Cultura, Patrimônio e Memória; Linha 2: Política, Instituições e Identidades. Em 2015, atendendo a sugestões, foi criada a Linha 3: Ensino de História e Cultura Regional. Essa configuração das linhas visa dar maior coerência entre a produção docente e a área de concentração do programa.

Ressaltamos a linha de Ensino de História e Cultura Regional que “se apropria de marcos teóricos e metodológicos utilizados pela pesquisa histórica para pensar como transmitir a percepção dos processos temporais”, mas também investiga fontes históricas e desenvolve estratégias e materiais didáticos.

Hoje o PGH recebe discentes oriundos da nossa graduação, sobretudo aqueles que ingressaram no universo da pesquisa e da extensão ou atuaram em programas vinculados à docência. Ao mesmo tempo, em função da participação efetiva na pós-graduação de boa parte

dos docentes do curso, o PGH tem sido um canal de interlocução de saberes em seus diferentes níveis de formação.

12. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC)

A **Prática como Componente Curricular-PCC** nos cursos de Licenciatura da Universidade Federal Rural de Pernambuco são regulamentadas em conformidade com a resolução CNE/CP n. 2, DE 09 DE JUNHO DE 2015, que instituiu no país as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.

Conforme disposto na resolução nº 2/2015 em seu Art. 13, a prática como componente curricular deverá ter 400 (quatrocentas), distribuídas ao longo do processo formativo, nosso curso oferecerá 405h. A PCC é um espaço destinado para aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes e o desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho colaborativo e interdisciplinar. Este componente curricular, segundo o parecer CNE/CES nº 15/2005 é o conjunto de atividades formativas que proporcionam exigências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência.

O processo de definição sobre o que seria prática como componente curricular, tem uma longa história. O debate sobre a prática no currículo dos cursos de formação de professores surgiu quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/1996 dispõe no art. 65 que: “A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino...” e continuou sendo problematizada no conselho nacional de educação até 2001, quando no parecer CNE/CP 28/2001 foi definido que prática e estágio são componentes curriculares distintos, a partir desse momento não será mais empregado o termo “prática de ensino de”, mas a expressão “prática como componente curricular”, conforme conceituação a seguir expressa:

A prática como componente curricular [...] deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador. Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer

na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar (CNE, 2001b, p. 11).

Para o Curso de Licenciatura em História da UFRPE as PCC's se configuram como um conjunto de atividades de caráter interdisciplinar que permitem estabelecer relações entre os diferentes modos de produzir o conhecimento técnico-científico e a complexa relação teoria-prática que envolve o processo de formação dos (as) professores (as) de HISTÓRIA.

Nesse sentido, as práticas como componentes curriculares serão realizadas semestralmente a partir de ações pedagógicas organizadas por meio de eixos norteadores nas disciplinas intituladas de **PRÁTICAS INTEGRATIVAS- PI's**.

PRINCÍPIO E FINALIDADE

Entende-se como **Práticas Integrativas-PI's** o conjunto de ações pedagógicas que se fundamenta na perspectiva interdisciplinar e tem por finalidade a ampliação das habilidades e competências científicas e pedagógicas dos (as) futuros (as) professores (as) para atuarem nos espaços escolares e não escolares.

As Práticas Integrativas envolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão e têm como objetivo:

- Atualizar e enriquecer a vivência acadêmica e o curricular;
- Incentivar a integração do corpo docente e discente;
- Incentivar ações de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade na formação;
- Orientar e criar alternativas pedagógicas para os alunos com questões ligadas à aprendizagem através de estratégias criativas para facilitar o seu desenvolvimento;
- Estimular participação do acadêmico em experiências diversificadas que contribuam para sua formação profissional.
- Integrar a teoria e prática, por meio de vivência e/ou observação de situações reais;

As Atividades Práticas são práticas acadêmicas de cunho científico-culturais obrigatórias aos alunos que cursam a Nova Matriz Curricular (2018.2) em vigor e visam incentivar o (a) acadêmico (a) a participar de experiências diversificadas, dentro e fora da sala de aula, que contribuam para a sua formação humana e profissional.

Práticas como Componentes Curriculares são as atividades pedagógicas desenvolvidas a partir de eixos norteadores, orientada pelo(a) professor(a) e docentes das disciplinas do semestre vigente, as atividades pedagógicas desenvolvidas sob a orientação do professor (a) articulador (a).

Quadro 07 - Organização da PI'S no curso de História

PERÍODO	CARGA HORÁRIA	EIXO NORTEADOR	DISCIPLINAS ENVOLVIDAS
1º	60 HORAS	História, Meio-Ambiente e Sociedade	Fundamentos da Educação; Introdução ao Estudo da História; História das Sociedades da Antiguidade Oriental; Pré-História
2º	45 HORAS	História, Direitos Humanos e Educação	Educação Brasileira: Legislação, Organização e Políticas; História das Sociedades da Antiguidade Mediterrânea; Geografia Física e Humana Geral
3º	60 HORAS	Cultura, Relações de Poder e Educação.	Teoria da História; História Medieval I; História e Cultura Afro-Brasileira; Linguagens Alternativas para o Ensino de História
4º	45 HORAS	Produção do conhecimento histórico, Relações de poder e Aprendizagem	Metodologia da História; História Medieval II; História da Cultura Indígena
5º	45 HORAS	Modernidade, Estado e Alteridade	História Moderna I; História do Brasil Colonial; História da América I

6º	45 HORAS	Cidadania, Estado e Ensino de História	História Moderna II; História do Brasil Imperial; História da América II
7º	30 HORAS	Estado de direito, Movimentos Sociais e Ensino de História	História Contemporânea I; História do Brasil Republicano I
8º	45 HORAS	Sociedade do Espetáculo, Movimentos sociais e Educação	História Contemporânea II; História do Brasil Republicano II; TCC I
9º	30 HORAS	Historiografia e Conhecimento histórico escolar	Historiografia Pernambucana; TCC II

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Tais **Práticas Integrativas** serão atividades pedagógicas organizadas semestralmente para cada período do curso, do qual os professores de cada período ministrarão a disciplina, de forma que, os estudantes tenham a oportunidade de cumprir ao longo de todo curso, do primeiro ao nono período, a carga horária total de 405 horas em experiências significativas para sua formação profissional.

Como é uma disciplina conjunta, caberá ao Professor (a) Articulador (a), escolhido semestralmente, a construção de um plano de trabalho para que sejam previstas tarefas e ações a serem desenvolvidas pelos estudantes e docentes do período. O planejamento das atividades deverá considerar os conteúdos ministrados no semestre, o eixo norteador e a carga horária destinada às atividades da prática integrativa.

A cada semestre, as atividades pedagógicas podem ser tematizadas a partir elaboração de um problema/pergunta relacionado ao eixo norteador. Essas perguntas deverão ser solucionadas pelos estudantes, cujos resultados deverão ser apresentados à comunidade ao final

do semestre no evento de culminância chamado de Encontro da Prática Integrativa do Curso de História-UFRPE.

As Atividades Práticas devem possuir relação direta com as disciplinas ministradas, para isso devem ser contempladas no programa de cada disciplina. Tais atividades serem orientadas nos horários de aulas pelos professores do período. Os professores das disciplinas de cada período ficarão responsáveis pela organização didático-metodológica, ressalvando que todos os acadêmicos deverão participar efetivamente da atividade.

São consideradas Práticas Como Componentes Curricular: estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, práticas de ensino e atividades específicas dos cursos de licenciatura, exposição, apresentações artísticas, dentre outros. Em suma a relação dos perfis das atividades citadas coadunam com a proposta do parecer CNE/CES nº 15/2005, que vimos anteriormente, reforçando que tais atividades estarão voltadas para problematizar e aperfeiçoar o exercício da docência.

13. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos corresponde à dispensa de cumprimento de disciplinas regulares do curso, quando a mesma ou uma equivalente em conteúdo e carga horária são cumpridas em outro curso superior, seja no âmbito da UFRPE ou de outra instituição.

Na UFRPE, a dispensa de disciplinas encontra-se normatizada pela Resolução CEPE/UFRPE nº 442/2006. Para que sejam creditadas, as disciplinas cursadas deverão:

- a) ser equivalentes em, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do conteúdo programático às correspondentes disciplinas que serão dispensadas;
- b) ter carga horária igual ou superior àquela das disciplinas a serem dispensadas;
- c) ser oferecidas regularmente pela Instituição onde foram cursadas como integrantes do currículo de um curso devidamente reconhecido.

O pedido de dispensa da disciplina será dirigido ao coordenador do curso do solicitante, através de requerimento, acompanhado de histórico escolar ou declaração e do programa da disciplina a ser creditada. No requerimento deverão ficar esclarecidos códigos e denominações da disciplina a ser creditada e da disciplina a ser dispensada. Os pedidos de dispensa serão analisados por docentes representantes dos cursos e homologados pelo CCD.

Em se tratando de disciplina cursada na UFRPE, a dispensa será analisada e decidida diretamente pelo Coordenador, que informará ao CCD das dispensas, sendo obrigatório o registro em ata.

Existe a possibilidade de abreviação do tempo de formação para os alunos que demonstrem extraordinário aproveitamento nos estudos, como previsto na Lei nº 9.394/96, no Art. 47, § 2º. Este aparato legal ainda está em processo de regulamentação pela UFRPE com base na Resolução CFE nº 1/94 e na Resolução CES/CNE 02/2015.

14. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

O Processo ensino-aprendizagem no âmbito do curso tende a privilegiar uma ação crítica, autônoma, criativa. Além das aulas expositivas, nossos docentes encaminham o exercício da crítica historiográfica, o confronto de perspectivas e a crítica às bases teóricas e metodológicas que as informam. No que concerne às disciplinas de natureza prática, a metodologia de ensino privilegia o exercício de competências e habilidades necessárias à vivência do professor de história, proporcionando aos discentes as situações necessárias para o seu desenvolvimento comodocente de uma área que está em constante mutação e desafios cotidianos.

Neste processo, procuramos integrar um novo perfil de docente, através de diálogos constantes e da expressiva atuação do NDE no sentido desta promoção. Posturas inclusivas em salas de aula, a definição de *Eixos Centrais* orientadores dos semestres letivos, atividades que convergem para um sentido comum dos objetivos e atividades, sugerindo a adoção de novos encaminhamentos avaliativos, novas estratégias metodológicas, busca da interface com profissionais da saúde, com o mundo do trabalho dos alunos, abertura de contatos com as famílias. A meta é a superação das “práticas tradicionais hegemônicas nos sistemas de ensino atéentão, em que os professores, formados dentro de uma lógica da razão instrumental, tinham como referência de docência o princípio da homogeneização do ensino, partindo do pressuposto de que é possível padronizar as práticas pedagógicas a partir de um modelo de aluno ideal.”, conforme nos sugere a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação

Inclusiva (2008), o Decreto de Acessibilidade (nº 5.296/2004) e demais dispositivos legais e políticos.”. Cf. SINAES/INEP.

Em síntese, a matriz deverá ser coerente com os objetivos do curso e com o perfil do egresso.

O Curso tem como concepção da avaliação do ensino-aprendizagem duas matrizes conceituais: uma ligada a *Função Propedêutica*, que visa avaliar a competência e habilidade profissional do professor de história, que deve estar preparado para conhecer, transmitir e discutir o conhecimento histórico; preparado para o trabalho do ensino de história nos níveis fundamentais e médio, com vistas a instrumentalizar o cidadão para se chegar à universidade e à escolha de uma profissionalização, preparado para formar o cidadão para integração social e para atuar com conhecimento dos direitos e deveres da cidadania. Portanto, o processo ensino-aprendizagem do curso visa avaliar o desenvolvimento destas capacidades no âmbito cognitivo, reflexivo histórico-filosófico e social, conforme a função do profissional da licenciatura em história.

Na *Formação Integral* visa avaliar a capacidade de atuação no campo da inserção e integração social a partir dos conhecimentos históricos veiculados pelas disciplinas que compõem a matriz curricular do curso; visa verificar a capacidade de aprender a aprender, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a ensinar. O curso terá como eixo orientador uma abordagem interdisciplinar que se desenvolverá a partir do projeto das práticas integrativas a cada semestre.

De acordo com a concepção do curso, compreende-se que no processo avaliativo do ensino-aprendizagem se deve evitar a defesa de um paradigma de avaliação da aprendizagem, já que o Curso concebe vários lugares de aprendizagem e verificação da aprendizagem. Neste sentido, são fundamentais o conhecimento dos paradigmas da aprendizagem e da avaliação que foram construídos ao longo da história, aproveitando-se suas contribuições para a complexidade e pluralidade do ensino da história.

Por outro lado, concebemos o paradigma construtivista como o mais próximo da concepção do Curso no contexto do séc. XXI, e porque propõe a mediação e a participação do processo ensino-aprendizagem. Desse posicionamento decorre que o processo avaliativo do ensino-aprendizagem tende a verificar docentes e discentes em integração e interação dos conteúdos disciplinares do curso. Procurasse, com isso, criar várias possibilidades e meios avaliativos do ensino dos docentes e da aprendizagem dos alunos, considerando-se a

participação, integração e cumprimento das atividades e trabalhos propostos nas aulas e extra aulas em comum acordo.

Por conseguinte, o Projeto Pedagógico do Curso estruturou suas políticas de ensino de modo a contemplar formal e concretamente os objetivos do PPI. Sendo assim, este PPC apresenta um currículo que busca ampliar a integração entre teoria e prática. Para tanto utiliza a metodologia de projetos integradores dentro de eixos temáticos (ver pág. 36), que associam disciplinas específicas da área de História, com disciplinas de formação pedagógica, em torno de uma temática/problematização selecionada. Além de articular diversas disciplinas, o Projeto das Práticas Integrativas - PI também irá interagir com o Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) desenvolvido no semestre.

Esta proposta prepara nossos discentes para trabalhar com projetos e estimula a interdisciplinaridade, já que cria na matriz eixos articulados de forma horizontal (entre semestres/PTIs/ESOs) e vertical (entre disciplinas do semestre), além de favorecer a conexão entre teoria e prática e o contato precoce do licenciando com o ambiente escolar.

A articulação acima citada permitirá que experiências vivenciadas durante atividades de regência (ESOs, Programa de Iniciação à Docência - PIBID ou Monitoria) possam ser fonte para pesquisa e construção do TCC, propiciando assim uma estreita conexão entre ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação, que por sua vez contribuirá com a inserção do licenciando no cotidiano e cultura escolar e incentivará a participação dos professores, das escolas públicas de Educação Básica, no processo de formação inicial dos futuros docentes para o magistério.

As Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs aplicadas ao ensino e a aprendizagem

No ano de 2015, a UFRPE instituiu o uso Ambiente Virtual de Suporte à Aprendizagem (AVA-UFRPE), <http://ava.ufrpe.br> enquanto plataforma institucional para apoio ao ensino e aprendizagem dos cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e à distância.

O AVA-UFRPE permite que os professores dos cursos de graduação e pós-graduação utilizem um ambiente padronizado e customizado para apoiar as suas atividades de ensino, bem como favorece as interações extraclasse com os alunos que estejam matriculados nas turmas.

Uma das principais vantagens do serviço AVA-UFRPE é a integração com o sistema acadêmico institucional [SIG@UFRPE](http://sig.ufrpe.br) (sig.ufrpe.br). Esta integração permite que os cadastros

atualizados de docentes, discentes, cursos e turmas de disciplinas em um período letivo, necessários para o bom funcionamento do serviço AVA-UFRPE, sejam importados periodicamente e automaticamente a partir do SIG@UFRPE.

O Curso de Licenciatura em História da UFRPE utiliza algumas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) a serviço da interação entre docentes, alunos e agentes educacionais, assim como da construção e ampliação da aprendizagem de temas desenvolvidos na sala de aula presencial.

Os dois ambientes virtuais mais utilizados pelo curso são o SIGA (<https://www.siga.ufrpe.br/ufrpe/index.jsp>) e o AVA (<http://ava.ufrpe.br>), ambos institucionais e operacionalizados pelo curso. No primeiro, é possível disponibilizar resultados de avaliações, acompanhar a frequência às aulas, registrar a caderneta eletrônica e checar o histórico de realização de disciplinas ao longo do curso. O segundo será descrito na seção 10.3 deste documento.

Com uma regulação menos institucional e mais espontânea, estudantes, professores e coordenadores utilizam-se de grupos do WhatsApp, perfis, páginas e grupos do Facebook, perfis do Instagram e do Twitter e blogs e sites de docentes para trocar informações, divulgar eventos e organizar atividades acadêmicas variadas. Muitas vezes, essas ações são reguladas localmente por diferentes sujeitos que se revezam na gerência das informações, como os Diretórios Acadêmicos, os grupos de pesquisa e os coordenadores de eventos.

Como faceta da Acessibilidade, as TIC's disponíveis atuam na promoção da autonomia do estudante, garantindo o acesso à informação em igualdade com os demais. Além das tecnologias mais populares, recursos de Tecnologia Assistiva (TA) somam como potencializadoras da aprendizagem.

Todas essas iniciativas virtuais contribuem para a socialização e a democratização dos conhecimentos construídos no bojo do Curso de História da UFRPE.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

No Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional da UFRPE, há uma gama de ferramentas que possibilitam a interação entre professores e alunos do Curso de História. Nele, é possível a disponibilização de materiais didáticos de apoio às aulas, a realização de atividades acadêmicas, a retirada de dúvidas e as interações variadas entre os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Cada disciplina do curso tem sua sala virtual constituída automaticamente a partir das matrículas do SIGA e, portanto, todos os professores têm à disposição ferramentas virtuais como fóruns, notícias, mensagens, chats, base de dados, glossários, questionários, calendários e atividades variadas, que apoiam a prática pedagógica dos docentes. Cada professor pode utilizar essas ferramentas de acordo com o perfil teórico-metodológico da disciplina e com o acordo didático travado com cada turma. A variedade de ferramentas abre diversas possibilidades pedagógicas para professores e estudantes.

Do ponto de vista didático-pedagógico, o envio de trabalhos pelos discentes aos repositórios diversos da sala virtual permite a correção docente digital, o arquivamento e a constante consulta de diferentes versões dos gêneros acadêmicos produzidos e o diálogo sobre os resultados e o processo das produções. Tudo isso é um diferencial da produção textual em AVA, que se torna uma oportunidade ímpar para o Curso de História. Portanto, é possível investir na constante leitura e produção de textos digitais, o que é muito caro a um Curso de História.

Acessibilidade pedagógica

A acessibilidade pedagógica é um dos caminhos para a garantia da permanência e do sucesso do estudante com deficiência na instituição. Segundo a Lei Brasileira da Inclusão, em seu Capítulo IV, que dispõe sobre Educação, no seu Art.28, Incisos III, V e VI, observamos as seguintes recomendações:

III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional

especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

V – adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI – pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

Dessa forma, ao pensarmos sobre acessibilidade visando a inclusão do sujeito, não podemos nos deter em pensar a acessibilidade apenas de forma física e arquitetônica; uma vez que estamos recebendo pessoas com perfis distintos e que não necessariamente necessitam de adaptações nos espaços e sim, adaptações relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, é fundamental que o Projeto Pedagógico do Curso contemple discussões e o estudo de caminhos que favorecem a prática educativa inclusiva, visto que além de recebermos estudantes com deficiência, estamos formando docentes que também atenderão pessoas com necessidades de adaptações pedagógicas. As disciplinas que envolvem LIBRAS e Tecnologias da Informação e Comunicação são de fundamental importância para o embasamento teórico-metodológico dos docentes em formação para o desenvolvimento de um olhar sensível às necessidades de adaptações pedagógicas de seus estudantes.

Dentre essas adaptações, podemos citar algumas: maior uso de recursos visuais como imagens, fluxogramas; linguagem clara; atividades avaliativas de múltipla escolha, orais ou sinalizadas, devidamente registradas; adaptação de tamanho, cor e contraste dos materiais impressos e digitais; impressão e confecção de materiais em relevo e texturizado; etc..

A Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Garanhuns tem desenvolvido um trabalho significativo no tocante a práticas educativas acessíveis. Contamos com o apoio de uma equipe multidisciplinar (setores pedagógico, de acessibilidade e biblioteca) que têm atuado de maneira mais próxima ao corpo docente para a disponibilização de recursos tecnológicos bem como de sugestões de adaptações pedagógicas que podem potencializar a aprendizagem e o rendimento do estudante com deficiência.

Além disso, o NACE- UAG tem realizado junto a alguns professores e suas respectivas disciplinas, palestras informativas a respeito da utilização de tecnologias assistivas como meios para potencializar os processos de ensino-aprendizagem, junto aos estudantes com necessidades especiais, assim como apresentar os recursos disponíveis pelo NACE para essa finalidade.

Para que as demandas e vantagens didático-pedagógicas elencadas anteriormente concretizem-se, é necessário investir em um programa consistente de tutoria, a fim de assistir adequadamente as atividades do AVA.

No momento, o apoio à docência típico desta função é executado através do Programa de Monitoria do Departamento de História. Estudantes-monitores selecionados através de editais públicos passam a contribuir academicamente com os professores responsáveis pelas disciplinas que utilizam o AVA. Cabe a eles estimular a interação virtual entre os estudantes, retirar dúvidas, realizar pré-correção e orientação para as atividades criadas e efetivamente avaliadas/corrigidas pelo docente responsável pela disciplina.

É necessário ampliar e fomentar mais iniciativas que ampliem esse trabalho de tutoria dentro do Curso de História da UFRPE.

Avaliação do ensino e da aprendizagem

Considerando a legislação institucional vigente, a **Resolução CEPE nº 622/2010**, a IES possui um calendário de Verificação da Aprendizagem que visa oferecer, de forma organizacional, uma semana dedicada às atividades avaliativas de modo a congregar um momento singular da avaliação do ensino-aprendizagem com base em provas, trabalhos escritos e outras atividades propostas como procedimento avaliativo de cada disciplina do Curso.

Há uma proposta de flexibilização da avaliação do ensino-aprendizagem, a serem aplicadas nas propostas disciplinares diversas. A meta é verificar os resultados das atividades disciplinares e o nível de aprendizagem do aluno de acordo com a competência e habilidade que dele se espera no âmbito de cada disciplina e de seus objetivos. Buscando sempre um procedimento reflexivo do conhecimento trabalhado nas aulas e extra aulas com vistas ao perfil do egresso que se deseja formar. Portanto, é um processo aberto a constantes modificações e atualizações, encaminhados nos Planos de Ensino de cada disciplina e aprovados pelo CCD do Curso, tendo em vista o profissional do ensino da história para os níveis fundamentais e médio.

No curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, a avaliação discente no seu desempenho acadêmico é balizada por dois indicadores, a saber: a frequência e o alcance de aproveitamento acadêmico por meio de instrumento de avaliação selecionado em cada disciplina da matriz curricular. A frequência deverá observar a efetiva participação nas atividades de desenvolvimentos das disciplinas em um mínimo de 75% das aulas ministradas em aulas teóricas e práticas.

Quanto à avaliação de desempenho acadêmico, serão expostas avaliações em dois momentos para a verificação de aprendizagem seguindo a sugestão do período de execução no calendário anual da UFRPE. Fica estabelecido, conforme Resolução nº 494/2010, que deverão ser realizadas em cada disciplina três verificações de aprendizagem e um exame final. O não alcance da média estipulada, de sete pontos, inaugura a possibilidade de um exame final cuja média estipulada é de cinco pontos.

Deste modo, as metodologias de avaliação utilizadas no curso mais frequentes são: provas, testes, seminários, projetos, dentre outros tais como a produção de recursos didáticos, elaboração de artigos e resumos acadêmicos.

A avaliação, envolvendo diversos fatores, dentre outros, os instrumentos de medida, aplicados através de testes, provas, trabalhos, que servem para conhecer o nível de alcance dos objetivos, deve ser compreendida para além dos instrumentos, já que estes não definem, por si só, o valor/sentido da avaliação, em sua totalidade. Avaliação significa muito mais do que simplesmente medir ou aferir notas, baseado em algum resultado “observável”.

Entendemos que o processo ensino-aprendizagem é um processo onde docentes e discentes se avaliam mutuamente, trata-se da avaliação da prática da docência que envolve uma verificação do desempenho de todos. Indicamos como uma das bases argumentativas de nossas reflexões, para as questões da relação ensino-aprendizagem, o artigo “*Avaliação e novas perspectivas de aprendizagem em História*”, de Marisa Nodal, publicado pela *Revista - HISTÓRIA & ENSINO*, Londrina, v. 11, jul. 2005, que abre a questão para vários debates que orientam as discussões do corpo docente e discente sobre o processo avaliativo do ensino- aprendizagem.

Acessibilidade nos processos avaliativos

Para os alunos que são considerados público-alvo da educação inclusiva (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação), os docentes utilizarão, dentre outras estratégias, as seguintes adaptações avaliativas: *dilatação de tempo de avaliação, apresentações de trabalhos em dupla, em equipes ou individual, prova oral, individualizada, sinalizada, ampliada, em Braile, em Libras, com recurso de tecnologias assistivas, permanência de profissional de apoio ou intérprete de Libras em sala e etc.*

15. INTEGRAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A UFRPE tem desenvolvido suas atividades tomando como basilar a relação indissociável entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Institucionalmente, é garantida a participação de alunos e docentes em Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, incentivados através da publicação de editais que visam à concessão de bolsas, como o Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa de Iniciação Científica Voluntária (PIC), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa de Educação Tutorial (PET), entre outros.

Além desses Programas, que promovem a participação da comunidade em atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, há ainda a promoção de atividades e eventos que buscam integrar toda a comunidade acadêmica (docentes, técnicos e discentes) e a sociedade em geral. Nesse sentido, a UFRPE tem consolidada a sua Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão (JEPEX), um grande evento que ocorre em todas as suas Unidades e envolve diversos segmentos da sociedade, além da comunidade acadêmica. Nessa Jornada, são promovidas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, englobando todas as áreas de conhecimento que atuam na Universidade. Nessa Jornada, que ocorre anualmente, o aluno tem a oportunidade de realizar cursos e oficinas que complementam sua formação acadêmica, científica e cultural, podendo também apresentar resultados de pesquisas e de projetos de ensino e extensão desenvolvidos ao longo da sua graduação. É ainda a oportunidade de vivenciar a relação teoria e prática, como também a interação entre a sociedade e a comunidade, num movimento de mão dupla, uma vez que não só a Universidade apresenta propostas em prol da melhoria de sociedade, como também membros das comunidades vêm à Universidade para compartilhar experiências.

Além da JEPEX, instituída no calendário acadêmico da UFRPE, há também a Feira das Profissões, um espaço em que novamente a comunidade acadêmica interage com a comunidade externa, promovendo atividades de divulgação do conhecimento produzido nos muros da Universidade, bem como o seu funcionamento. É também um espaço de formação complementar para os graduandos, uma vez que são envolvidos nas atividades, na promoção de um diálogo com a comunidade, com vistas a pôr em prática conhecimentos teóricos adquiridos, transpondo-os aos interesses da sociedade.

O Curso de licenciatura em História da UFRPE tem, ao longo da sua história, preocupado-se em oferecer uma formação embasa na tríada Ensino, Pesquisa e Extensão, promovendo atividades diversificadas de formação do aluno como as aulas de campo, um evento destinado à formação complementar do aluno, através da promoção de cursos, oficinas,

atividades culturais, mesas-redondas e apresentação de trabalhos resultado da própria atuação do aluno em atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Além disso, o curso também realiza a Semana de História anualmente, evento que tem uma amplitude maior em termos de público e profissionais envolvidos, configurando-se como um evento regional relevante na área dos estudos históricos. Na Semana de História, os alunos têm a oportunidade de promover o evento, participar ativamente na execução de atividades como oficinas, apresentações culturais, apresentação de trabalhos fruto de projetos de ensino, pesquisa e extensão e complementar sua formação através da participação em cursos, mesas-redondas e palestras.

Além desses eventos, no curso de licenciatura em História há a promoção de projetos de pesquisa, ensino e extensão, como o PIBIC, o PIC, o PIBID e o Residência Pedagógica. Também são ofertadas atividades de monitoria, através das quais o aluno é levado à prática da docência e da pesquisa e também de projetos de extensão, desenvolvidos pelos docentes, atuando em ambientes fora da Universidade, ou em outros espaços além daquele reservado à área de História.

O Curso dispõe de projetos de incentivo e divulgação à cultura, com caráter interdisciplinar, de extensão e pesquisa, como a criação de logomarcas ou logotipos, para uma identidade visual dos vários setores do curso. Além de um projeto de memória visual do curso, com entrevistas aos professores que passaram e que trabalham no curso de História. Futuramente, temos a pretensão de criar um coletivo com os nossos estudantes para percorrer as escolas públicas de Pernambuco, com o intuito de valorizar e divulgar a área de ensino de história.

16. APOIO AO DISCENTE

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE, através do Departamento de Qualidade de Vida oferece aos discentes dos cursos de graduação e pós-graduação diversas especialidades médicas nas áreas: clínica, odontológica, nutrição e psicológica. O acesso a esses serviços pelos estudantes dar-se-á com a criação de um prontuário médico.

A Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão – PROGESTI – desenvolve ações e programas de apoio estudantil buscando garantir a igualdade de oportunidades, a melhoria do

desempenho acadêmico e, por conseguinte, combater às situações de retenção e evasão. Neste sentido, a Política de Assistência Estudantil desta Instituição tem como propósitos basilares:

1. Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
2. Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da Educação Superior;
3. Reduzir as taxas de retenção e evasão;
4. Contribuir para a promoção da inclusão social por meio da educação.

Diante do exposto, no Quadro 17 são exibidos alguns programas institucionais de apoio ao estudante da UFRPE.

Quadro 17 – Programas de Apoio Estudantil da UFRPE desenvolvidos pela PROGESTI

PROGRAMA	RESOLUÇÃO	DESCRIÇÃO
Apoio ao Ingressante	Resolução CEPE/UFRPE nº 023/2017	Voltado aos alunos ingressantes nos cursos de graduação presencial, regularmente matriculados, e em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
Apoio ao Discente	Resolução CEPE/UFRPE nº 021/2017	Voltado aos alunos de primeira graduação, regularmente matriculados em cursos de graduação presenciais, e estarem em situação e vulnerabilidade socioeconômica. As bolsas contemplam: 1. Apoio Acadêmico; 2. Auxílio Transporte; 3. Auxílio Alimentação.
Apoio à Gestante	Resolução CEPE/UFRPE nº 112/2014	Para as discentes que tenham um filho no período da graduação. Duração máxima: 3 anos e 11 meses.
Auxílio Moradia	Resolução CEPE/UFRPE	Para os estudantes de graduação, decursos presenciais, regularmente matriculados, residentes fora do município de oferta do curso,

	nº 062/2012	reconhecidamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica durante a realização da graduação.
Auxílio Recepção/Hospedagem	Resolução CEPE/UFRPE nº 081/2013	Para discentes provenientes dos programas de Cooperação Internacional
Ajuda de Custo	Resolução CEPE/UFRPE nº 188/2012	Destinado a cobrir parte das despesas do aluno com inscrição em eventos científicos, aquisição de passagens, hospedagem e alimentação.
Auxílio Manutenção	Resolução CEPE/UFRPE nº 027/2017	Objetiva promover a permanência de alunos residentes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, durante a realização do curso de graduação.
Ajuda de Custo para Jogos Estudantis	Resolução CEPE/UFRPE nº 184/2007	Destinado a cobrir despesas com aquisição de passagens e, excepcionalmente, aluguel de transporte coletivo, hospedagem e alimentação para a participação em jogos estudantis estaduais, regionais e nacionais.
Promoção ao Esporte	Resolução CEPE/UFRPE nº 109/2016	Para estudantes de primeira graduação presencial, regularmente matriculados no curso e na Associação Atlética Acadêmica e que apresentem situação de vulnerabilidade econômica

Destaca-se, ainda, que a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão – PROGESTI dispõe de plantão psicológico para atendimento aos discentes da Instituição, além de acompanhamento pedagógico com o objetivo de auxiliar o estudante em seu processo educacional através de um planejamento individualizado de ações específicas de aprendizagem.

Além da relação constante no Quadro supracitado, são disponibilizados, através da PREG, os seguintes Programas: Atividade de Vivência Interdisciplinar – PAVI, Monitoria Acadêmica, PET e Incentivo Acadêmico – BIA.

Quadro 18 – Programas da UFRPE desenvolvidos pela PREG

PROGRAMA	RESOLUÇÃO	DESCRIÇÃO
Atividades de Vivência Multidisciplinar	Resolução CEPE/UFRPE nº 676/2008	Voltado aos alunos dos cursos de graduação e técnicos profissionalizantes com a necessidade de contextualizar os conteúdos teóricos e a flexibilização dos conhecimentos.
Monitoria Acadêmica	Resolução CEPE/UFRPE nº 262/2001	Objetiva estimular nos discentes o gosto pela carreira docente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Incentivo Acadêmico	Edital	Objetiva apoiar os alunos ingressantes a adaptação à vida acadêmica e a inserção em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No que diz respeito à oferta de bolsas de iniciação científica e de extensão. Estas são, respectivamente, viabilizadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG e a Pró-Reitoria de Extensão – PRAE, ambas vinculadas a projetos de pesquisa e extensão da UFRPE.

Já a Assessoria de Cooperação Internacional – ACI, criada em 2007, tem a finalidade de ampliar e consolidar a internacionalização e os laços de cooperação interinstitucional da Universidade, proporcionando à comunidade acadêmica oportunidades de usufruir da mobilidade como forma de fortalecer o desempenho acadêmico e fomentar experiências culturais.

O curso possui uma Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico – COAA com o objetivo de acompanhar e orientar os estudantes em situação de insuficiência de rendimento, conforme a Resolução CEPE/UFRPE nº 154/2001. A COAA é composta pelo Coordenador do Curso, 3 (três) professores e 1 (um) estudante, indicados pela Coordenação e homologada pelo CCD.

17. ACESSIBILIDADE

A Lei nº 10.098/2000 estabelece as normas gerais e os critérios básicos para promover a acessibilidade de todas as pessoas com deficiência ou que apresentem mobilidade reduzida, independente de qual seja esta deficiência (visual, locomotora, auditiva e etc.), através da eliminação de obstáculos e barreiras. Ainda de acordo com a referida Lei, os óbices enfrentados pelas pessoas com deficiência são definidos como

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

Associar a acessibilidade apenas às questões ligadas a infraestrutura física/arquitetônica, significa restringir o conceito, haja vista as especificidades do público-alvo que compõe a educação inclusiva (surdos, pessoas com transtornos globais do desenvolvimento, autistas, etc). De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.12), na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

No interesse de potencializar ações institucionais de acessibilidade, a UFRPE criou o NACES através da Resolução nº 090/2013. O NACES foi implantado com o objetivo de propor, desenvolver e promover ações de acessibilidade para o atendimento às necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no sentido da remoção de barreiras físicas, pedagógicas, atitudinais e comunicacionais existentes no ambiente acadêmico. O NACES está articulado com os Setores de Acessibilidade das Unidades Acadêmicas.

Na UFRPE, a acessibilidade é compreendida a partir das suas diferentes dimensões (SASSAKI, 2005): arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, atitudinal e programática. A acessibilidade está presente desde o momento de ingresso do estudante, ao destinar uma reserva de vagas para as pessoas com deficiência (Lei nº 13. 409/2016), até a sua conclusão, prezando pela qualidade social de sua permanência na instituição. A Universidade também cumpre os requisitos legais de acessibilidade e inclusão, previstos no Decreto nº 5.626/2005, uma vez que oferece a disciplina de Libras como optativa para os bacharelados e obrigatória para as licenciaturas.

Cabe ainda lembrar, conforme dito anteriormente, na seção “Acessibilidade Pedagógica”, que o NACE- UAG tem realizado, junto a alguns professores e suas respectivas disciplinas, palestras informativas a respeito da utilização de tecnologias assistivas como meios para potencializar os processos de ensino-aprendizagem, junto aos estudantes com necessidades especiais, assim como apresentar os recursos disponíveis pelo NACE para essa finalidade.

Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

Uma das atividades permanentes desenvolvidas pelo NACES, em parceria com os Setores de Acessibilidade das Unidades Acadêmicas, é o mapeamento do público-alvo das ações de acessibilidade na UFRPE, incluindo pessoas com deficiência (física, auditiva/surdez, visual/cegueira e intelectual), mobilidade reduzida e discentes com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação ou outras necessidades educacionais especiais. A atualização do mapeamento dos discentes ocorre por demanda espontânea ou busca ativa através das Coordenações dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação e pelo sistema de matrícula utilizado pela Universidade (SIG@UFRPE). No caso da identificação de docentes e técnicos, além da demanda espontânea, ocorre busca ativa no sistema de gestão Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE. Além do desenvolvimento de outras atividades, o NACES oferece o Serviço de Tradução e Interpretação em LIBRAS para atender a comunidade surda, e o Serviço de Orientação Pedagógica, voltado aos discentes e docentes.

No tocante às ações de adaptação física, o NACES repassa as informações do mapeamento das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida para o Núcleo de Engenharia e Meio Ambiente – NEMAM. A partir disso, são realizadas diversas intervenções físico-arquitetônicas nos espaços da Universidade, tais como a colocação de vagas especiais em estacionamentos, piso tátil, plataformas elevatórias, banheiros adaptados, rebaixamento de balcões e construção de rampas, etc.

Acessibilidade para pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA

No que diz respeito ao atendimento dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Núcleo de Acessibilidade, ao identificar o caso, encaminha para atendimento e acompanhamento pedagógico. Assim como ocorre com outros casos de discentes com necessidades educacionais especiais, a profissional de pedagogia identifica as necessidades educacionais específicas do aluno com TEA, elabora o Plano de Atendimento Educacional Especializado contendo os recursos didáticos necessários que eliminem as barreiras pedagógicas existentes no processo de ensino e aprendizagem, bem como realiza orientações educacionais específicas aos professores e alunos sobre as adaptações curriculares necessárias ao atendimento das necessidades educacionais do discente.

Considerando as especificidades do autismo, a pedagoga ainda colabora na orientação do planejamento de ensino e de propostas avaliativas desenvolvidas pelos professores junto aos demais discentes. Atua também em parceria com profissionais de psicologia e serviço social, com lotação no Departamento de Qualidade de Vida-SUGEP/UFRPE, além de contar com a parceria e apoio dos familiares quando o caso necessita deste tipo de procedimento.

Com o objetivo de difundir informações e promover a sensibilização da comunidade universitária, o Núcleo de Acessibilidade vem estruturando um ciclo de campanhas em torno de temas relacionados às pessoas com deficiência e, em especial, às pessoas com transtorno do espectro autista. Além disso, em parceria com a PREG, o NACES vem articulando a realização de seminários temáticos e cursos de formação docente para abordagem e discussão das referidas questões.

18. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A UFRPE dispõe em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das ações em prol da “formação profissional crítica e reflexiva, ao mesmo tempo em que fomentam o interesse pela vida acadêmica” (PDI, p. 36), como também de ações que favoreçam o bem-estar a manutenção dos discentes durante o período da sua graduação. Nesse sentido, o Curso de Licenciatura em História, como fruto dessas ações, oferece aos alunos oportunidades de ingressar em Programas de pesquisa (como o PIBIC e PIC), Programa de Ensino (Monitoria, PIBID) e Programas e atividades de Extensão (PET Conexões de Saberes, Feira das Profissões, JEPEX), já citados em item anterior.

O curso também é contemplado com o Programa de Bolsa de Incentivo Acadêmico (BIA), em parceria com a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), que “tem por objetivo contribuir para a permanência dos estudantes oriundos de camadas menos favorecidas da população que frequentaram escolas públicas e encontram maiores dificuldades em ingressar e se manter nas universidades públicas” (PDI, p. 37).

Além disso, há o incentivo para a promoção de atividades de pesquisa, ensino e extensão para os docentes e alunos através de editais publicados anualmente.

Entre as ações de incentivo às atividades de Extensão, a UFRPE dispõe do Programa Institucional de Bolsa de Extensão (BEXT) “que estimula a participação dos estudantes em ações de Extensão, com vistas a promover a cidadania e a inclusão social, bem como a aprendizagem

mediante relação teoria e prática” (PDI, p. 44). Nesse programa, docentes do curso de História podem participar, junto com alunos, mediante a inscrição através de edital publicado anualmente.

19. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História foi elaborado em consonância com os princípios, diretrizes e objetivos preconizadas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), em estreita relação com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Para a política de formação inicial e continuada de professores para a educação básica, o PPI tem como objetivos:

1. Promover a formação de profissionais do magistério para a educação básica, compreendendo aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação, conforme o Art. 3, §4, Resolução nº 02/2015 - CNE;

2. Elevar a qualidade da formação inicial e continuada de profissionais do magistério – formadores e estudantes – nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre Educação Superior e Educação Básica;

3. Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino e aprendizagem;

4. Promover a formação continuada de profissionais do magistério da Educação Básica em cursos de segunda licenciatura, formação pedagógica e pós-graduação;

5. Incentivar escolas públicas de Educação Básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;

6. Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessária à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura;

7. Contribuir para que os estudantes de licenciatura se insiram na cultura escolar do magistério, por meio da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente;

8. Garantir a articulação entre licenciaturas, pesquisa, pós-graduação, extensão e programas/projetos de formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica.

Para tanto, a pesquisa e vivências interdisciplinares são oportunizadas pelos Programas direcionados para a iniciação científica, o PIBIC/PIC da UFRPE e da FACEPE, além do BIA. Quanto aos programas direcionados para a docência, o PIBID e o Residência Pedagógica também se configuram pelo viés institucional e em conformidade com o PDI da UFRPE.

Por outro lado, o estímulo às atividades de Iniciação Científica fortalecerá a relação do ensino, pesquisa e pós-graduação, e, por conseguinte, elevará a qualidade da formação inicial e continuada dos licenciandos e egressos. Sendo assim, o projeto pedagógico do Curso de Licenciatura em História foi concebido e estruturado para garantir maior qualidade da formação inicial e continuada de profissionais do magistério.

Com o intuito de formar profissionais comprometidos com a ética e responsabilidade socioambiental e afinados com as demandas da sociedade moderna marcada por mudanças sociais, econômicas e culturais, e em total consonância com os princípios da Política de Ensino de Graduação preconizados no PPI/PDI:

- I. Flexibilidade curricular;
- II. Formação continuada;
- III. Gestão colegiada dos cursos;
- IV. Interdisciplinaridade e organicidade;
- V. Ensino inclusivo;
- VI. Formação de qualidade associada ao desenvolvimento humano;
- VII. Educação como um processo de formação integral;
- VIII. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- IX. Formação de cidadãos críticos, inovadores e éticos;
- X. Formação profissional pautada na responsabilidade social; e
- XI. Valorização das pessoas e dos aspectos sócio-histórico-culturais.

A nova matriz contempla a inclusão de apenas uma disciplina (Didática) em função da aprovação da Base Curricular Comum às Licenciaturas na UFRPE. Além do que, possui também disciplinas optativas visando dar maior flexibilidade formativa aos licenciandos e demais disciplinas que propiciam o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA e outras tecnologias de comunicação e divulgação científica (Realidade virtual, animações 3D, criação de aplicativos e mídias sociais).

20. FUNCIONAMENTO DO CURSO

Atuação do Coordenador

As atribuições do coordenador do Curso estão previstas e regulamentadas no Artigo de número 54 do Estatuto e Regimento Geral da UFRPE e, entre suas atribuições, destacam-se:

- Convocar e presidir as reuniões da Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA), Colegiado de Coordenação Didática (CCD) e Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- Representar o colegiado junto aos órgãos deliberativos da Universidade;
- Submeter ao Colegiado as modificações propostas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- Encaminhar processos aprovados pelo CCD;
- Coordenar e fiscalizar a execução dos planos e a programação do Curso;
- Adotar, em caso de urgência, providências da competência do CCD;
- Atuar junto aos departamentos responsáveis por ofertar disciplinas no curso;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações do CCD e PPC, da Administração Superior e de seus Conselhos, e do Estatuto e do Regimento da Universidade.

Atuação do Núcleo Docente Estruturante- NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de licenciatura em História é um órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso, prezando pela sua atualização e revitalização. O NDE encontra-se estruturado a partir da Resolução CEPE/UFRPE nº65/2011 e através da Resolução/CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010 e suas ações são registradas em ata, arquivadas na coordenação do Curso. É composto por um mínimo de cinco

docentes do curso, indicados pelo CCD e homologados pelo CEPE. 25% dos membros do NDE devem ter titulação de doutor, pelo menos 20% de sua composição deve ter regime de trabalho de Dedicção Exclusiva e o Coordenador do Curso exerce a função de presidente.

O mandato dos membros do NDE é de dois anos, com possibilidade de recondução de seus membros, prevendo-se ainda a renovação parcial dos integrantes de modo a assegurar a continuidade no processo de acompanhamento do curso. Entre as atribuições do NDE, de acordo com o capítulo II, artigo 3º da Resolução CEPE/UFRPE 65/2010, estão:

- a) estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- b) atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- c) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado do Curso, sempre que necessário;
- d) supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- e) analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- f) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- g) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- h) zelar pelo cumprimento das Diretrizes curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

Atuação da Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico – COAA

A COAA (Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico) é uma comissão integrada pelo coordenador do curso, dois professores do curso e um discente, indicados pela coordenação, e homologados pelo CCD, que tem as seguintes atribuições, de acordo com a Resolução CEPE/UFRPE 313/2003:

- a) acompanhar os alunos que já tenham cumprido pelo menos 4 (quatro) períodos regulares do curso;
- b) emitir parecer circunstanciado sobre rendimento acadêmico insuficiente e prazo de integralização curricular, após entrevista com os alunos e/ou apreciação de suas justificativas por escrito;

- c) apreciar os requerimentos de dilatação de prazo, devidamente instruídos para justificar casos e situações especiais dos alunos que não conseguirão concluir o curso dentro do prazo legal;
- d) propor a oferta de disciplinas em período especial, para recuperação pedagógica dos alunos;
- e) exercer, no período anterior à matrícula, a orientação pedagógica dos alunos, objetivando a melhoria do seu desempenho nas atividades didáticas do curso, determinando o máximo de disciplinas permitidas, observados os pré-requisitos e a compatibilidade horária;
- f) motivar o aluno sobre sua futura profissão, indicando as áreas de diversificação profissional e aconselhando-o na escolha das atividades acadêmicas curriculares complementares;
- g) orientar o aluno sobre aproveitamento ou adaptação de disciplinas já cursadas;
- h) encaminhar às instâncias competentes quaisquer problemas de origem didático-pedagógica.

Especificação dos profissionais do curso

Nesta seção, apresenta-se o quadro docente que compõe o curso de licenciatura em História da UFRPE, considerando a área de conhecimento de formação e atuação do professor, sua qualificação profissional, o regime de trabalho da Instituição e seu vínculo empregatício.

Quadro 19 – Especificação dos profissionais do curso

Nome	Área de conhecimento*	Titulação/área	Qualificação profissional**	Regime de trabalho	Vínculo empregatício
Alcileide Cabral do Nascimento	História	Doutora	Professora	40	DE
Bruno Martins Boto Leite	História	Doutor	Professor	40	DE
Bruno Romero Ferreira Miranda	História	Doutor	Professor	40	DE
Élcia de Torres Bandeira	História	Mestre	Professora	40	DE
Fabiana de Fátima Bruce da Silva	História	Doutora	Professora	40	DE

Giselda Brito Silva	História	Doutora	Professora	40	DE
Gustavo Acioli Lopes	História	Doutor	Professor	40	DE
Jeannie da Silva Menezes	História	Doutor	Professora	40	DE
Kléber Clementino da Silva	História	Doutor	Professor	40	DE
Lúcia Falcão Barbosa	História	Doutora	Professora	40	DE
Marcília Gama da Silva	História	Doutora	Professora	40	DE
Mariana Albuquerque Dantas	História	Doutora	Professora	40	DE
Mariana Zerbone Alves de Albuquerque	Geografia	Doutora	Professora	40	DE
Maria Emília Vasconcelos dos Santos	História	Doutora	Professora	40	DE
Maria Rita Ivo de Melo Machado	Geografia	Doutora	Professora	40	DE
Otávio Augusto Alves dos Santos	Geografia	Doutor	Professor	40	DE
Rozélia Bezerra	História	Doutora	Professora	40	DE
Suely Creusa Cordeiro de Almeida	História	Doutora	Professora	40	DE
Suely Cristina Albuquerque de Luna	História	Doutora	Professora	40	DE
Uiran Gebara da Silva	História	Doutor	Professor	40	DE
Victor Hugo Abril	História	Doutor	Professor	40	DE
Wellington Barbosa da Silva	História	Doutor	Professor	40	DE

17. INFRAESTRUTURA DO CURSO

Recursos da infraestrutura	Descrição
Salas de aula com data-show	<p>O Curso utiliza os espaços do CEGOE para suas atividades e os equipamentos pertencentes a estes espaços. São espaços contendo:</p> <p>08 salas de aulas – cada sala tem espaço para 40 a 50 alunos; possui ar-condicionado, TV e datashow e boa iluminação nas salas, banheiros em todos os andares;</p> <p>01 auditório e 01 anfiteatro – com espaço para 100 e 150 lugares, com microfone, ar-condicionado, projetores;</p> <p>01 sala de audiovisual - com espaço para 50 pessoas, com Datashow, TV, ar-condicionado.</p> <p>O CEGOE conta ainda com espaço comum e de sociabilidade. Todas com acesso ao deficiente.</p> <p>Para as atividades administrativas, o DEHIST dispõe de 20 salas de professores, salas de estudos e de reuniões, secretaria do dpto e da coordenação.</p>
Laboratório de informática	<p>O Laboratório de Pesquisa do Ensino de História, possui um espaço que conta com 06 computadores, espaço com ar-condicionado, mesas individuais e uma mesa para reuniões e leituras.</p>
Sala audiovisual com televisor, vídeo, computador e data-show	<p>O Laboratório de Pesquisa em Ensino de História conta ainda com 01 TV, 01 datashow e 02 scanners. Estes equipamentos vêm sendo utilizados pelos alunos em trabalhos acadêmicos e/ou por docentes da graduação e da pós-graduação do curso.</p>
Salas de Estudo	
Biblioteca Central	<p>Nova Biblioteca Setorial Professor Manuel Correia de Andrade (BSMCA). Composta por obras indicadas nos planos dos docentes (básica</p>

e complementar), Trata-se de uma Biblioteca Setorial, com um andar especialmente dedicado às ciências humanas. A UFRPE possui um Plano de manutenção, atualização e aquisição constante das obras indicadas pelos cursos, pelos discentes e pelos docentes, incluindo aí o de História, que teve no ano de 2012-2013. Seus pedidos de aquisição de novos livros atendidos pela Direção da Biblioteca Central com o apoio da Vice-Reitoria da UFRPE.

Biblioteca Central que possui um Programa de Acesso Virtual) = livros, Revistas Científicas da área, dicionários e coleções.

Com a conclusão das obras do Edifício Ariano Suassuna, a partir do ano de 2015, o Curso teve a ampliação de seus espaços físicos de ensino e pesquisa do ensino de história. O Edifício sedia, além do Departamento de História (DEHIST) no 1º andar, o Departamento de Ciências Sociais (DECISO) no térreo, o Departamento de Administração, no 2º andar e o Departamento de Letras no 3º andar.

No andar do DEHIST, o curso ganhou duas salas para a coordenação. A ampliação dos espaços de atendimento geral, tais como a coordenação, apoio didático, salas de reuniões, salas de professores, de estudos, de convivência e de orientações aos discentes. O Laboratório de Pesquisa do Ensino de História, já possui um espaço em utilização, mas em fase de reestruturação e aquisição de novos equipamentos e com alguns em funcionamento.

Com o apoio constante da contrapartida da UFRPE na preservação, manutenção e aquisição de equipamentos, livros, revistas, computadores, etc. Trata-se de uma instituição em constante crescimento e conta com gestores que adotam posturas de implementação da infra sempre de acordo com as necessidades dos cursos, havendo sempre a possibilidade de ampliação e crescimento da infraestrutura do curso de acordo com suas necessidades e diálogos com os administradores da UFRPE/MEC.

ESPAÇO DE TRABALHO PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

O Curso tem disponível para suas atividades administrativas uma área de aproximadamente 40m². Nela estão divididos os espaços para a secretaria, uma sala para a coordenadora, uma sala de reunião para 15 pessoas, copa e banheiro. Seja na sala de reunião, seja na sala da coordenação são realizadas sessões de vídeo conferência com equipamentos do Departamento.

O setor administrativo do curso também se encontra no 1º andar do prédio ArianoSuassuna, junto à Direção do Departamento e ao Apoio Didático. A Coordenação está situada na sala 03, funcionando nos turnos vespertino e noturno, com a presença da coordenadora e/ou secretária do curso. O atendimento aos estudantes se dá nas demandas acadêmicas, fornecendo orientações no tocante a procedimentos de aproveitamento e dispensa de disciplinas, abertura de processos, matrícula, registro de atividades acadêmicas complementares, entre outros.

Para os professores que atuam no curso e fazem parte do departamento, há três salas no andar nas quais temos as salas 01 e 02 de professores com 06 gabinetes em separado em cada uma, e a sala 03 de professores com 09 gabinetes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br

BRASIL. Congresso. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Edição Extra, 26. Jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 de dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 08 jun.2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 de dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997. Regulamenta o parágrafo único do art.49 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Brasília, DF, 12 dez. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9536.htm. Acesso em: 08 jun.2018.

BRASIL. Lei nº 2.524, de 4 de Julho de 1995. Federaliza a Universidade Rural de Pernambuco. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1995. Disponível em: <http://www.2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2524-4-julho-1955-360914-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 jun.2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Seção 1, p. 11.429.

BRASIL. Congresso. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos civis da União, autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF, 19 abr. 1991.

BRASIL. Lei nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Brasília,

DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-norma-pe.html>. Acesso em: 08 jun.2018.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de mar. 2008.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 de jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 08 jul.2018.

BRASIL. Congresso. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28. abr. 1999.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23. dez. 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3. dez. 2004.

BRASIL. Decreto nº 89.758, de 6 de junho de 1984. Dispõe sobre a matrícula de cortesia, em cursos de graduação, em Instituições de Ensino Superior, de funcionários estrangeiros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares de Carreira e Organismos Internacionais, e de seus dependentes legais, e dá outras providências. Lei nº 60.731, de 19 de Maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jun. 1984. Seção1, p. 8098.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23. dez. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 2**, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1**, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 mai. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2**, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1**, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Seção 1, p. 11.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2**, de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jul. 2015. Seção 1, p. 8-12.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Resolução nº 01**, de 17 de Junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11out. Seção 1, p. 21.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 261, de 9 de novembro de 2006. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 261, de 9 de novembro de 2006. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jun. 2007.

MELO, L. E. H. de. et al. De alveitares a veterinários: notas históricas sobre a medicina animal e a Escola Superior de Medicina Veterinária São Bento de Olinda, Pernambuco (1912-1926). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17, n.1, jan.-mar. 2010, p. 107-123. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17n1/07.pdf>> Acesso em: 08 jan. 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. Revista Inclusão. ano I, n. 1, p. 19-23, out, 2005.

SOUZA, Osvaldo Martins Furtado de. **Coisas e fatos de nosso mundo rural**. Recife: UFRPE, CODAI; Associação dos Amigos da Rural, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 030**, 19 de abril de 2010. Estabelece a inclusão do componente curricular "Língua Brasileira de Sinais – Libras" nos currículos dos cursos de graduação da UFRPE. Recife, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 217**, 9 de setembro de 2012. Estabelece a inclusão do componente curricular "Educação das Relações Étnico-Raciais" nos currículos dos cursos de graduação da UFRPE. Recife, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 220**, de 16 setembro de 2016. Revoga a Resolução Nº 313/2003 deste Conselho, que regulamentava as diretrizes para elaborar e reformular os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFRPE e dá outras providências. Recife, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 597**, de 9 setembro de 2009. Revoga a resolução 430/2007 e aprova novo Plano de Ensino, dos procedimentos e orientações para elaboração, execução e acompanhamento. Recife, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 425**, de 20 setembro de 2010. Regulamenta equiparação ao Estágio Supervisionado, das atividades de Extensão, Monitoria e Iniciação Científica dos Cursos de Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 065**, 16 de fevereiro de 2011. Aprova a criação e regulamentação da implantação do Núcleo Docente Estruturante – NDE dos cursos de graduação da UFRPE. Recife, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho Universitário. **Resolução nº 003**, 1 de fevereiro de 2017. Aprova alteração das Resoluções nº260/2008 e nº 220/2013 ambas do CONSU da UFRPE. Recife, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 494**, de 18 outubro de 2010. Dispõe sobre a verificação da aprendizagem no que concerne aos Cursos de Graduação da UFRPE. Recife, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 362**, de 23 novembro de 2011. Estabelece critérios para a qualificação o registro das Atividades Complementares nos cursos de Graduação da UFRPE. Recife, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 622**, 16 de dezembro de 2010. Regulamenta normas de inserção de notas de avaliação de aprendizagem no Sistema de Informações e Gestão Acadêmica –Sig@,da UFRPE. Recife, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 678**, 16 de dezembro de 2008. Estabelece normas para organização e regulamentação do Estágio Supervisionado Obrigatório para os estudantes dos Cursos de Graduação da UFRPE e dá outras providências. Recife, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 486**, 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre obrigatoriedade de alunos ingressos na UFRPE de cursarem os dois primeiros semestres letivos dos cursos para os quais se habilitaram. Recife, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 154**, 22 de maio de 2001. Estabelece critérios para desligamento de alunos da UFRPE por insuficiência de rendimento e decurso de prazo. Recife, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução**º **235**, 16 de agosto de 2017. Aprova base curricular comum aos Cursos de Licenciatura ofertados pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução**º **281**, 18 de dezembro de 2017. Aprova depósito legal de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu da UFRPE. Recife, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução**º **276**, 16 de dezembro de 1998. Exclui dos cursos noturnos a obrigatoriedade das disciplinas Educação Física A e B e propõe modificações para os cursos diurnos da UFRPE. Recife, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução**º **098**, 06 de setembro de 2017. Aprova a criação da Unidade Acadêmica de Belo Jardim (UABJ) desta Universidade e dá outras providências. Recife, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução**º **100**, 16 de setembro de 1983. Dispõe sobre o ingresso extravestibular na modalidade reintegração. Recife, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução**º **354**, 13 de junho de 2008. Aprova Regulamento que normatiza a reintegração em Cursos da UFRPE na modalidade de ingresso extravestibular e dá outras providências. Recife, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução**º **34**, 16 de janeiro de 1997. Dispõe sobre o ingresso extravestibular na modalidade reopção ou transferência interna. Recife, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução**º **181**, 01 de outubro de 1991. Dispõe sobre o portador de diploma. Recife, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2**, de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jul. 2015. Seção 1, p. 8-12.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução**º **362**, de 23 novembro de 2011. Estabelece critérios para a qualificação e o registro das Atividades Complementares nos cursos de Graduação da UFRPE. Recife, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução**º **442**, de 06 outubro de 2006. Dispõe sobre a dispensa de disciplinas já cursadas pelos alunos matriculados nos diferentes cursos de graduação das Unidades Acadêmicas da UFRPE. Recife, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho Universitário. **Resolução**º **023**, de 03 abril de 2017. Aprova novas normas para concessão de Bolsa do

Programa de Apoio ao Ingressante nos Cursos de Graduação presenciais da UFRPE. Recife, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 021**, de 15 fevereiro de 2017. Aprova Dispõe sobre a dispensa de disciplinas já cursadas pelos alunos matriculados nos diferentes cursos de graduação das Unidades Acadêmicas da UFRPE. Recife, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 184**, de 13 abril de 2007. Define normas para concessão de ajuda de custo para discentes da graduação da UFRPE para participação em jogos estudantis estaduais, regionais e nacionais. Recife, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho Universitário. **Resolução nº 090**, 15 de março de 2013. Aprova a reestruturação de Unidades Organizacionais da Universidade Federal Rural de Pernambuco e dá outras providências. Recife, 2013

